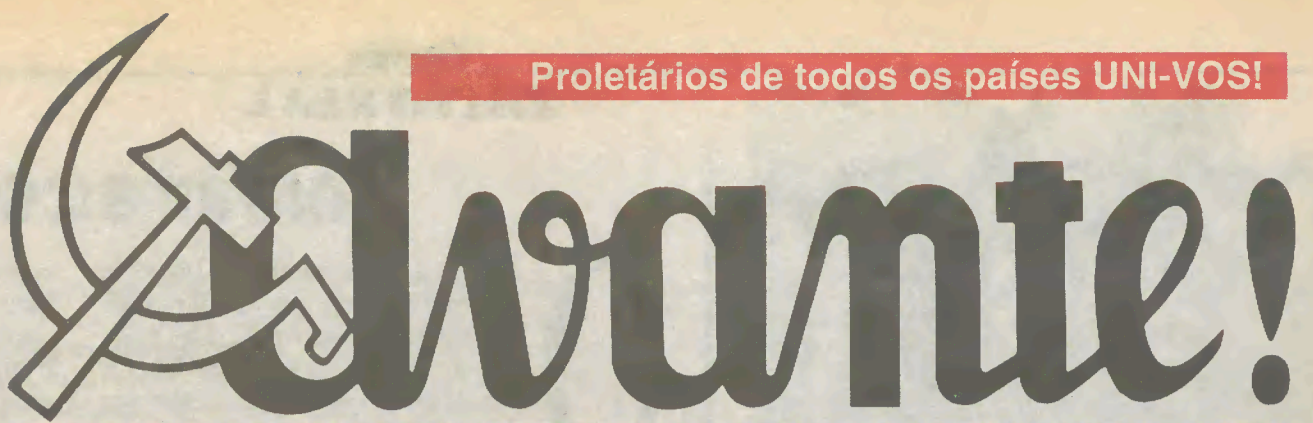


# Portugal precisa de novo de uma Reforma Agrária

Há 22 anos, os trabalhadores avançaram para as terras do latifúndio

■ António Gervásio Pág. 22 e 23



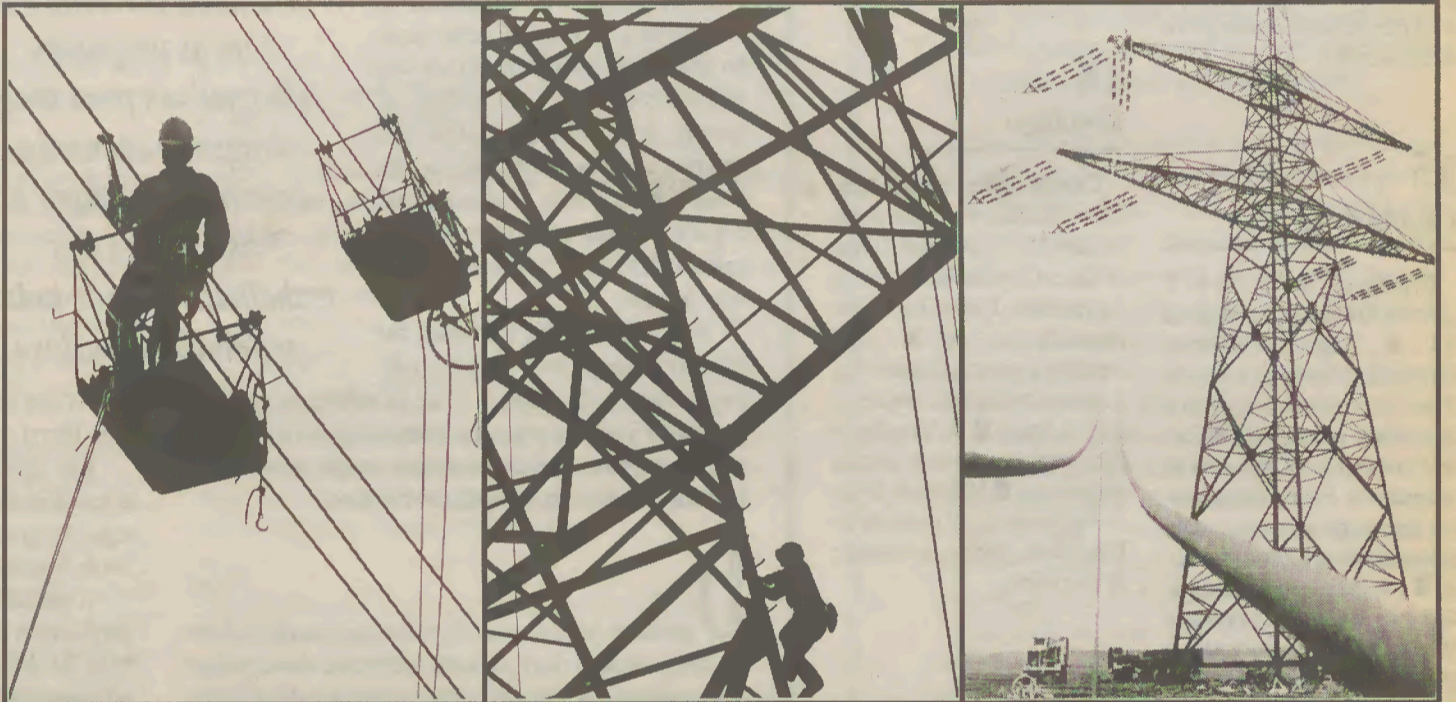
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Maio de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1225 • Director: Carlos Brito

## Carlos Carvalho sobre privatização da EDP

# ESCÂNDALO E VERGONHA!

Págs. 14 e 19



## Ao retrato de Catarina

Um poema de Carlos Aboim Inglez Pág. 20

## A extradição e a revisão constitucional Um retrocesso histórico de enormes proporções

■ António Filipe Pág. 21

## Crónica do Nordeste O Museu que esconde o crime?

■ José Brinquete Pág. 24

### INTERNACIONAL

## Congo Kinshasa Conflito inter-imperialista, caudilhismo ou Revolução?

• José Bernardino Pág. 6

# Cabe aos povos decidir o futuro da Europa

• Albano Nunes sobre o comício internacional

## COMÍCIO INTERNACIONAL DE LISBOA

24.Maio (Sábado) 14,30 h. - Campo Pequeno



PELO EMPREGO COM DIREITOS Por uma Europa de progresso social paz e cooperação

Pág. 5

**AUTÁRQUICAS LISBOA**

**Coerência e celeridade**

Quinhentos hectares de novos espaços verdes

Tejo despojado!





Uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, recebeu a Associação de Estudantes do Ensino Superior

## RESUMO

### 14 Quarta-feira

O PCP recebe a Associação de Estudantes do Ensino Superior ■ Os trabalhadores da Grundig de Braga bloqueiam a estrada junto à fábrica ■ As Pirites Alentejanas anunciam que vão reduzir o quadro de pessoal de 180 para 35 pessoas ■ O Aeroporto Sá Carneiro, no Porto, é encerrado na sequência de um acidente com um avião espanhol ■ É anulado o encontro entre o presidente zaireense e o líder rebelde ■ A Nato e a Rússia chegam a acordo sobre o alargamento da organização aos países de Leste ■ O primeiro-ministro irlandês convida eleições antecipadas para o início de Junho.

### 15 Quinta-feira

O projecto de lei do PCP sobre as 40 horas é chumbado na AR... ■ ... e a proposta governamental de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo é aprovada na generalidade ■ Carlos Carvalhas envia uma carta ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais protestando contra quatro mil nomeações do Governo ■ Em Braga, 1500 trabalhadores da Grundig invadem a fábrica protestando contra o anúncio de despedimentos ■ O líder dos rebeldes zaireenses dá três dias para Mobutu decidir abandonar ou não o poder ■ Cerca de trinta pessoas são assassinadas por islamitas, na Argélia ■ O exército turco lança uma ofensiva no norte do Iraque, matando 30 rebeldes curdos.

### 16 Sexta-feira

Carlos Carvalhas intervém na Reunião Nacional de Quadros da EDP, em Lisboa ■ A administração da Grundig envia as cartas de despedimento, enquanto os trabalhadores permanecem em greve ■ Cerca de mil professores do ensino básico e secundário concentram-se junto ao Ministério da Educação exigindo a rápida revisão do Estatuto da Carreira Docente ■ No Zaire, Mobutu deixa Kinshasa enquanto Kabila exige a rendição total do exército governamental ■ O Governo britânico propõe um encontro com o Sinn Fein sobre a Irlanda do Norte, mesmo antes do cessar-fogo do IRA ■ Ocorrem confrontos entre soldados israelitas e o Hezbollah, quando o exército hebreu se infiltra no sul do Líbano.

### 17 Sábado

Carlos Carvalhas participa na V Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP ■ Os comunistas de Lisboa organizam um encontro sobre «Saúde um direito, uma luta» ■ Laurent Kabila autoproclama-se Presidente da República Democrática do Congo, no dia em que as suas tropas entram na capital aclamadas pela população ■ O Sinn Fein aceita encontrar-se com o governo britânico para discutir a questão do Ulster ■ O exército turco mata cerca de 450 rebeldes curdos na zona fronteiriça com o Iraque.

### 18 Domingo

Catarina Eufénia é homenageada em Baleizão, realizando-se um comício do PCP com a participação de Carlos Carvalhas ■ A África do Sul reconhece Laurent Kabila presidente do novo Congo ■ A ONU manifesta a sua «inquietação» face à operação militar turca lançada no norte do Iraque ■ Na Mongólia, o líder comunista vence as eleições presidenciais ■ Milhões de pessoas fogem das zonas costeiras do Bangladesh devido à aproximação de um ciclone.

### 19 Segunda-feira

Os trabalhadores das autarquias cumprem 24 horas de greve convocada pelo STAL e STML, exigindo o cumprimento por parte do governo do acordo de Janeiro de 1996 ■ O presidente da Câmara Municipal de Braga promete arranjar emprego a todos os funcionários da Grundig até ao fim do ano ■ Portugal reconhece as novas autoridades congolenses ■ Boris Ieltsin ameaça rever o acordo com a Nato se a aliança tentar integrar antigas repúblicas soviéticas.

### 20 Terça-feira

Em Lisboa, Carlos Carvalhas participa na Reunião de quadros sobre o «Sector Público, os Serviços Públicos e as privatizações» ■ Em Braga, PSD deixa cair acordo com PP para as autarquias ■ Laurent Kabila, novo líder da República Democrática do Congo, chega a Kinshasa ■ PSOE propõe no Congresso de Deputados uma proposta de inquérito aos «abusos de poder» do Governo de Aznar, em Espanha ■ No Afeganistão, os talibans apoderaram-se do desfiladeiro estratégico

## EDITORIAL

# Honrar a confiança

Quem quer que olhe com objectividade para o desenrolar da política nacional não pode deixar de se impressionar com a intensa e consistente actividade que os comunistas desenvolvem em todos os mais importantes domínios da vida do País.

No espaço de uma semana, o PCP promoveu, entre muitas outras acções, as seguintes iniciativas de maior relevo, por ordem de realização: a Audição sobre os atentados à Autonomia do Ensino Superior; o debate e a votação na Assembleia da República de um projecto de lei comunista para pôr cobro à vigarice das 40 horas, que foi chumbado pelos votos contra do PS; a reunião de quadros sobre a escandalosa privatização da EDP; a V Assembleia da Organização Regional de Santarém, toda virada para o reforço do Partido; o Encontro Distrital de Lisboa sobre a saúde e de defesa do SNS; o comício de homenagem a Catarina Eufénia que se tornou numa grande jornada de luta pela Reforma Agrária; a Reunião Nacional de Quadros de defesa do Sector Público e de combate às ruinosas privatizações.

No próximo sábado, dia 24, o PCP é o anfitrião de um grande comício internacional em prol do emprego e por uma Europa de progresso social, paz e cooperação, realizado no espírito de que «cabe aos povos decidir o futuro da Europa», como Albano Nunes salientou ao nosso jornal.

Há que reconhecer que seria difícil fazer melhor para corresponder ao compromisso assumido no comunicado da última reunião do Comité Central, quando afirma que «o PCP tudo fará para honrar a confiança e as esperanças do número crescente de portugueses que compreendem que é necessária uma viragem à esquerda na política nacional, e que é um mais amplo e expressivo apoio ao PCP que melhor pode favorecer essa viragem».

O PCP honra essa confiança nas iniciativas que promove e, sobretudo, na combinação da denúncia firme da política de direita do Governo PS com as propostas alternativas para uma viragem à esquerda, exprimindo sempre as aspirações dos trabalhadores e de toda a população laboriosa.

Distribuída pelas diversas frentes onde se decide o futuro do País, a atenção dos comunistas dirigiu-se, neste período, muito especialmente para o criminoso processo das privatizações e os seus irreparáveis prejuízos para a economia e o interesse nacionais.

A privatização da EDP, considerada a maior empresa do País fora do sector financeiro, reveste uma especial gravidade e constitui a vários títulos um escândalo e uma vergonha para o Governo de António Guterres.

Ao intervir na reunião de quadros, da passada sexta-feira, Carlos Carvalhas sintetizou o significado desta ruinoso operação, nos termos seguintes:

«Estamos perante uma privatização de uma empresa básica e estratégica, a baixo preço, escancarando as portas às multinacionais e ao desemprego.»

O valor da empresa tem sido salientado pelos trabalhadores ao lembrarem que nos últimos três anos somou 190 milhões de contos de lucros líquidos e que pagou ao Estado 115 milhões de contos de IRC.

«Não faz qualquer sentido argumentar que a privatização vai proporcionar um encaixe de 350 milhões de contos para

os cofres públicos» - salienta a Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas, que observa a seguir: «na mira da diminuição do défice exigida pela corrida cega para a moeda única, o Governo age como o conhecido ganancioso que, sem visão de futuro, matou a galinha dos ovos de ouro».

É claro que a história do encaixe é mais um pretexto do que uma razão de fundo. O que sobretudo determina o Governo é a abertura de mais uma área de rendosos negócios ao grande capital nacional e estrangeiro, incluindo espanhol, e especialmente às multinacionais.

Os apelos à subscrição de acções por parte dos trabalhadores, dos emigrantes e dos pequenos aforradores são os fumos da demagogia para encobrir o que é essencial na operação. A vida mostrará como os que corresponderem aos apelos serão preteridos ou até burlados em nome dos grandes interesses.

O Governo vai também querer popularizar a privatização com uma eventual baixa das tarifas. Ora é uma evidência que esta podia e devia ter sido feita, sem se precisar da privatização para nada, basta olhar para os lucros da empresa. Mas no

futuro, esta será governada pela lógica do lucro máximo, como se estabelece no «Plano Estratégico», o que quer dizer serviço pior e, com o tempo, mais caro para o consumidor...

É o primeiro-ministro António Guterres que se assume como o principal inspirador e responsável por um tal plano de privatizações que ultrapassa o do anterior governo do PSD, como acontece também com a vigarice das 40 horas. Não admira, por isso, que ele seja tão apreciado e elogiado pela alta finança nacional e internacional.

O chefe da confederação patronal da indústria, Ferraz da Costa, em entrevista ao «Semanário», não resistiu mesmo a cotejá-lo com o antecessor, para concluir: «Em termos de sistema económico e

de confiança do mercado, parece-me que o Eng<sup>o</sup> Guterres é mais liberal do que o Prof. Cavaco Silva.»

Esta apreciação elogiosa do designado «patrão dos patrões» deita por terra a tese daqueles que procuram desculpar a política governamental de Guterres com os constrangimentos de Maastricht e o colete-de-forças da globalização.

A política governamental em curso não merece nem perdão nem desculpas, mas oposição firme e decidido combate. Só desta forma se podem limitar e reduzir os seus estragos e criar condições para uma verdadeira alternativa.

A compreensão desta realidade cresce no campo do movimento popular com a mesma rapidez que os elogios ao Governo crescem no campo dos grandes interesses patronais.

É assim, entre outras, com a luta pelas 40 horas que dura há cinco meses e onde se destacam os trabalhadores da têxtil do Ave. É assim com a luta dos trabalhadores da administração local que fizeram greve no passado dia 19 e que continuam em greve às horas extraordinárias. É assim com os trabalhadores da EDP, da Grundig e de outras empresas. É assim com os professores de diferentes graus de ensino que têm feito sucessivas manifestações. É assim com os estudantes que se manifestaram ontem em Lisboa contra o aumento das propinas e a lei do financiamento do ensino superior e que prosseguem a luta nas diferentes universidades do País.

O PCP também honra a confiança nele depositada estimulando, incentivando e mobilizando o apoio e a solidariedade a estas justas lutas.

## Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7<sup>a</sup>-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## À maneira da SIC

A Sic parece ter descoberto as vantagens de uma certa descentralização. Na peugada de João Baião, Miguel Sousa Tavares arrancou para a província com o fito de ganhar audiências.

Para começar, lá demandou Viseu a pretexto de promover um debate sobre a regionalização num distrito polémico na proposta região centro.

No entanto, muito pior do que acontece aos artistas que representam freguesias ou municípios no «Big Show», os convidados da região centro no «Viva liberdade» foram remetidos para um lugar mais do que secundário, pois só lhes foi permitido intervir na terceira parte do programa e apenas a alguns escolhidos, o que provocou, naturalmente, protestos indignados.

O formato escolhido para o debate sobre a regionalização é, assim, revelador das concepções centralistas da descentralização da Sic.

O formato do programa também lembrou, a muita gente, «Os donos da bola».

O objectivo não era, claramente, o de contribuir para qualquer esclarecimento sobre a avaliação do que a regionalização, que cor-

responde a um comando constitucional e a um processo legislativo em curso na Assembleia, pode representar para o País.

O objectivo era o de acirrar regionalismos, clubismos, provocar as tais guerras que se diz temer e daí a tónica posta no problema das capitais das regiões, que já está superada no projecto do PCP.

Os adversários da regionalização (além do moderador, três comentadores da Sic e uma empresária que quer dar mais poderes aos governadores civis e às CCRs) empenharam-se sobretudo em operações de diversão, confusão e pura bagunça. Fingiram ignorar (ou ignoram mesmo) o que diz a Constituição, a lei aprovada sobre atribuições e competências das regiões administrativas e os projectos já aprovados na generalidade sobre a delimitação, como se o processo arrancasse agora da estaca zero.

A tentativa de opor as regiões administrativas aos municípios caiu por terra porque os defensores das regiões eram ali precisamente os homens dos municípios, não por paleio ou meros argumentos da altura, à maneira dos comentadores da Sic, mas por muitos anos de trabalho.

Fez rir a hipócrita desfaçatez com que Pacheco Pereira se permitiu defender como alternativa à regionalização a criação de novos municípios, quando se sabe que foi o seu partido - o PSD - que sempre a impediu.

Não menos risível foi a tese sustentada por António Barreto, na mesma linha de «criar mais municípios», como antídoto às guerras regionalistas. Quem não tem presente os casos de Vizela, Canas de Senhorim e tantos outros que se sabem latentes? Se a questão é o temor de guerras, então o que está é inamovível.

Este debate à maneira da Sic, mostra como o país nada ganhou com o adiamento da criação das regiões administrativas imposto pelo PS e o Governo e as cedências feitas por eles ao PSD em matéria de revisão constitucional e referendos.

Os adversários da regionalização fortaleceram-se na confusão criada.

É ainda possível arrear caminho, pois, aquelas cedências não têm, por enquanto, qualquer expressão constitucional ou legal.

■ Carlos Brito

## A mercantilização dos direitos

Grandes placards azul-amarelo espalham pelas ruas a publicidade à privatização da EDP com o capcioso apelo: «De cliente passe a accionista».

À primeira vista, parece apenas uma requentada recuperação do já desacreditado «capitalismo popular». Atentando melhor, descobre-se a tentativa de maquilhar a vergonhosa venda do património público não aos clientes da EDP mas sim à clientela dos grandes tubarões capitalistas que estão a esquartejar entre si a riqueza do país (não esquecer que a EDP é posta em leilão com o justificado rótulo de ser «a maior empresa em volume de lucros»). Mas no slogan da EDP topamos também um reflexo das manipulações de vocabulário em voga para condicionar e enganar as pessoas sobre a realidade das relações sociais.

A mercantilização dos direitos, no quadro da grande operação de retrocesso social em curso, usa e abusa desse jogo com as palavras.

Por exemplo: direitos que já estavam adquiridos e reconhecidos como avanços inalienáveis da sociedade humana são agora apresentados como «bens de consumo».

Esta nova terminologia não é casual. Faz parte de toda uma prática do capital para dar pretensa legitimidade às suas leis e seus interesses. A designação de «direitos sociais» leva as pessoas, muito justamente, a pensar que questões como a educação, a saúde, a segurança social devem ser inerentes ao próprio desenvolvimento da sociedade. Mas agora vem o capital e diz: não, isso são «bens de consumo», sujeitos portanto às leis do mercado; quem os quiser, tem de estar disposto a pagá-los. Compreensivo, o capital poderá admitir que o Estado assegure uma quantidade módica desses bens (escola primária, «rendimento mínimo») mas quem quiser mais terá de comprá-los, como se compra a roupa, o carro, o champô.

Esta exibição da natureza profunda do capitalismo, agora quando pensa ter-se livrado da sombra do socialismo que durante tantos anos o conteve, reflecte-se também no vocabulário.

Antes, por exemplo, o capital apresentava-se como o motor da produção - hoje fala é de rentabilidade: o capital não existe para produzir, mas sim para se reproduzir.

Antes as empresas gabavam-de «dar trabalho» - hoje proclamam a necessidade de «racionalizar» os encargos com mão-d'obra, em nome da competitividade.

Antes falava-se das responsabilidades sociais do Estado - hoje faz-se a satanização do Estado na regulação económica e social (recusando assim aos cidadãos o direito de, através do Estado, intervirem nessa regulação) e exige-se a entrega directa ao capital da suprema gestão da sociedade, com a privatização de todos os seus recursos e actividades: empresas nacionais e sectores públicos, telefones, correios e auto-estradas, electricidade, água, caminhos-de-ferro e, também, saúde, educação, segurança social.

Na mira do capital surge cada vez mais como alvo a «privatização» do ser humano: indiferente aos valores da solidariedade, da amizade, do amor, cada vez mais condicionado para se isolar, para não ser solidário, não participar em causas colectivas, não acreditar na possibilidade de mudar a sociedade e a vida.

Mas privatizar o ser humano nunca será possível: o homem é por natureza um ser social, que só socialmente realiza a sua humanidade. Por isso mesmo haverá sempre quem não aceite que seja posto à venda o direito humano de transformar o mundo.

■ Aurélio Santos



Foto: Jorge Carra

# CONGO

## Quem teme a alegria?

A vitória da Aliança das Forças Democráticas para a libertação do Congo (AFDL) com a tomada da capital foi saudada e vitorizada pela população. Os militares da AFDL foram recebidos como libertadores. O regime de Mobutu, fundado na repressão, tinha contra si o povo do Zaire. Mas convém ter presente que Mobutu se aguentou no poder porque tinha amigos nos vários governos ocidentais, incluindo em Portugal. Foram muitos os cúmplices de Mobutu. Aliás, dentro da sua melhor tradição de pagar favores, Mário Soares, na hora de Mobutu ser escorraçado do Zaire, ainda voltou a defendê-lo, branqueando-o e lançando anátemas sobre Kabila. Mário Soares só pode ser igual a si próprio....

Ora, o regime de Mobutu saiu de um golpe de Estado e nunca foi investido da legitimidade do povo; violou permanente e reiteradamente os direitos humanos; impôs o tribalismo e o regionalismo; liquidou as forças armadas nacionais e ergueu um exército tribal e uma espécie de milícia privada; instituiu a corrupção generalizada da qual ele era o chefe; pilhou o país com os seus amigos estrangeiros; foi incapaz de manter um plano de reconstrução de infra-estruturas vitais para o país; deixou a economia num caos completo; levou o povo a uma pauperização generalizada, sem saúde e educação. No fundo, conduziu o país a uma catástrofe. No plano externo, serviu de agente aos interesses da França, Bélgica e EUA na região. Levou a Angola, Ruanda e Burundi a desestabilização permanente.

Este é o balanço do homem que os governos ocidentais apoiaram para levar a cabo esta façanha.

Vale a pena ter em atenção as propostas da AFDL para sobre eles se poderem fazer os respectivos juízos.

No domínio político, a AFDL, tendo em conta a interrupção do processo democrático saído do processo de independência de 1960, depois do qual não foram realizadas consultas eleitorais, propõe a criação de instituições caracterizadas por uma partilha equilibrada do poder:

- um poder legislativo com base num parlamento representativo das forças políticas;
- um poder executivo constituído por um Presidente eleito por sufrágio universal;
- um poder judicial independente.

A AFDL diz subscrever todos os grandes valores humanos inscritos na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, na Carta das Nações Unidas e da O.U.A.

É, pois, um programa que visa realmente restabelecer a democracia no Congo depois de Mobutu a ter confiscado.

É natural que, depois de um terramoto que durante 32 anos consecutivos abalou o Congo, o novo poder não possa fazer em meses que em tempo deverá ser feito.

É que a situação no Congo não pode ser apenas vista pelo ângulo das instituições políticas. É necessário ter em conta a catastrófica situação social e económica. E a AFDL tem no seu programa propostas para pôr a economia a funcionar e para levar a cabo uma política social que ajude a minorar todos os graves sofrimentos do povo congolês.

Não é fácil. O FMI e o BM estiveram sempre com Mobutu. O novo poder vai sofrer o habitual tipo de pressões e de ingerências para poder levar o seu governo por diante. A própria oposição a Mobutu é diversa e contraditória.

Tudo isto é certo, mas é certo também que para o Congo se abre um novo capítulo e que nele se pode escrever novas páginas, mais consentâneas com as aspirações do povo congolês.

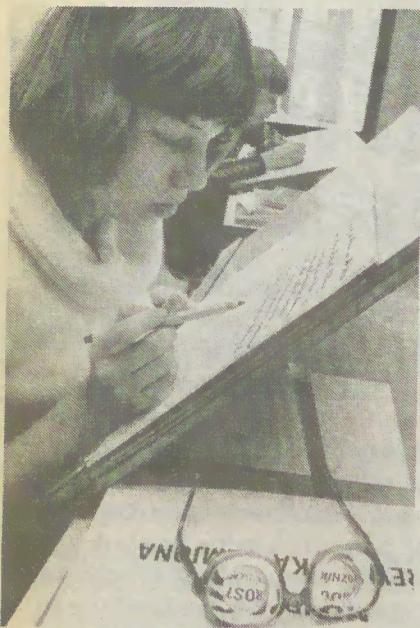
Sublinhamos, entretanto, que são múltiplos os laços forjados há séculos entre Portugal e o Congo. No quadro da luta pela diversificação das relações externas de Portugal, é de grande importância o reforço das relações entre os nossos dois povos, na base da igualdade, respeito mútuo, não ingerência e de reciprocidade de vantagens.

Os que ontem se banquetearam com Mobutu na partilha e pilhagem do Zaire continuam a exigir de Kabila o que nunca sequer se atreveram a reclamar de Mobutu. Sinais dos tempos. A melhor resposta foi a que o povo do Congo deu, unindo-se contra a ditadura, escorraçando os seus lacaios e vitoriando a AFDL. Quem teme esta alegria?

■ Domingos Lopes



## SEMANA



## Confusão nas bolsas de estudo

Estala a confusão nas previsões oficiais sobre as bolsas de estudo a conceder aos estudantes portugueses no próximo ano lectivo, com documentos oficiais do Ministério da Educação a apontarem para um «encargo adicional entre dois e três milhões de contos» para 1997/98, «o que constitui um acréscimo entre 32 e 48 por cento» em relação aos valores do ano lectivo em curso, enquanto simulações feitas por um organismo consultivo do Ministério em matéria de acção social escolar, com base num universo representativo, chegam a resultados bem mais baixos, prevendo

«um aumento médio de 25 por cento a curto prazo e 22 por cento a médio prazo». Este último estudo baseou-se numa amostragem real dos estudantes, enquanto as previsões do Ministério da Educação assentaram em informações recebidas das instituições do ensino superior. No meio da confusão descortina-se que, na prática, a maioria dos estudantes bolseiros (os de capitações acima dos 22 contos/mês) irá receber bolsas mais baixas (na ordem de 15% menos), sendo apenas uma minoria (os das capitações abaixo dos 22 contos) que irá beneficiar de algum aumento.

## Antigo líder vence na Mongólia

O antigo dirigente do Partido Comunista da Mongólia, Nachagyn Bagabandi, venceu as eleições presidenciais realizadas este domingo na Mongólia, conquistando 60,79 por cento dos votos expressos. Bagabandi derrotou o presidente cessante, Punsalmaagiyn Ochirbat, que esteve no poder nos últimos sete anos. Com esta vitória, os chamados «observadores ocidentais» interrogam-se já sobre o destino das reformas liberalizantes que o anterior regime estava a realizar, no quadro dos ditames do capitalismo internacional.

## Crise na investigação da antiga URSS

Uma petição assinada por 15 cientistas russos alerta para o facto de os cortes orçamentais no domínio das ciências fundamentais «conduzirem a uma destruição definitiva da ciência» no país. A petição surge numa altura em que o governo russo se prepara para apresentar aos deputados do parlamento um projecto de lei que pretende rectificar o orçamento de 1997 e onde defende uma redução de

21% nas despesas, corte que os cientistas não querem que atinja, mais uma vez, a investigação científica.

Entretanto, continua adiado o lançamento do primeiro módulo da estação espacial internacional *Alpha*, a cargo das fábricas espaciais russas, devido à falta de dinheiro para a sua construção. A *Alpha*, que conta com algum apoio financeiro dos EUA, irá substituir a estação espacial russa *MIR*.

## Produtores de fruta contestam ministro

Associações de agricultores reagem às afirmações do Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, que considerou numa entrevista ao *Diário de Notícias* que a produção frutícola portuguesa não atinge a qualidade e a quantidade suficientes para abastecer as necessidades do mercado. O vice-presidente da Associação dos Agricultores do Oeste, Feliz Alberto Jorge, afirmou ao *DN* que a sua organização prevê para este ano, considerado bom para a maçã e a pêra, uma produção de 150 mil toneladas de pêra rocha, contra as 40 mil toneladas do ano passado. «Com uma produção tão elevada, estamos preocupados porque ainda não

conseguimos garantir o escoamento e sabemos que vai ser difícil.» O mesmo se passa com a maçã, prevendo-se uma produção global de 230 mil toneladas, havendo já em stock 25 mil toneladas. Os agricultores garantem que «estamos com os frigoríficos cheios de maçã, porque com a concorrência da maçã argentina, que é colocada em Portugal a 25 escudos o quilo, não conseguimos vender, pelo menos a preços razoáveis». O mesmo se passa com a produção da batata nacional armazenada, que enfrenta a importação de batata francesa que chega ao nosso país a preços mais baixos que os custos de produção nacional.



## Ramos Horta admite Carrascalão no governo

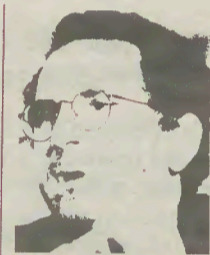
Em entrevista divulgada pela agência LUSA, Ramos-Horta admite o nome de Mário Carrascalão, ex-governador de Timor-Leste nomeado pela Indonésia e actualmente embaixador de Jacarta na Roménia, a liderar um governo de transição para a autonomia do território.

Segundo a LUSA, Ramos-Horta considera que Carrascalão, «além de ser respeitado por todos (independentistas e integristas) e de ter a confiança de Xanana Gusmão», é uma personalidade a que a

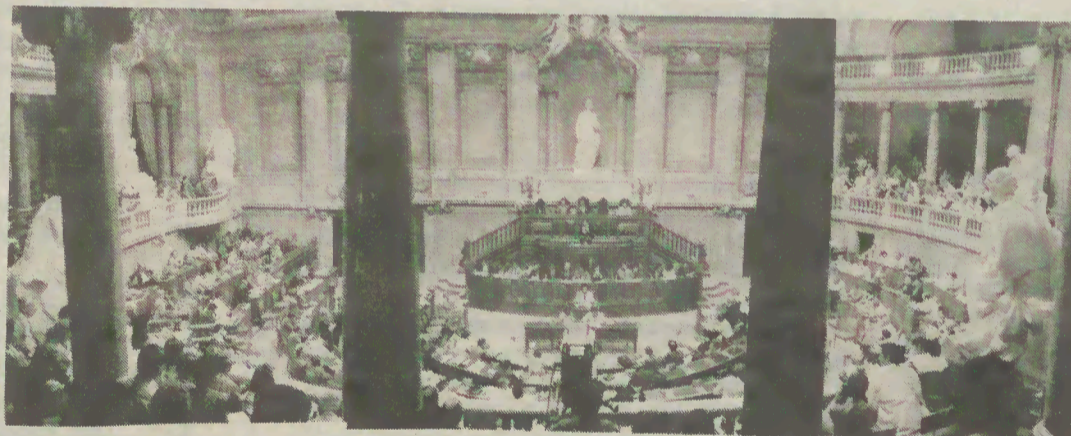
«Indonésia não pode dizer que não, por ter sido governador e embaixador» nomeado pelo regime de Jacarta.

A resistência de Timor-Leste está a preparar o primeiro congresso de timorenses, que deverá realizar-se em Portu-

gal, em Fevereiro de 1998, e no qual será discutida a criação de um governo-sombra, com o objectivo de preparar a transição do território da situação de ocupação militar de Jacarta para a autonomia, considerando Ramos-Horta que o

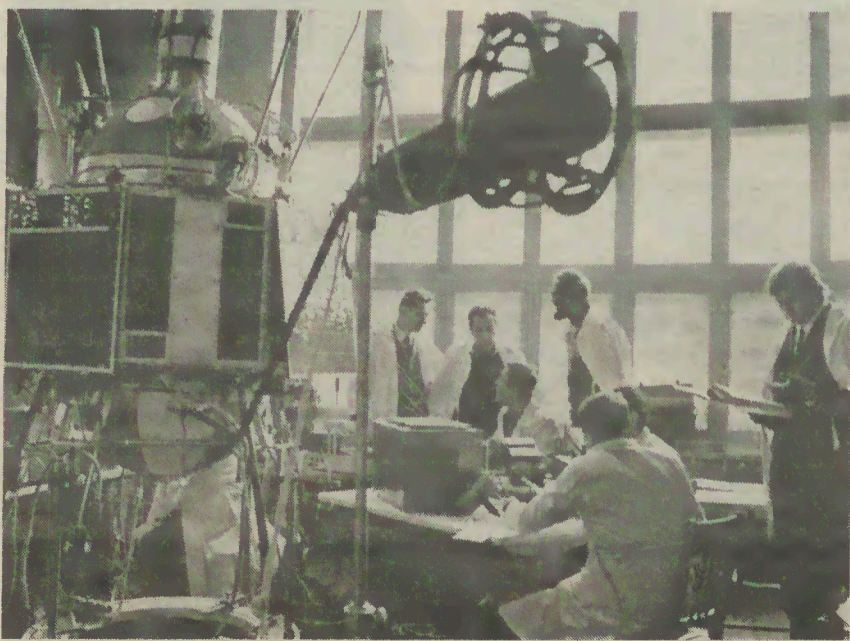


problema timorense deverá ter uma solução «nos próximos dois ou três anos».



## Ex-deputados constituintes contra acordo de revisão

Personalidades como o ex-governador civil do Porto, Manuel Ramos, e a actual vereadora da Câmara Municipal do Porto, Ilda Figueiredo, encabeçam um abaixo-assinado de mais de mil assinaturas liderado por um grupo de ex-deputados à Assembleia Constituinte (entre os quais os dois nomes atrás referidos), subscrevendo um protesto contra o acordo de revisão constitucional celebrado entre as chefias dos grupos parlamentares e os actuais responsáveis políticos do PS e do PSD. O protesto foi organizado para ser entregue pelos promotores da iniciativa ao presidente da Assembleia da República, Almeida Santos.



## FRASES

“A Virgínia está aqui intacta”

(Pacheco Pereira na apresentação da candidatura de Virgínia Estorninho à Câmara da Azambuja - *Jornal da Noite*, SIC, 18.05.97)

“Acho que somos os dois últimos revolucionários”

(Alberto João Jardim, sobre Zita Seabra - *Jornal da Noite*, SIC, 18.05.97)

“Eu penso que... não é de que (!), porque agora não estou a falar com o Bobby”

(Nuno Pinto da Costa, *Telejornal*, RTP, 18.05.97)

“Sobrou um milhão de contos no programa oficial de combate à sida - Uma comissão muito poupadinha”

Título do «*Público*», 16.05.97)

“Quando o ministro anuncia que quem recebe mais vai pagar mais ele não está a dizer que quem dispõe de mais riqueza vai pagar mais impostos. Está simplesmente a dizer que são os trabalhadores mais bem pagos que, uma vez mais, vão ser penalizados”

(Miguel Sousa Tavares - «*Público*», 16.05.97)

“De fora, vão continuar os que vivem de rendimentos de capital, os que se escondem atrás de todo o tipo de expedientes, os profissionais liberais que não passam recibos verdes, e os proprietários dos dois terços das empresas que, coitadinhos, ano após ano, invariavelmente, só registam prejuízos ou zero de lucros”

(Idem, *Ibidem*)

“Em termos de sistema económico e de confiança no mercado, parece-me que o eng. António Guterres é mais liberal do que o prof. Cavaco Silva, e, nesse aspecto, está mais perto de uma economia de mercado”

(Pedro Ferraz da Costa - «*Semanário*», 17.05.97)

“Os funcionários públicos e deputados de todos os níveis devem apresentar uma declaração sobre todos os rendimentos (salários, contas bancárias e acções) e imóveis (apartamentos e casas de campo) que possuem”

(Decreto assinado por Boris Yeltsin para combater a corrupção, in «*Público*», 19.05.97)

“A declaração é inútil, porque já não há nada para roubar, Já levaram da Rússia tudo o que podiam levar”

(Vladimir Jirinovski, *ibidem*)



## INTERNACIONAL



# Cabe aos povos decidir o futuro da Europa

No sábado, o Campo Pequeno viverá mais uma jornada de luta que, a exemplo de tantas outras ali realizadas, ficará na história do movimento de massas em defesa dos interesses do povo e do País

**L**isboa vai ser palco, no próximo dia 24, do comício internacional em prol do emprego com direitos e por uma Europa de progresso social, paz e cooperação. Promovida pelo PCP, a iniciativa conta com o apoio das forças políticas que integram o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu ou que com ele cooperam estreitamente, e propõe-se dar uma vigorosa contribuição à luta para que sejam os povos a decidir o futuro da Europa.

O grande número de presenças e o largo leque unitário dos participantes no comício internacional de Lisboa são expressão de que o problema do emprego é uma questão central mobilizadora de milhares e milhares de trabalhadores em luta por toda a Europa, e de que, embora com posições diferentes em numerosas matérias, existe uma efectiva vontade de cooperação de partidos comunistas, partidos de esquerda e de outros partidos progressistas.

É sabido que entre os partidos de esquerda há posições diferenciadas em relação à moeda única e ao futuro da Europa de Maastricht. Sendo o flagelo do desemprego que hoje se faz sentir no velho continente, resultado da orientação de classe inerente este projecto de União Europeia, pode parecer contraditória a convergência que se regista na luta em defesa do emprego.

Para Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP e responsável pela Secção Internacional do Partido, a convergência resulta da «própria gravidade da situação social». Lembrando que há actualmente na Europa mais de 20 milhões de desempregados, cerca de 50 milhões de pobres, cinco milhões de sem abrigo, faz notar que «contra a degradação da situação social, contra a polarização

da riqueza, contra a marginalização, etc., desenvolvem-se lutas muito importantes que os partidos de esquerda, e designadamente os partidos comunistas, não podem deixar de levar em conta». Reconhecendo que quanto às causas reais desta situação há opiniões diferenciadas, como há opiniões diferenciadas quanto ao caminho a seguir para superar este estado de coisas, Albano Nunes sublinha, no entanto, que «todos reconhecem que este é um problema central em torno do qual é necessário intensificar a cooperação e desenvolver acções comuns».

## Não à moeda única Sim ao referendo

Para o PCP, o Comício Internacional está naturalmente inserido na luta contra a moeda única e pelo sim ao referendo, na luta contra a Europa do grande capital e pela Europa dos povos, de progresso social, paz e cooperação. É sabido que o PCP sempre considerou que o tratado de Maastricht e as orientações neoliberais e anti-sociais que contém contradizem a possibilidade de solucionar o problema do emprego, do emprego com direitos, e que o caminho seguido pelos Estados Unidos ou pela Grã-Bretanha, por exemplo, não

é alternativa. Isso mesmo será defendido no Comício de dia 24, no Campo Pequeno.

Nas suas declarações ao «Avante!», Albano Nunes salienta que o facto de alguns dos participantes na iniciativa serem favoráveis à moeda única não impede a convergência, já que «todos consideram que a marcha para a moeda única não deve implicar políticas de austeridade que agravem os problemas sociais dos trabalhadores». Como faz notar, «o PCP considera que a melhor maneira de progredir no sentido da solidariedade internacional dos trabalhadores, dos povos e das forças progressistas é o desenvolvimento de iniciativas em torno de problemas concretos, e que será a própria dinâmica de luta comum que poderá vir a determinar patamares mais elevados de entendimento e de cooperação».

Um entendimento, recorda-se, que vem na sequência do comício de 11 de Maio de 1996, em Paris, onde esteve presente uma grande e combativa delegação de portugueses. Esta foi, depois de muitos anos, a primeira iniciativa de massas promovida conjuntamente por partidos comunistas e outras forças de esquerda. Depois disso, outras se seguiram, nomeadamente a cimeira de partidos realizada em Junho do ano passado em Madrid, em torno da problemática da integração europeia.

O Comício Internacional de Lisboa aparece neste contexto como uma iniciativa de grande oportunidade, quer a nível nacional, quer internacional. No primeiro caso, porque se inscreve na luta do PCP e dos trabalhadores contra a política do actual Governo e contra a marcha forçada para a moeda única; no segundo, porque se realiza numa altura em que, por toda a Europa, e em

especial na França, Grécia, Alemanha, Itália, Bélgica, tem havido grandes lutas da classe operária e outros sectores da população por aumento de salários, contra o desemprego e pela redução do horário de trabalho, e onde objectivamente é levantada a exigência de outro tipo de construção europeia favorável aos interesses dos trabalhadores e dos povos. O exemplo de Villvorde, na Bélgica, aí está a confirmá-lo.

Vale a pena assinalar a presença no evento, a nível individual, do deputado trabalhista inglês Ken Coates, animador da Convenção pelo Pleno Emprego na Europa em que participam sindicalistas, deputados, personalidades de toda

a Europa de um vasto leque político e ideológico, que se realiza hoje e amanhã em Bruxelas.

## Aprofundar a cooperação

A iniciativa de Lisboa testemunha ainda que há hoje uma maior consciência da importância da necessidade de cooperação dos trabalhadores para fazer face à ofensiva neoliberal do capital. Circunscrita, por razões operacionais, às forças que cooperam ao nível do Parlamento Europeu no Grupo Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, a

iniciativa de Lisboa abre, no entanto, caminho a outras de âmbito mais vasto em torno de objectivos comuns.

Segundo avançou Albano Nunes ao nosso jornal, estão em curso contactos entre partidos de esquerda na Europa com o objectivo de realizar uma nova cimeira em Madrid, no próximo mês de Julho, pouco tempo depois da conferência intergovernamental sobre a revisão do tratado de Maastricht, e na véspera da realização da cimeira da NATO que vai decidir sobre o seu alargamento a Leste.

Ao contrário do que sucede com outras «famílias políticas» europeias, estas iniciativas não configuram a eventual formação de um partido de esquerda europeu. Segundo Albano Nunes, o PCP considera que «esse não é um objectivo que deva ser colocado». Pelo contrário, o PCP é a favor do «estreitamento e reforço da cooperação, defende mesmo formas estáveis dessa cooperação, mas não partilha da concepção da formação de uma nova Internacional ou da criação de um partido com características supranacionais».

Sábado, em Lisboa, a solidariedade internacional fará sentir a sua força. A generalidade dos partidos participantes estará representada ao mais alto nível. Espera-se igualmente a presença de delegações de trabalhadores de outros países, nomeadamente de Espanha e Itália. Os trabalhadores portugueses, claro, são os anfitriões, com o espírito de luta e a mobilização que os caracteriza, como atestam as numerosas excursões em preparação de que o «Avante!» tem dado conta.

No Campo Pequeno, os povos vão fazer ouvir bem alto a sua determinação de serem eles os construtores do futuro da Europa.



Não à moeda única, Sim ao referendo - uma palavra de ordem que é uma exigência nacional



## INTERNACIONAL

# Kabila toma o poder Do Zaire ao Congo

«A guerra acabou!», declarou o «ministro» dos Negócios Estrangeiros do Congo, Bizima Karaha, no passado sábado, dia em que a Aliança Rebelde tomou Kinshasa e que Laurént-Desiré Kabila se proclamou Presidente do país. Vinte e seis anos depois do marechal Mobutu Sesse Seko ter mudado o nome do país para Zaire, o Congo voltou a chamar-se Congo.

No dia 14 de Setembro de 1996 teve início a guerra civil no Zaire. Quase oito meses depois, a 17 de Maio de 1997, os rebeldes tomaram o poder, aclamados pela população de todas as localidades por onde passaram.

A capital, Kinshasa, vestiu-se de branco para receber os homens de Kabila. Os habitantes saíram à rua em euforia com uma peça de roupa branca, enquanto os soldados desfiliavam com fitas da mesma cor, em sinal de paz.

Grupos de estudantes acompanharam o percurso dos cerca de dez mil soldados que avançaram para Kinshasa desde o

campo militar de Salongo até à cidade universitária.

Contudo, registaram-se alguns tumultos, em especial envolvendo soldados da guarda presidencial de Mobutu. Mais de 20 pessoas morreram na capital depois da chegada dos rebeldes. As pilhagens e os roubos multiplicaram-se até domingo. Mas os zairenses não foram as únicas vítimas - jornalistas estrangeiros foram também agredidos e roubados, como foi o caso dos enviados da RTP e da Rádio Renascença.

Outra vítima da queda tardia do regime de Mobutu foi o seu próprio ministro da Defesa. O

general Mahele Liyoko, chefe do estado-maior das Forças Armadas zairenses, foi assassinado na noite de sexta-feira pelos seus homens no campo militar de Tshatshi da divisão especial presidencial, a norte de Kinshasa. Segundo testemunhas, Liyoko tentava convencer os militares a renderem-se.

Os 3500 soldados de Portugal, Bélgica, França, Estados Unidos e Grã-Bretanha, que se encontravam no país preparados para evacuar os cidadãos dos respectivos países, não tiveram necessidade de intervir.

## «A questão é reconstruir o país»

Na «Declaração de Tomada do Poder» divulgada nesse mesmo dia, a Aliança Rebelde prometeu formar um governo de

salvação nacional no prazo de 72 horas e convocar dentro de 60 dias uma assembleia constituinte que redija uma Constituição provisória para o período de transição.

No mesmo documento suspendeu «todas as actas pseudo-constitucionais, bem como as instituições que criaram», e instaram «os elementos das Forças Armadas Zairenses e de todas as forças especiais a entregarem as armas».

«Estou feliz, muito feliz por ter tido êxito», afirmou Kabila. «Tenho o apoio do meu povo», acrescentou o novo presidente. «A questão é agora reconstruir o país, como construir a democracia e (obter) uma vida melhor para todo o nosso país», disse, por seu lado, o proclamado ministro dos Negócios Estrangeiros, Bizima Karaha.

«Neste dia, 17 de Maio de 1997, o regime ditatorial de Mobutu, que oprimiu a popula-

ção congoleza durante mais de 30 anos, acaba de ser totalmente derrotado na cidade de Kinshasa pelas forças da Aliança», afirmou o porta-voz dos rebeldes, lendo o primeiro comunicado militar divulgado através da rádio.

«Os actos de vandalismo, roubos e as pilhagens serão a partir de agora completamente proibidos e castigados com toda a severidade», advertiu.

O presidente cessante Mobutu Sesse Seko abandonou o país e, de acordo com fontes diplomáticas ocidentais que preferiram permanecer anónimas, deslocou-se para Marrocos, indo de seguida para França ou para o Liechtenstein.

Na sexta-feira, Mobutu renunciou à chefia do governo, mantendo no entanto o título de presidente. «Ele reina mas não governa», disse em conferência de imprensa o seu ministro da Informação.

Entretanto, o governo suíço ordenou o congelamento temporário «a título preventivo» de todos os seus bens e da sua família no país, respondendo a um pedido de colaboração judicial do Procurador-Geral de Lumumbashi, nomeado para o cargo por Mobutu mas pertencente a área controlada pela Aliança Rebelde.

O ex-ditador zairense possui bens um pouco por todo o mundo: África do Sul, Brasil, Bélgica, Portugal, EUA, Marrocos, França, Suíça, Espanha, Luxemburgo, Itália, Senegal, Costa do Marfim, Chade. Em 1993, os seus bens pessoais no estrangeiro foram avaliados em sete mil milhões de dólares (setenta por cento da dívida externa do país que durante tantos anos governou). Só na Bélgica, Mobutu tinha na altura dez propriedades, incluindo cinco castelos, quatro residências e uma quinta.

## Congo-Kinshasa

Mesmo considerando a insuficiência ou a inexistência de informações fidedignas, a contradição entre as notícias segundo os órgãos de informação ou a origem, as mistificações deliberadas - não é arriscado avançar que, na grande complexidade da situação e interinfluência de factores diversos, as três interrogações têm uma resposta afirmativa.

Para a economia desta reflexão não se vão aprofundar aqui as duas primeiras.

É por de mais evidente o conflito dos interesses imperialistas da França e dos EUA no Zaire, designadamente no sector mineiro do oriente e com as suas incensuráveis jazidas de cobre, cobalto ou diamantes. Os potentados económicos americanos pretendem fazer aos franceses o mesmo que estes fizeram em grande parte aos belgas: apropriar-se do saque neocolonialista das riquezas do Zaire e dos seus povos.

Basta constatar a celeridade com que foram feitas concessões mineiras a grandes grupos económicos estadunidenses pela Aliança liderada por Laurent Kabila, quando não estava sequer definida a questão militar ou do Poder, para aferir o grau de probabilidade (para não dizer de certeza) de que o imperialismo americano embarcou no campo da Aliança.

Para aferir quem estava agora do lado de Mobutu é elucidativo o trajecto do fantoche corrupto que é Mobutu, «herdado» pela França neocolonial e pela CIA da Bélgica colonial. Os mais novos não sabem, outros esqueceram ou tentaram apagar, que o tenebroso personagem começou por ser o sargento Joseph-Désiré, do exército colonial belga, antes se tornar o «general», o «leopardo», com o apoio dos «defensores dos direitos humanos» da Europa e da América. Cola-se oportunamente, como o tempo revelou, ao movimento de libertação congolês chegando a ser secretário particular de Patrice Lumumba, em cujo primeiro governo pós-independência alcançou a chefia do Estado Maior do Exército, em Junho de 1960. Contribuiu com o exército para o derrube e assassinato de Lumumba, entregando-o a Tchombé, acabando por alijar os seus aliados Kasavubu e Tchombé com o golpe de estado de 1965, altura em que inicia o seu regime despótico e corrupto que agora teve fim. Tenta camuflar a sua dependência do neocolonialismo francês com uma operação cosmética:

em 1971 muda o nome do país e da toponímia dos centros urbanos, sabendo com isso ir ao encontro da vontade das massas de apagar símbolos da dominação colonial, para demonstrar o seu ardente nacionalismo. Vai mais longe: decreta administrativamente a substituição dos nomes

Cabral em Angola e na Guiné, de Mondlane e Samora Machel em Moçambique ou Nyerere na Tanzânia). Uma das razões de fundo dessa personalização decorre da necessidade de assegurar a coesão do Estado e superar a falta de organização ou inexistência duma classe operária e

importante zona industrial do país, com uma classe operária ligada à exploração mineira. Foi em Katanga e em Elisabethville que se concretizou a operação Mobutu-Tchombé que derrotou o movimento de libertação. Na memória colectiva das massas da região está toda a luta que conduziu à independência, está o perfil dos seus auto-

res, está também a odiosa repressão que se abateu sobre eles pela contra-revolução: quem esquecerá a exibição pública, em Elisabethville, de Patrice Lumumba, algemado num jeep, com uma trágica dignidade sabendo que ia ser assassinado?

Muitos dos actuais membros das tropas de Kabila, e

ele próprio, estavam do lado do movimento libertador coerente. Refugiaram-se em países vizinhos e voltaram agora a combater. Laurent Kabila recupera, em declarações públicas, consignas, designações e conceitos como se tratasse de um segundo movimento de libertação. Massas populares manifestam o seu repúdio a Mobutu e ao que ele significou, dão força a posições de firmeza. As tropas rebeldes combatem desmandos e saques assegurando uma tranquilidade pública que poucos esperariam.

Estes sinais, os aliados que se revelam de um lado e do outro, a reserva da mediação do processo negociado da rendição de Mobutu por um país africano - a África do Sul - enformam uma componente de mudança revolucionária que retoma a república democrática.

## E depois da tomada de Kinshasa?

Mobutu e seu regime já pertencem ao passado o que, só por si, representa uma enorme vitória popular. Entretanto, o futuro permanece cheio de interrogações. São grandes e contraditórios os objectivos, os interesses, de forças e personalidades na frente interna. As ingerências estrangeiras têm largo campo de manobra e poderosos instrumentos de pressão que não vão no sentido da consolidação da democracia e da plena independência. Os problemas étnicos e o calvário dos refugiados constituem um quebra-cabeças que não favorece a estabilização.

Porém, havendo uma estreita ligação entre os novos poderes e os povos, se permanecer na memória das massas o que foi e representou o mobutismo, existem bases para se ter confiança num futuro progressista desta segunda república.

■ José Bernardino

## Conflito inter-imperialista, caudilhismo ou Revolução ?

Daqui a um período de tempo, relativamente curto suponho, a vida facilitará a resposta a estas interrogações. Entretanto, já existem elementos bastantes para se poderem vislumbrar pistas esclarecedoras.

próprios de origem francesa para dialectos do país - desaparece o Joseph-Désiré e surge o seu travesti Mobutu Sesse Seko Ngbendo Wavasa Banga - procurando, de passagem, apagar o seu passado colaboracionista e o seu papel de laiaio do neocolonialismo.

Sem êxito, de resto, a sua prática tornaria transparente que a única diferença consistiu no astronómico aumento da sua riqueza pessoal e da sua clique corrupta. Os recentes desenvolvimentos, o apoio do governo francês (com o propósito de arrastar o da União Europeia, veja-se a declaração da inefável Emma Bonino em apoio de Mobutu!) demonstra aliás quanto os «patrões» reconhecem a sua fidelidade e lhe perdoaram os «pecados», a repressão, a fome e o despojamento da cidadania ao povo.

## Um movimento à volta de um líder ?

Quanto à existência duma componente caudilhista, não no sentido fascizante ou caciqueiro mas no da personalização da liderança - neste caso em Laurent Kabila -, é evidente. Mas se esta componente multiplica interrogações quanto aos sentidos do prosseguimento do processo, não define se o seu carácter é progressista ou reaccionário. Sabemos que, exceptuando a Argélia e a África do Sul, nos movimentos de libertação em África nos anos 50 e 60 existe uma forte liderança pessoal sem que tal afecte o seu carácter progressista (cite-se, só como ilustração da amplitude geográfica do fenómeno, os casos dos Keita, no Mali e Senegal, de N'Krumah no Ghana, de Agostinho Neto e Amílcar

de condições subjectivas, de organização, do movimento popular.

## O conteúdo profundo da revolta

E aqui chegamos à indagação das características revolucionárias que coexistem no processo em curso. Por que motivo o movimento da Aliança liderada por Kabila se inicia no nordeste do país, na zona do Kivu, donde, curiosamente, é originário Lumumba? Qual a razão da facilidade da progressão das suas tropas a partir da região contígua aos Grandes Lagos até Lumumbashi (denominada Elisabethville nos anos sessenta), onde entram praticamente sem resistência? Por que motivo Lumumbashi se transforma na plataforma de progressão para Kinshasa, a qual não tarda a iniciar-se acabando por se consumir o controlo da capital pouco tempo depois? Como explicar a ampla participação das massas populares na recepção das unidades insurrectas, a sua cooperação na implantação no terreno e na neutralização das forças armadas mobutistas?

A opinião aqui defendida é que não se trata apenas duma superioridade bélica ou logística das tropas rebeldes. Estamos em presença de condições objectivas e da manifestação da existência na memória colectiva das massas da luta pela independência e do processo que se seguiu.

## Intervenção popular e memória colectiva

De facto, a então província oriental foi um dos esteios do movimento de libertação congolês. A região confinante com os Grandes Lagos é a mais



# Através da V Assembleia da DORSA PCP define estratégia para distrito de Santarém

A V Assembleia da Santarém elegeu a nova direcção e definiu as linhas de intervenção no futuro próximo

No passado sábado, a Organização Regional de Santarém (ORSA) do PCP realizou a sua V Assembleia com a participação de 140 delegados e a presença do Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, cuja intervenção encerrou os trabalhos. Estiveram igualmente presentes os dirigentes Albano Nunes, do Secretariado do CC, e José Casanova, o membro da Comissão Política responsável pela ORSA.

A iniciativa, que teve por consigna «Novo rumo para Portugal», decorreu nas instalações do Instituto da Juventude, em Santarém, mobilizando quadros de todo o Distrito. Os trabalhos foram dirigidos por Francisco Lancinha e tomaram também assento na mesa dirigentes do Partido nesta Organização e diversos quadros, nomeadamente (e por ordem alfabética) Armando Rodrigues, Amândio Freitas, Armindo Pinhão, Eugénio Pisco, Fernanda Duarte, Joaquim Emídio, Jorge Ferreira, José Augusto, Luísa Mesquita, Ramiro Silva e Valdemar Henriques. À noite, realizou-se em Vale de Santarém, na Estação Zootécnica Nacional, um jantar com apresentação pública dos candidatos da CDU às próximas eleições autárquicas no

Distrito de Santarém, iniciativa que contou igualmente com a presença de Carlos Carvalhas.

A V Assembleia da ORSA elegeu a sua nova direcção e aprovou, com uma abstenção, uma circunstanciada Resolução Política traçando as linhas de intervenção no futuro próximo, organizada em três grandes áreas: «O Partido»; «As propostas do PCP para o Distrito»; «Poder Local e Eleições Autárquicas».

Em relação ao Partido, definiu-se a actividade nas Comissões Concelhias e de Freguesia, nas células de empresa e sectores profissionais, na organização de quadros e no recrutamento e o trabalho com a juventude, a informação e a propaganda, tal como a participação e intervenção dos comunistas nas organizações

sociais e do Partido nas instituições.

«As propostas do PCP para o Distrito» dirigem-se a todas as actividades significativas: agricultura, indústria, comércio, serviços, turismo, ambiente, associativismo popular, Educação, Saúde, Segurança Social e ainda a Regionalização. Quanto ao «Poder Local e Eleições Autárquicas» fez-se um balanço do trabalho realizado e acentuou-se a tradicional estratégia do PCP e da CDU, baseada no trabalho, na honestidade e na competência.

Carlos Carvalhas encerrou os trabalhos com uma intervenção, de que damos alguns excertos.

(...) «Este ano vamos ter eleições autárquicas. Estamos serenos e confiantes porque globalmente e muito para além das fronteiras da Coligação Democrática Unitária, as populações avaliam muito positivamente o trabalho realizado pelos eleitos do PCP e da CDU.»

(...) «O prestígio conquistado através da obra realizada, o respeito ganho pelos compromissos assumidos e cumpridos, a experiência, a dedicação, a honesti-



dade e a competência dos seus eleitos fundamentam essa confiança.»

(...) «Trata-se de uma ampla e valiosa acção, balizada pelos programas eleitorais sufragados e pela permanente atenção à vontade e aspirações expressas pelas populações que, apesar dos progressivos condicionamentos decorrentes da política de direita dos Governos, primeiro PSD e depois PS, confirma a justeza das orientações seguidas e justifica a

reiterada confiança que as populações lhe vêm outorgando e que atesta a reconhecida capacidade de gestão da CDU nas autarquias locais.»

(...) «Sem prejuízo de deficiências e de dificuldades, que importa continuar a corrigir e a tentar superar, a Obra que a CDU tem vindo a construir, constitui um indispensável contributo e ponto de referência essencial para o novo mandato.»

(...) «Sempre exigentes com o

seu próprio trabalho, assente numa linha de massas, os eleitos comunistas, estamos certos, procurarão continuar a pautar a sua intervenção, mantendo e ampliando a linha e o estilo de trabalho democrático, participado e ligado ao povo, que é a garantia de eficácia da gestão, alavanca para a elevação da intervenção cívica das populações e contributo essencial à clarificação do quadro real em que se desenvolve a actividade autárquica.» (...)

## Conselho das Comunidades Portuguesas Henrique de Sousa salienta significado das eleições

Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central do PCP, deslocou-se à Suíça, entre os dias 15 e 19 de Maio, para a realização de reuniões com a organização do PCP na emigração portuguesa naquele país, designadamente em Zurique, onde foi constituído o secretariado da organização local do PCP.

Na sua deslocação, Henrique de Sousa participou ainda no Encontro de Coordenação das organizações do PCP na Europa, em Neuchâtel, na festa anual dos comunistas por-

tejo, Lisboa, Algarve e outras regiões).

O convívio - onde não faltaram os petiscos portugueses e cujo êxito nem a copiosa chuva conseguiu

importante significado político dos resultados das eleições recentes para o Conselho das Comunidades Portuguesas - em que as listas unitárias em que participaram comunistas foram as mais votadas em vários países, como foi o caso da Suíça -, reiterando, a seguir, a sua confiança no bom desempenho dos comunistas eleitos como representantes de todos os emigrantes, sem discriminações.

Também «as manobras em curso de gente ligada ao PS e ao PSD» que, em Portugal como na Suíça, estavam a procurar desvalorizar e desacreditar as eleições realizadas, invocando a abstenção para tentar diminuir a capacidade de intervenção deste órgão, mereceram a atenção do dirigente comunista. Tais manobras - disse - não deram, contudo, para fazer esquecer que foi o PSD que liquidou o anterior órgão representativo das comunidades emigrantes nem as pesadas responsabilidades do Governo PS na abstenção - pela ausência duma campanha de esclarecimento motivadora e eficaz - e nas numerosas irregularidades que marcaram este processo eleitoral.

Henrique de Sousa destacou, entretanto, a necessidade de serem introduzidos vários aperfeiçoamentos na estrutura, no processo eleitoral e na distribuição geográfica da representação do Conselho, com vista a corrigir notórias distorções e a garantir eficácia, democraticidade e isenção às eleições, e manifestou o firme propósito do PCP de defender e valorizar o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas como um importante fórum de defesa dos seus direitos.

Depois de fazer uma análise da

situação política em Portugal, e de ter sublinhado o ascenso do descontentamento e do protesto social contra a política do PS e o claro protagonismo do PCP como única oposição real e coerente a esta política, Henrique de Sousa abordou o capítulo da política quanto à emigração portuguesa no Mundo. Também neste aspecto o Governo fez tábua rasa das promessas eleitorais, preferindo investir na demagogia e na instrumentalização do aparelho consular, como se verificou em vários casos nestas eleições, afirmou.

O dirigente comunista deu ainda uma notícia breve das conclusões da reunião de coordenação das organizações do PCP na emigração portuguesa na Europa, que ocorreu no dia anterior na Suíça, sublinhando a determinação saída do Encontro, de intensificar o combate por uma viragem da política do Estado português quanto à emigração. Através, nomeadamente, da exigência de medidas que respondam com eficácia aos problemas e lacunas existentes no ensino da língua portuguesa, na coordenação dos sistemas de Segurança Social

(sobretudo quanto às reformas) e na modernização, descentralização e desburocratização do aparelho consular.

Por fim, Henrique de Sousa destacou a vitalidade da organização do PCP na emigração portuguesa na Suíça e apelou - dadas as boas condições existentes - a um maior esforço de organização e de adesão ao PCP e ao activo apoio dos emigrantes comunistas e outros apoiantes da CDU à Campanha Nacional de Fundos e ao trabalho preparatório das eleições autárquicas em Portugal.

### Encontro com PST

Aproveitando a sua deslocação à Suíça, para o programa de trabalho com as organizações do PCP, Henrique de Sousa teve um encontro com Anjuska Weil, deputada e Presidente do Comité Director do PST - Partido Suíço do Trabalho. No quadro das boas relações existentes entre os dois partidos, o encontro permitiu uma útil e fraterna troca de informações sobre a situação nos dois países e sobre aspectos da cooperação entre os dois partidos, designadamente quanto às questões da emigração e ao combate comum pelos direitos políticos e sociais dos emigrantes.

tugueses na Suíça, em Yverdon, tendo ainda integrado uma delegação do PCP que se encontrou em Lausanne com a Federação das Associações Portuguesas na Suíça francófona e visitado algumas associações de emigrantes portugueses, onde testemunhou a vitalidade do movimento associativo das comunidades portuguesas.

De destacar foi o convívio anual organizado pelos comunistas portugueses na Suíça, na zona rural de Yverdon, que reuniu cerca de duas centenas de militantes e amigos do PCP vindos de diversos pontos da Suíça (e originários do Porto, Alen-

impedir -, foi animado por jogos populares e um programa musical com artistas portugueses convidados. E ainda... pelas violas, concertinas e cantares de um grupo de militantes.

Manuel Alho, em nome do Organismo de Direcção Nacional do PCP na Suíça, que promoveu esta iniciativa, introduziu o momento político da festa, com a intervenção de Henrique de Sousa que, acompanhado de João Armando, do CC e da Direcção da Organização na Emigração, participou na iniciativa.

Na sua intervenção, Henrique de Sousa começou por salienta o

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Aires Ferreira Neves

Faleceu, vítima de acidente, o camarada Aires Ferreira Neves, de 70 anos de idade, Delegado de Informação Médica (reformado). Pertencia à Organização da Indústria Farmacêutica, ligada ao Sector de Empresas da Cidade de Lisboa.

#### António Gomes Nogueira

Faleceu com 76 anos de idade, o camarada António Gomes Nogueira, pedreiro. O camarada estava organizado na freguesia de S. Sebastião.

#### João Santos Pereira

Faleceu no passado dia 26 de Abril, em Foros de Lagoiços, Couço, com 45 anos de idade, o camarada João dos Santos Pereira. Era membro do Partido desde 1974.

#### Luís Rosa Carmo

Faleceu com 69 anos de idade, o camarada Luís Rosa Carmo, cozinheiro. Pertencia à célula da Torralta, onde militava.

#### Rosalina Maria Piedade

Faleceu recentemente, com 76 anos de idade, a camarada Rosalina Maria Piedade. Membro do Partido desde 1974, estava organizada na Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal, onde era muito activa.

#### Vitória Isabel Valente Lagarto

Com 55 anos de idade, faleceu no passado dia 19 de Maio, vítima de doença prolongada, a camarada Vitória Lagarto, natural do Alvito. A camarada foi delegada sindical na SIC - Sociedade Internacional de Confeções e dirigente do Sindicato dos Têxteis entre 1984 e 1991. Foi membro da Comissão Concelhia de Sintra, estando ultimamente organizada na Freguesia de S. Pedro de Penaferrim, Sintra.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## SUIÇA Emigrantes comemoram Abril

Em Sion, na Suíça, a comunidade portuguesa comemorou a Revolução dos Cravos com uma festa onde estiveram presentes cerca de 300 pessoas.

A apresentação esteve a cargo de José Augusto, membro da Comissão organizadora dos festejos, enquanto António Soldado fez uma intervenção sobre as importantes conquistas obtidas com a Revolução de Abril no plano cultural, social, económico e político. A situação dos trabalhadores emigrantes a par das lutas sociais neste país, foi abordada, respectivamente, por José Ferreira e por Varone, dirigente do sindicato suíço da construção civil na região. A festa foi animada pelos grupos coral e folclórico infantil da associação portuguesa em Sion, pelo grupo coral infantil da escola portuguesa em Vispe e pelo fadista popular, Bento Soldado, radicado na região.

## BRAGANÇA Honório Novo debate Moeda Única

Na visita que fez recentemente ao distrito de Bragança, a convite da Direcção Regional do PCP, o eurodeputado comunista Honório Novo participou num debate sobre «A Moeda Única e a União Económica e Monetária» e encontrou-se com organizações da lavoura ligadas à Olivicultura.

Honório Novo rejeita a moeda única «com base nas experiências recentes» de outras uniões económicas e monetárias e porque põe em causa o emprego, os salários e direitos dos trabalhadores, o aparelho produtivo e a soberania nacionais. O objectivo da UEM não é ajudar Portugal, ou sequer a Alemanha, mas sim «um conjunto de empresas transnacionais que estão organizadas na Comunidade Europeia de que, curiosamente, não faz parte qualquer pequena ou média empresa portuguesa, senão o grupo SONAE». Nos encontros de trabalho com dirigentes da Cooperativa de Vila Flor, da Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Associação Distrital dos Agricultores de Bragança, Honório Novo ficou a conhecer os principais problemas da olivicultura na região e expressou a posição do PCP na CE, aliás coincidente com a dos olivicultores.

## SETÚBAL Não à incineração em área protegida

A anunciada decisão do Governo de proceder à incineração dos resíduos industriais tóxicos em unidades fabris cimenteiras, e eventualmente na Sécil - localizada na área protegida da Serra da Arrábida -, assentando num protocolo já estabelecido entre o Ministério do Ambiente e a Cimpor (associadas ao grupo francês Scori), evidencia a vontade de apresentar o processo como irreversível. É a Direcção da Organização Regional de Setúbal que faz a denúncia, ao mesmo tempo que afirma que a decisão não foi antecedida de qualquer auscultação às entidades e estruturas representativas dos interesses locais a que diz respeito. A eventual escolha da região de Setúbal para proceder à incineração lembra a insistente tentativa de nela concentrar equipamentos e obras susceptíveis de afectar o meio ambiente e a qualidade de vida, afirma a DORS. Por isso considera no «mínimo estranho» que o presidente da Câmara Municipal de Setúbal não tenha ainda reagido a tais notícias e reclama do Governo uma informação completa e transparente sobre o processo.

## VILA VERDE Alterações de trânsito prejudicam populações

As alterações introduzidas no trânsito da Ponte de Prado - sem prévio conhecimento da população - estão a «dificultar ainda mais a utilização deste trajecto» e a agravar «a circulação na ponte do Bico, causando graves prejuízos aos utentes e ao próprio comércio local».

Estas considerações são feitas pela Comissão Concelhia de Vila Verde do PCP que, lamentando que o Governo Civil não tenha tomado as medidas necessárias no sentido de minimizar os problemas que estas alterações provocam, chama a atenção das populações para o atraso que, contrariamente a compromisso antes assumidos, se verifica no lançamento do concurso das obras da nova Ponte.

## GRÂNDOLA Comunistas preocupados com Torralta

As negociações em curso entre o Governo e a SONAE para a compra dos créditos da Torralta mereceram a preocupação das Comissões Concelhias de Grândola e de Setúbal do PCP. Tendo sido os trabalhadores que sempre evitaram o encerramento da Torralta, a destruição de mais de 250 postos de trabalho e a perda de importantes recursos financeiros para a economia e o País, qualquer negociação ou decisão devem ter em conta essa realidade.

É imprescindível, na opinião do PCP, que todos os cidadãos possam usufruir das praias existentes em toda a Península de Tróia, pelo que os seus acessos não podem ser postos em causa. Daí que qualquer acordo ou alteração - a haver - tenham de respeitar o PROTALI e o PDM de Grândola e estar sempre de acordo com o município, preservando o território e as suas características e qualidades ambientais e turísticas.

## Encontro de Lisboa denuncia

# Saúde pública é «parente pobre»

No Encontro Distrital promovido pela DORL do PCP, no sábado passado, no Espaço Vitória, com a participação de Edgar Correia, da Comissão Política, utentes e profissionais da saúde, uns militantes outros convidados, discutiram a situação da Saúde no nosso país.

«Não há dinheiro para a saúde» porque Portugal é o país da CE que menos gasta com a Saúde e os portugueses - «euróticos» à força - são, na opinião de um orador, vítimas dos critérios de convergência, sendo que o Governo se está completamente «borrifando» para a função social do Estado.

«A saúde pública é a parente pobre» ou «a saúde é hoje um negócio» (o terceiro a nível mundial, logo a seguir ao da droga) foram outros desabafos ouvidos, traduzindo a necessidade de procura urgente de soluções e da «criação pelo PCP de uma estrutura de composição ágil, ligada ao sector».

A construção de hospitais, centros de saúde ou extensões; as urgências e o atendimento desumanizado que nelas é prestado; o «negócio» dos medicamentos e os «genéricos»; o estatuto e gestão dos hospitais; a acção das autarquias na melhoria da saúde e mobilização dos cidadãos, foram alguns dos temas abordados no Encontro



## Edgar Correia sobre SNS

# «O que conta é a opinião dos utentes»

Na intervenção que proferiu (de que se transcrevem extractos), Edgar Correia referiu a «aproximação ao concreto dos problemas» que o Encontro havia permitido e afirmou que alguns desses problemas residiam no facto de o País estar a ser governado por um Partido que, tendo-se comprometido a alterar a política do Governo anterior, acabou por lhe dar continuidade. Razão por que os mais graves problemas não só não foram resolvidos como, em muitos casos, se agravaram.

(...)

Na avaliação da situação na área da saúde, para além dos propósitos políticos e das declarações mais ou menos bem intencionadas, o que conta e vale é a opinião dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, o grau de maior ou menor insatisfação em relação à resposta que os serviços proporcionam para os problemas e para as necessidades com que cada um os demanda.

Aproximando-se o Governo de metade do seu mandato e quando já seria legítimo observar alterações positivas na área da saúde, quer na linha dos compromissos e promessas eleitorais, quer dos objectivos fixados para a acção do executivo neste sector, a situação que se observa no terreno desmente progressos. E o balanço global surge claramente como decepcionante.

É certo que a equipa dirigente do Ministério da Saúde tem sido pródiga na apresentação de orientações gerais e perspectivas com as quais não é difícil estar de acordo, tais como o papel fundamental e a necessidade de regeneração do Serviço Nacional de Saúde, a estratégia de saúde regional (ARS de Lisboa e Vale do Tejo) e a estratégia nacional de saúde para 1997, a renovação de metodologias e a inovação ao nível dos instrumentos de gestão (funções apoio e agência). E que fez intervir em várias situações a Inspeção Geral de Saúde, com divulgação pública dos principais apuramentos - o que é naturalmente positivo.

Esta actuação sem dúvida que gerou expectativas positivas na opinião pública e entre profissionais do sector.

Mas essas expectativas têm vindo a ser crescentemente contraditadas pelas principais orientações e decisões adoptadas na prática.

(...)

O Ministério da Saúde tem claudicado

inteiramente perante os principais interesses que repartem entre si o grosso dos meios financeiros disponibilizados para o sector por parte do Estado.

É o caso da

política do medicamento em que ressalta as vultuosíssimas concessões feitas pelo Governo aos interesses que dominam o sector, de que é exemplo o ruinoso acordo celebrado com a APIFARMA, onde prevalecem os interesses das multinacionais farmacêuticas. Acompanhado pelo abandono de políticas que permitiriam efectivamente racionalizar os gastos neste sector, nomeadamente o fomento dos genéricos, a elaboração de um formulário nacional para o ambulatório e o desenvolvimento de funções-farmácia nas unidades do SNS.

São os acordos mantidos com o sector da medicina convencional, salvaguardando os ilegítimos privilégios privados construídos à sombra da subutilização dos recursos e das potencialidades do Serviço Nacional de Saúde.

É a política das restrições financeiras e funcionais em relação às unidades do Serviço Nacional de Saúde - nomeadamente dos cuidados de saúde primários - em flagrante contraste com as concessões feitas aos sectores privados que repartem entre si o fundamental dos recursos do sector.

É a política de nomeações, em que depois de uma primeira fase em que terão prevalecido critérios de competência técnica e profissional, se vem assistindo a um crescente avolumar de pressões por parte do aparelho do PS e à nomeação de boys para pontos sensíveis.

É a linha de desresponsabilização do Estado na área da saúde que vai emergindo novamente na política do Ministério: planos com vista à alteração do estatuto jurídico dos hospitais, de modo a possibilitar o estabelecimento de formas de propriedade mista dos hospitais públicos (Estado - privados ou Estado - misericórdias e outras instituições sociais); transferência de res-

ponsabilidades para misericórdias; retorno a concepções de um SNS mínimo e assistencialista.

(...)

A par do deslizamento das posições do Ministério da Saúde para uma linha cada vez mais extensa de compromissos com os grandes interesses instalados no sector - multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos, construtores de infra-estruturas, sector convencional crescentemente dominado por monopólios na hemodiálise e nas análises clínicas - é detectável o recrudescimento da pressão dos sectores neoliberais, com vista à recuperação de influência e de capacidade de decisão política ao nível das principais orientações da saúde no nosso país. O sentido das principais propostas apresentadas no documento do CRES, nomeadamente em relação ao financiamento, corresponde sem dúvida ao regresso em força das teses neoliberais à política de saúde.

É no quadro desta avaliação global que o PCP considera indispensável exprimir a sua opinião e que a política que está a ser globalmente levada a cabo pelo Governo na área da saúde é insusceptível de dar boa resposta aos problemas existentes, nomeadamente no que respeita aos obstáculos de natureza económica e social, aos inadmissíveis problemas do acesso aos cuidados de saúde prestados no SNS, e à sua qualidade.

A não ser rápida e drasticamente corrigida a política do Ministério da Saúde, no sentido da prevalência dos interesses da saúde pública e da reforma democrática do SNS, as iniciativas mais inovadoras ver-se-ão crescentemente isoladas e com esta ou com outra equipa ministerial o sector neoliberal retomará o comando das operações.

O PCP sustenta a necessidade de adopção de uma nova política, de uma política de esquerda na área da saúde. E sublinha a imperativa necessidade, através de uma mais dinâmica intervenção na esfera social e política, de dar mais activo combate à situação existente e de elevar o movimento reivindicativo em torno de objectivos concretos em correspondência com os interesses dos portugueses num sector de importância tão vital.

(...)



## Carlos Carvalho em Baleizão

## Os «sem terra» também existem no Alentejo

O Secretário-Geral do PCP participou, no domingo, no comício de homenagem a Catarina Eufémia, em Baleizão, perante uma multidão de mais de 1500 pessoas dos mais diversos pontos do Alentejo. Na Praça com o nome de Catarina, onde o comício decorreu, as pessoas resistiam firmes à chuva miudinha que caía para ouvir Carlos Carvalho. Durante a intervenção do Secretário-Geral do PCP (de que a seguir se transcrevem extractos), a assistência agitava bandeiras do PCP e da CDU, em apupos quando este se referiu ao Plano Integrado que o Governo diz ter para o Alentejo, «tão integrado e participado que ninguém conhece».

O comício em Baleizão foi o culminar de uma série de comemorações de homenagem a Catarina Eufémia, levados a cabo durante o dia, entre as quais se destacou a actuação e o desfile de 16 grupos corais pelas ruas.

«(...)

Nestes campos do Alentejo, de heróicas tradições na luta pelo pão, pela Reforma Agrária, pela liberdade e a democracia, prestando hoje homenagem a Catarina Eufémia, estamos também a prestar homenagem ao povo alentejano, à mulher alentejana, aos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Prestar homenagem a Catarina é continuar a luta contra a exploração, a pobreza, o esbulho e a espoliação dos bens do Estado, a acentuação das desigualdades e o desprezo em relação a quem trabalha, é continuar a luta contra a desertificação e o envelhecimento do Interior do País.

Prestar homenagem a Catarina é continuar a luta pelo desenvolvimento e pela melhoria do nível e qualidade de vida das populações. E é por isso que aqui estamos com determinação, serenidade e confiança no futuro.

Com a Reforma Agrária, aumentou-se o emprego, alargou-se o regime de segurança social aos trabalhadores agrícolas, apoiou-se a infância e a terceira idade, melhoraram-se as habitações, promoveu-se a cultura e a melhoria de vida nas aldeias e nos campos. Foi outra vida que se abriu depois da longa noite de opressão e de latifúndio.

## Um Plano Integrado que ninguém conhece

Houve um certo partido em que os seus dirigentes em campanha eleitoral, quando se tratava da caça aos votos, prometeu para o Alentejo «um Plano de Emergência e a Regionalização».

Chegaram ao governo e também meteram estas promessas na gaveta.

Agora em vésperas de eleições autárquicas dizem que têm quase pronto um «Plano Integrado».

Um plano tão integrado que nem os presidentes das Câmaras, nem os sindicatos, nem a população em geral conhecem sequer uma vírgula... Um plano da pólvora tão integrado e tão participado que ninguém o conhece...

Certamente foi elaborado pelo Governador Civil na sede local do PS com a experiência e os proveitos que adquiriu em Almodôvar... Ou então pelos ministros e secretários de Estado que, dia sim dia não, visitam tal ou tal autarquia com os sacos azuis em pré-campanha eleitoral.

Antigamente eram os do PSD agora são os do PS. Mudam as caras mas a prática é a mesma.

É também o caso do Ministro do Equipamento que não quer deixar os seus créditos por mãos alheias...

Depois de se ter convertido às privatizações e ao neoliberalismo, atrasa obras e adianta outras em função dos interesses partidários e inventa toda a espécie de inquéritos de fiscalização às autarquias CDU, cozinhando os respectivos relatórios, que depois faz passar para a imprensa tentando denegrir as Câmaras respectivas. É um fartote e uma vergonha. E falavam eles do PSD!

Estes não lhe ficam atrás. Uma questão essencial que se coloca com grande oportunidade é a necessidade de se garantir a legalidade do processo eleitoral em curso e de se combater empenhadamente o abuso e a instrumentalização do poder.

Nós não aceitamos inspeções, inquéritos e sindicâncias feitos por medida e feito, com particular incidência em municípios de maioria CDU, para que alegadas conclusões sejam depois passadas para certa imprensa com manifestos propósitos eleitoralistas. É uma vergonha.

Aliás, seria interessante que o Governo fizesse uma fuga para a imprensa sobre as conclusões do inquérito a Almodôvar ou a Tarouca, só para dar alguns exemplos.

E seria também interessante que o Governo respondesse ao pedido feito, fora da Assembleia da República, há várias semanas, pelo PCP de divulgação da lista integral das inspeções, inquéritos e sindicâncias dos municípios visados e dos critérios utilizados... Por que será que os Ministros das Finanças e do Equipamento não respondem? Qual

será o receio, qual é o motivo para o protelamento? Porque tanto um ministro como outro são relapsos. Convidamos o sr. primeiro-ministro, já que tanto fala de isenção e transparência, a responder à questão! Quem não deve não teme!

Nós não aceitamos e denunciámos também a utilização de Governadores Civis, cargo que não deveria já existir, como comissários políticos do partido do Governo e como verdadeiros agentes das máquinas partidárias em permanente acção eleitoralista.

Nós não aceitamos e denunciámos as CCR's e outros serviços periféricos do Governo que perfilam a sua acção com indiscutíveis propósitos eleitoralistas.

Mas o que é certo é que esse fervor eleitoralista não consegue esconder uma realidade que está cada dia mais presente.

É que este Governo continua no essencial a política que milhares de portugueses quiseram ver derrotada e que por isso cresce a sua condenação e o descontentamento.

## «A grande sensibilidade social» do Governo PS

Não há desenvolvimento do Alentejo sem se resolver o problema da água, do uso e posse da terra, da agro-indústria e da industrialização em geral da região.

Não há desenvolvimento do Alentejo enquanto se mantiverem



Carlos Carvalho denunciou a utilização de Governadores Civis como comissários políticos do PS e como agentes das máquinas partidárias em permanente acção eleitoralista

milhares e milhares de hectares de terra ao abandono, paredes meias com milhares de trabalhadores desempregados ou subempregados, enquanto não for entregue a terra a quem a trabalha.

Mas o governo PS, com o nome de socialista, por um lado, entrega dezenas de milhões de contos aos agrários a título de indemnização pela Reforma Agrária e, por outro, condena os Sem Terra do Alentejo ao desemprego e à emigração... É a política do «funil».

Para os trabalhadores, o congelamento dos salários com o eufemismo da «moderação salarial»; para o capital financeiro milhões em benefícios fiscais. Veja-se os lucros da Banca em 1996: BFE, 19 milhões; BPI, 15 milhões; BPSM, 11 milhões; BESCL, 23 milhões; BPA, 13 milhões; BCP, 23 milhões; etc., etc.

Para os reformados, a miséria das reformas e os aumentos que não dão para um café diário; para os grandes senhores do dinheiro, o leilão e a entrega de riquíssimo património público de empresas básicas e estratégicas.

Para os trabalhadores por conta de outrem, impostos e mais impostos; para os grandes a evasão fiscal dando concretização à máxima neoliberal: «se queres pagar menos impostos torna-te rico».

Mas o Governo diz que continua a governar com grande «sensibilidade social».

A tal sensibilidade social que se tem manifestado desde a primeira hora deste Governo, de tal sorte que no mesmo dia em que anunciaram



Uma série de comemorações de homenagem a Catarina Eufémia foi levada a cabo durante o dia de domingo, em Baleizão

ao país formalmente o novo executivo, o primeiro-ministro se reunia com a Confederação Industrial Portuguesa (CIP) onde Ferraz da Costa defendeu a alteração das leis laborais e maior flexibilidade no mercado de trabalho, ou seja, mais facilidades para despedir... e que agora até afirma que Guterres é mais liberal (isto é, serve melhor os interesses do grande capital) do que Cavaco Silva.

A tal sensibilidade que levou Rocha de Matos, Presidente da Associação Industrial Portuguesa, a afirmar («Diário Económico» de 23.09.96) que para os grandes empresários «existe, da parte destes, uma noção de que conseguem ganhar mais dinheiro durante o período dos governos socialistas do que noutros governos...».

A mesma sensibilidade social que arranjou a autêntica burla das 40 horas com a flexibilidade e a polivalência e que agora levou o grupo parlamentar do PS a derrotar o projecto do PCP.

O Partido Socialista prometeu ao Povo Português, aos trabalhadores portugueses, a redução do horário semanal de trabalho para as 40 horas. Promessa que fez incluir no seu Programa de Governo.

Mas em breve ficou claro que a promessa não era para cumprir. Que o Partido Socialista no fundo pensava que mesmo o que dizia no Programa de Governo não era para cumprir.

Nesta quinta-feira, a máscara do Partido Socialista caiu de novo ao não aprovar o projecto de lei do PCP que clarificava o que se deve entender por tempo de trabalho, para que se cumprisse aquilo que foi prometido pelo seu Governo e pelo PS!

A mesma sensibilidade social que, depois das promessas, inviabilizou o projecto de lei do PCP que propunha a reposição da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

A mesma sensibilidade social que levou o Governo a assinar, no dia 1 de Abril (e não foi por engano), um protocolo de Acordo com o grupo Mello, sobre a reestruturação da Lisnave, em que o Governo assume as dívidas ao fisco e à segurança social de 12 milhões de contos, de dois empréstimos obrigacionistas, respectivamente de 6 e 7 milhões de contos, tudo na módica quantia de 22 milhões de contos...

Então estes senhores não baterão palmas ao eng. Guterres e ao respectivo governo?

Mas os desempregados, os contratados a prazo, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios empresários certamente que não acompanham os aplausos destes senhores.

Certamente que vós estareis de acordo que o PCP não se cale perante as prepotências e as injustiças sociais, que denuncie, por exemplo, a atitude farisaica do Governo que se mantém «quedo e mudo» quando reconhece em estudo oficial que cerca de 50% da população activa tem um vínculo precário. É caso para perguntar: então agora as pessoas já não são números?

Certamente vós estareis de acordo que o PCP continue a lutar pelas 40 horas, juntamente com os milhares de trabalhadores que justamente aspiram a esta conquista, como estais de acordo que daqui enviemos a nossa solidariedade aos trabalhadores da Grundig e os protestos pelas lágrimas de crocodilo do Governo.

Certamente que vós estais de acordo que o PCP não se cale sobre o escândalo da distribuição dos fundos estruturais, em que as maiores empresas e proprietários agrícolas, com propriedades de dimensão latifundiária, recebem autênticas rendas anuais de mais de 100 mil contos. É um escândalo, como escândalo é o pagar-se milhões a meia dúzia de proprietários que, de livre e espontânea vontade, sem que a lei comunitária obrigue, decidem não cultivar milhares de hectares de terra.

É um escândalo, como já foi aqui afirmado, que em terras de Catarina 6 famílias detenham 60% da área da freguesia.

É um escândalo que 80% das terras do Alentejo pertençam a 1% das explorações.

Os «sem terra» não existem somente no Brasil e nas telenovelas brasileiras, existem também aqui em terras de Baleizão, onde se praticam as mesmas injustiças, marginalizações e discriminações.

Por isso, nós continuaremos a lutar por melhores condições de vida nos campos de Portugal, contra a desertificação e pelo desenvolvimento, envolver na luta assalariados rurais, pequenos agricultores e outros sectores da sociedade.

(...)



# CNA contesta declarações de ministro

A produção hortofrutícola, a questão dos matadouros e da sanidade animal, a reconversão dos cereais de sequeiro e os prejuízos provocados pela seca são temas abordados pela Confederação Nacional da Agricultura, CNA, em resposta às recentes declarações do ministro da Agricultura no DN.

Em total desacordo com as declarações do ministro, a CNA considera, ponto por ponto, estes diferentes problemas, começando por sublinhar a qualidade dos produtos agrícolas portugueses e a necessidade de incentivos e garantias aos nossos agricultores, que têm que fazer face às importações hortofrutícolas provenientes de Espanha, frequentemente subsidiadas, que "são factores de descida do preço à produção nacional, dificultam o escoamento da mesma e não são poucas vezes que estes produtos são destruídos".

A CNA reafirma, por outro lado, o seu protesto contra o encerramento dos matadouros e relembra o seu alerta "para a consequência da privatização da Sanidade Animal e em sua substituição a Criação das Associações de Defesa Sanitária" que, actualmente, ou estão a ser suportadas pelo Movimento Cooperativo ou em situação de falência.

Por falta de um verdadeiro plano de sanidade animal - denuncia a CNA - "as doenças nos gados, não só não estão a ser erradicadas, como proliferam".

A Confederação, que não é contra a reconversão de cereais de sequeiro, sublinha que "os pequenos e médios produtores de cereais têm de ser fortemente apoiados técnica e financeiramente, a fim de a poderem fazer".

Por último, neste documento de contestação às afirmações do ministro da Agricultura, a CNA reafirma que "os produtores de cereais e de gado afectados pela seca devem ser indemnizados pelos prejuízos".

## Alentejo em Lisboa pelo emprego e o desenvolvimento

Uma delegação de autarcas alentejanos desloca-se esta tarde à residência oficial do primeiro-ministro, para lhe apresentar um conjunto de propostas visando a criação de empregos e o desenvolvimento do Alentejo. Uma iniciativa do Conselho da Região Alentejo, face à ausência de resposta a mais um pedido de audiência.



Alentejo exige medidas de apoio ao desenvolvimento

Em causa estão as conclusões avançadas pelo Conselho da Região do Alentejo, em reunião de 8 de Maio alargada às Câmaras Municipais do Alentejo, Associações de Municípios, Regiões de Turismo e Assembleias Distritais. Concretamente - a implementação de medidas que possibilitem o investimento, no Alentejo, de pelo menos 10% do Quadro Comunitário de Apoio (actualmente de apenas 4%); o reforço do Programa Operacional da Região do Alentejo (em 25 milhões de

contos); um reajustamento da gestão dos Programas Sectoriais; ultrapassar atrasos no Programa de Desenvolvimento Integrado do Alqueva.

O documento, aprovado nesta reunião alargada, sublinha que a região "precisa de realizar um conjunto de reformas, diversificar a base produtiva, implementar um conjunto de estímulos à instalação das empresas, criar uma indústria transformadora que acrescente valor à matérias-primas e crie

postos de trabalho sustentáveis, definir e executar uma política de investigação aplicada e de aumentar o investimento público e privado".

Neste quadro, o Conselho da Região considera particularmente urgente a conclusão e aprovação de um Programa de Desenvolvimento Integrado para a Zona de Influência de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, de par de outras infra-estruturas e projectos estra-

tégicos (reformas estruturais na agricultura, floresta, indústria agro-alimentar e comercialização, decisão sobre o papel do Porto de Sines e da Base Aérea de Beja, extensão ao Alentejo da rede de gás natural).

O documento aprovado refere ainda a necessidade de apoiar, em particular, sectores de actividade com maiores perspectivas na região - vinha, olival e azeite, hortofrutícolas, beterraba sacarina, pecuária, alimentos preparados para animais, cortiça e madeira, rochas ornamentais e ambiente, concentrados puros.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico Integrado para o Alentejo surge como a base essencial para a concretização destes objectivos "numa perspectiva integrada", potenciadora da "articulação e das sinergias entre as acções sectoriais".

## Subsídios para pequenos agricultores

A agricultura esteve a semana passada em debate em Estrasburgo, na sessão plenária do Parlamento Europeu, que aprovou um conjunto de alterações a três regulamentos agrícolas relativos à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas, à melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e ainda aos agrupamentos de produtores e suas uniões.

Neste debate, o deputado do PCP, Honório Novo, apresentou uma emenda - imediatamente aprovada pelo plenário - que permite a concessão de indemnizações compensatórias a explorações com uma dimensão inferior a dois hectares de superfície útil agrícola, o que abre caminho a que mais de 80% das explorações agrícolas do nosso país acedam a tais indemnizações, incluídas num conjunto de ajudas comunitárias destinadas a compensar os baixos rendimentos das zonas desfavorecidas.

A implementação desta alteração está agora dependente do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia e do empenhamento do Governo português nesse sentido.

## VII Forum das Experiências Educativas

A realidade e os problemas do ensino básico e do pré-escolar estão em debate, entre 21 e 25 de Maio, no Pavilhão Carlos Lopes, no Forum das Experiências Educativas, um dos mais importantes encontros anuais da comunidade educativa de Lisboa.

Debates, comunicações e actividades diversas, como o teatro, dança, educação física, esgrima, pintura, música e artesanato, preenchem um vasto programa, de que se destaca a exposição de trabalhos das escolas e a I Festa das Culturas, no dia 23, às 21

e 30, com música, folclore e danças.

O Forum das Experiências Educativas, que tem este ano a sétima edição, abre um espaço de debate a todos os intervenientes na comunidade educativa e proporciona aos professores uma troca de experiências pedagógicas e reflexão conjunta sobre política educativa.

No Forum de 1996, que foi visitado por muitas centenas de pessoas, participaram 686 docentes, 27 associações de pais e mais de dois mil alunos, além de entidades e serviços vários.



A Jornada terminou com um concerto rock que juntou cerca de dois mil jovens

## Juventude em movimento

Perto de uma centena de jovens activistas da CDU participou, no passado sábado, numa visita aos concelhos de Loures e Amadora para tomar contacto directo com a obra realizada.

Em Odivelas, o anfitrião foi o vereador da CM de Loures e membro da DORL do PCP, Paulo Piteira, que conduziu a caravana pedestre, com muitas bandeiras e entusiasmo, pelo Complexo da Piscina de Odivelas, pelo Gabinete da Juventude, pelas obras da Pista de Desportos Radicais e da Biblioteca D. Dinis.

O almoço, já na Amadora, foi um momento de animada

confraternização a que se seguiu uma visita, dirigida pelo Vereador da CDU da CM da Amadora, Manuel Vieira, ao magnífico Parque Central da Amadora, às obras do Parque Delfim Guimarães, ao Espaço Jovem aí existente e aos Recreios da Amadora.

A Jornada terminou com um Concerto no Polidesportivo do Parque Central, com os Primitivos Reason, com a participação entusiástica de dois mil jovens. A Juventude CDU, no Distrito de Lisboa, está em movimento e promete não parar até Dezembro.

## Freguesias de Braga

«São candidatos que não andam à procura de lugares onde possam auferir ou acumular qualquer vantagem material ou projecção social, mas sim pretendem contribuir para o benefício das populações e do concelho.» É deste modo que a CDU/Braga caracteriza os cabeças de listas a seis freguesias do concelho, apresentados na passada semana em conferência de imprensa.

Na ocasião foi recordada a regra dos eleitos da CDU de não ficarem com as remunerações auferidas nas freguesias, revertendo estas a favor da Associação de Eleitos Comunistas e outros Democratas (AECOD) ou para a própria freguesia. Só entre 1995 e 1997, foram entregues para obras no distrito a colectividades, paróquias e a uma Junta de Freguesia 1200 contos provenientes do fundo criado.

A CDU divulgou ainda os objectivos gerais e linhas de intervenção dos seus eleitos, reclamando mais competências para as freguesias e o reforço das transferências directas do orçamento do Estado. Neste momento, as juntas da cidade têm meios reduzidos e as verbas disponibilizadas pela Câmara «são tão ridículas que algumas freguesias só existem para passar atestados e mal podem pagar os seus funcionários», denunciam os candidatos da CDU.

A Coligação mostra-se confiante no concelho de Braga onde já foram efectuados contactos em cerca de 90 por cento das freguesias tendo sido recebidas «indicações positivas» que apontam para «uma forte possibilidade de reforçar» o número de listas CDU e «boas perspectivas para o crescimento dos resultados eleitorais relativamente a 1993», ano em que, recorde-se, comunistas e aliados concorreram a 45 órgãos autárquicos de freguesia.

Para já, são conhecidos os seguintes cabeças de listas: Freguesia de Maximinos - **Júlio Alves Vieira**, 47 anos de idade, técnico agrícola, presidente da ADADB, membro da direcção da Associação de Pais da Escola Secundária de Maximinos; Freguesia de São Lázaro - **António Manuel Rodrigues**, 48 anos, médico, chefe de serviço de Medicina Interna no H.S. Marcos, dirigente do Sindicato dos Médicos do Norte, membro do PCP e eleito na Assembleia de Freguesia; Freguesia de S. Vicente - **Maria Fernanda Sá Mendes**, 45 anos, professora, membro do PCP; **S. Vítor - Lídia Maria Leite dos Santos**, 46 anos, professora, dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), membro da DORB e do Conselho Regional de Braga do PCP, vereadora na CM de Braga; Freguesia de Dume - **João Oliveira Sousa**, 47 anos, profissional de panificação, membro do PCP e eleito na Assembleia de Freguesia; Freguesia de Nogueira - **Maria Júlia Vale**, 34 anos, educadora de infância, dirigente do SPN, membro do PCP e eleita na Assembleia Municipal; Freguesia de Adufe - **António José Guilherme Peixoto**, 46 anos, técnico dentário.

## Faleceu Vicente Lima

Faleceu recentemente em Portimão, vítima de doença prolongada, **Vicente Henrique Lima**, que contava 80 anos de idade. Antifascista de longa data, foi vereador da Câmara Municipal de Portimão eleito nas listas da CDU como independente.



## Candidatos da CDU

### ALANDROAL



Margarida Godinho

No passado domingo, Margarida Lúcia Godinho foi apresentada como cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal do Alandroal. A candidata tem 53 anos de idade é licenciada em Organização e Gestão de Empresas, técnica superior na CM do Redondo, membro da DOREV e da Concelhia do Redondo do PCP. Presidente da Assembleia de Freguesia de Redondo, presidente do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Freguesias é ainda coordenadora da Comissão Executiva da Delegação Distrital de Évora desta associação.

Na sessão pública, esteve presente Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP, que salientou o facto de a candidata ser uma mulher, aproveitando para recordar que em 1979 as mulheres representavam 8,9 por cento dos eleitos do PCP e dos seus aliados na CDU. Esta percentagem, já na época superior aos restantes partidos, passou em 1993 para 18,5 por cento, sendo que nos concelhos de maioria CDU atingiu os 20 e 30 por cento. Contudo, dos 300 cabeças de lista às Câmaras Municipais, apenas 31 eram mulheres (10,3%), e dos 49 presidentes eleitos, apenas dois são mulheres.

A apresentação de Margarida Godinho, afirmou Fernanda Mateus, «é um claro sinal que o PCP e a CDU no distrito de Évora mantém esforços com vista a elevar a participação das mulheres na condução da gestão autárquica».

### ALMEIRIM

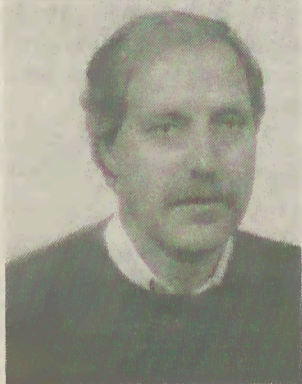


José Alfaiate

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Almeirim é José Assunção Santo Alfaiate. A decisão foi anunciada no passado fim-de-semana, na sequência de uma reunião da coordenadora concelhia da CDU. José Alfaiate tem 47 anos de idade, é engenheiro electromecânico,

responsável pela Unidade Técnica de Almeirim da LTE-EDP. Vereador da Câmara entre 1975 e 1985, foi eleito na Assembleia Municipal nos mandatos de 1986/89 e 1993/97. Foi fundador da Telemon-Telecomunicações e é director dos Bombeiros Voluntários de Almeirim e vice-presidente da Associação de Deficientes Mentais do Vale de Santarém.

### ARRAIOLOS



Jerónimo Loios

No encontro concelhio realizado na passada sexta-feira, 16, em Arraiolos, com a presença de centena e meia de activistas e apoiantes da CDU, foram divulgados os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal. O candidato à Câmara Municipal é Jerónimo Loios, actual presidente da Câmara. Tem 48 anos, é bancário e membro da Comissão Concelhia de Arraiolos do PCP. Joaquim Miguel, de 49 anos, operário agrícola e membro da concelhia e da DOREV do PCP, recandidata-se à Assembleia Municipal.

Na sua intervenção, Jerónimo Loios fez um balanço da actividade autárquica no concelho ao longo de mais de duas décadas e destacou três linhas de orientação para o próximo mandato: realizar numerosas obras por administração directa; modernizar os serviços, melhorar a formação profissional e os contactos com as estruturas representativas dos trabalhadores; articular a acção dos órgãos autárquicos do concelho com todas as colectividades, grupos desportivos, escolas, misericórdias, lares, agentes económicos e sociais.

Na sessão interveio José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, que criticou a actualização do actual Governo referindo em especial a ausência do plano de emergência para o Alentejo e a insuficiência de verbas destinadas à região no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

### ARGANIL

Margarida Viegas e Eduardo Serra são, respectivamente os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Arganil. Margarida Viegas, candidata independente, tem 42 anos e é engenheira na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Eduardo Serra tem 41 anos e é ajudante técnico de Farmácia.



Margarida Viegas

### OLIVEIRA DO BAIRRO

Fernando Peixinho é o candidato da CDU à Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro. Com esta candidatura, a Coligação propõe-se voltar a ter representação naquele órgão autárquico para assim defender o desenvolvimento do concelho e a qualidade de vida das suas populações.

Fernando Peixinho é um prestigiado médico, tem 68 anos e é presidente da Comissão de Melhoramentos de Oia. Na sequência de uma longa e activa participação na Oposição Democrática ao regime fascista, foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, a seguir ao 25 de Abril de 1974; foi presidente da direcção do Centro Social de Oia, ocupou e ocupa cargos nos órgãos sociais da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Oia desde a Sua fundação. Foi ainda candidato a deputado à Assembleia da República em várias eleições e é membro da Comissão Nacional da ID - Intervenção Democrática e da Coordenadora Concelhia da CDU.

### UISEU



Manuel Rodrigues

A CDU/Viseu apresentou recentemente os seus cabeças de lista aos órgãos autárquicos do concelho. Na sessão de apresentação pública, os candidatos Manuel Rodrigues e José Teles divulgaram dez compromissos fundamentais para com a população que constituem as linhas gerais que orientarão a sua acção como eleitos.

Manuel Rodrigues, candidato à Câmara, tem 43 anos, é professor licenciado em Filosofia. Membro da direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e do Conselho Nacional da Fenprof, é ainda presidente

da direcção e director do Centro de Formação da Prof - Associação de Professores de Viseu; presidente da mesa da assembleia geral da Confederação Nacional da Agricultura e da Associação de Agricultores da Região de Viseu; presidente da direcção do secretariado dos baldios do distrito de Viseu; presidente da mesa da assembleia geral da Associação de Solidariedade Social de Lafões e membro da Sociedade Portuguesa de Autores e da Sociedade Portuguesa de Ciência da Educação. É autor do livro «Os Baldios» e co-autor do livro «Se Houvera Quem Me Ensina-ra». Foi candidato à Assembleia da República em 1991 e 1995. É membro do Secretariado da DORV e do Comité Central do PCP.

José Teles, candidato à Assembleia Municipal, tem 40 anos, é operário metalúrgico, coordenador da DORV e membro do Comité Central do PCP.

### VILA NOVA DE POIARES



Aurora Sobral

A CDU divulgou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Vila Nova de Poiares. Os candidatos são, respectivamente, Aurora Sobral, de 50 anos de idade, empregada; e António Fernandes, de 63 anos de idade, empregado de escritório.

## As obras em Évora

A vasta obra realizada pelo município de Évora no actual mandato foi passada em revista no passado sábado no decorrer de uma visita promovida pela coordenadora concelhia da CDU, em que participaram cerca de três dezenas de quadros.

A comitiva, sempre acompanhada pelo presidente da edilidade Abílio Fernandes e pelos vereadores Manuel Branco, Jorge Pinto e José Alves, começou a visita no Salão Central, edifício degradado que a Câmara adquiriu recentemente para recuperação para fins culturais. Depois foram observadas as obras na Rua Conde Serra Tourrega, sendo aí explicado o conteúdo do Programa de Apoio à Modernização do Comércio, cujo montante ascende a 3,2 milhões de contos, e anunciada a remodelação do Jardim do Paraíso.

Deslocaram-se depois para o Parque infantil Almeida Margiochi que vai ser igualmente objecto de grandes transformações, onde puderam constatar as alterações efectuadas no Mercado da Reforma Agrária que passou a utilizar a Horta das Laranjeiras e a área envolvente do Mercado 1º de Maio.

Durante o dia, foram visitados a Horta das Figueiras, o Terminal Rodoviário, a Malagueira e o Parque Industrial. Aqui já se encontram construídos vários equipamentos com destaque para o polidesportivo. A comitiva apreciou ainda a construção do parque industrial da Freguesia da Azaruja, a Escola Primária de S. Miguel de Machede e a Estação de Tratamento de Águas, onde foi introduzido o método de depuração por ozono. A jornada terminou na freguesia de S. Manços que em breve terá a sua ETAR em funcionamento.



## Guarda



## Uma intervenção rigorosa

Com a participação de Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e a presença de cerca de uma centena de eleitos, activistas e apoiantes da Coligação, decorreu no passado sábado, 17, o Encontro Distrital da CDU que debateu as autarquias e as próximas eleições.

Numerosas intervenções de eleitos em assembleias municipais e de freguesia fizeram o balanço do trabalho realizado e formularam duras críticas à gestão do PS e do PSD nos 14 municípios do distrito, onde campeiam o «presidencialismo» e a falta de transparência nas decisões, admissão de pessoal e adjudicação de obras. A improvisação e os projectos eleitoralistas em vez da planificação a médio prazo e das obras estruturais, o esbanjamento dos dinheiros públicos em benesses, compadrios e a ausência completa de uma oposição fiscalizadora e com propostas alternativas são outros traços que caracterizam as autarquias da Guarda.

O Encontro considerou que esta situação dá força e torna imperativa a decisão de «levar a voz da CDU às câmaras municipais», elegendo vereadores nos principais concelhos do distrito. Uma vez eleitos, os candidatos da CDU levarão aos executivos municipais as qualidades que já hoje definem os seu trabalho nas assembleias: fiscalização rigorosa da actividade das maiorias, defesa permanente dos anseios das populações; valorização e enriquecimento da função autárquica pela assunção plena do cargo para que foram eleitos e do valor das propostas que realizam.

Na sua intervenção, Luís Sá referiu a «perseguição» que o Governo PS está a fazer às câmaras de maioria CDU, promovendo inquéritos de toda a espécie e divulgando de forma apressada e com fins eleitoralistas as suas conclusões, em flagrante contradição com o silenciamento que faz de sindicâncias e inspecções a câmaras socialistas há muito realizadas. Disse também que o dinheiro dos chamados «sacos azuis» corre em abundância para as câmaras PS, tal como fez o PSD quando era Governo, situação contra a qual o PS ergueu a voz denunciando esta prática de utilização dos dinheiros e do aparelho de Estado para apoio eleitoral partidário. Agora pratica o que antes criticou, disse Luís Sá.

O dirigente comunista alertou ainda os municípios para a «armadilha» que constitui a nova lei de competências «extraordinária» que o Governo tem vindo a publicitar. O que se pretende, explicou, «é alijar para as câmaras responsabilidades e encargos incompatíveis com as suas disponibilidades financeiras e de quadros».

No final do Encontro, os presentes aprovaram o manifesto eleitoral da CDU para o distrito e foram divulgados os nomes dos cabeças de lista às câmaras e assembleias municipais do distrito.

O Encontro Distrital, realizado no salão de congressos de Seia, foi ainda marcado pelo gesto de apreço e simpatia da pintora Ana Carvalhal que no encerramento se dirigiu a Luís Sá para oferecer à CDU uma das suas obras expostas numa galeria adjacente alusiva ao 25 de Abril.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PS chumba projecto do PCP  
que clarifica as 40 horas**A cedência à rapina do patronato**

O Parlamento rejeitou, com os votos do PS, o projecto de lei do PCP relativo à clarificação da lei das 40 horas. Pôr termo à conflitualidade nas empresas resultante dos atropelos na aplicação da lei, abrindo simultaneamente espaço aos deputados socialistas para arripiarem caminho, cumprindo as suas promessas no que respeita às pausas e intervalos de descanso, constituíam os objectivos visados no diploma do PCP. Assim o não entendeu a bancada do PS, ao optar, isolada (PSD e PP abstiveram-se), por um chumbo que vem confirmar a "reserva mental" que, a exemplo do Governo, tem mantido sobre esta matéria. Octávio Teixeira, no final, em tom muito crítico, não podia ser mais claro: "o Governo está a defraudar e a enganar os trabalhadores".

A inevitabilidade da conclusão a que chegou o líder parlamentar comunista decorre desde logo do próprio facto de as 40 horas terem sido uma "promessa" eleitoral do PS, que, depois de votar ao lado do PCP por tal objectivo, a fez incluir no seu programa de Governo, agora por cumprir. Odete Santos lembrou-o da tribuna, a abrir o debate, como fez igualmente questão de avivar a memória dos deputados socialistas ao recordar-lhes o que estes repetidamente disseram na Assembleia em audiências a representantes de trabalhadores sobre as pausas e intervalos de descanso.

Ora, sucede, como sublinhou a parlamentar comunista, que de Norte a Sul do País continua a assistir-se - com

excepção das empresas que respeitam as pausas considerando-as tempo de trabalho efectivo - "à rapina de tempo livre" aos trabalhadores dentro do tempo de trabalho. Uma prática que de resto não é nova e é indissociável, na perspectiva de Odete Santos, do objectivo, sempre perseguido pelo patronato, de desregulamentação do trabalho.

Por si lembrados foram os mais de 270 mil trabalhadores, abrangendo os mais variados sectores de actividade, atingidos por esta sonegação do tempo livre a que têm direito.

Um atentado que conta com a "inércia conivente do Governo, do Ministério do Emprego e da Inspecção Geral de Trabalho", denunciou, e que assume as mais variadas formas, "desde a alteração de horários sem qualquer consulta aos representantes dos trabalhadores, até à eliminação das pausas, à redução do horário à custa das pausas, à redução do tempo para o almoço, até ao próprio prolongamento do tempo de permanência na empresa".

O que está em causa, pois - foi ainda Odete Santos a pôr o

dedo na ferida, depois de lembrar a luta desenvolvida pelos trabalhadores há mais de cinco meses pela redução para as 40 horas -, continua a ser "o combate contra a desregulamentação do trabalho".

Ao apresentar este projecto de lei, para o PCP, como assinalou a parlamentar comunista, tratava-se, por conseguinte, não de criar conceitos novos, mas sim de clarificar os existentes, fixando-os em lei "com o conteúdo de progresso jurídico e social que hoje têm".

E foi precisamente a esta questão central que o PS fugiu, refugiando-se para o efeito em ataques ao PCP. Artur Penedo descortinou mesmo propósitos obscuros na iniciativa comunista, vendo nela, tão-só, imagine-se, um propósito de "agitação social e política, tendo em vista a derrota e o fim do Governo PS".

Quanto à questão nodal - a de afirmar claramente que as pausas contam para o tempo de trabalho efectivo -, embora insistentemente instada a esclarecer a sua posição, a bancada socialista nada disse.

No final do debate, a plenos pulmões, durante alguns minutos, os trabalhadores presentes nas galerias deram mostras do seu sentir, fazendo ecoar no hemiciclo a expressão da sua revolta: "40 horas sim, vigarice não".



Mais de 270 mil trabalhadores continuam sem beneficiar da redução do tempo de trabalho, facto que originou um forte movimento de luta pelo comprimento das 40 horas (na foto, manifestação na capital em Janeiro último)

## Revisão constitucional



A Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) manterá o esquema de reuniões em

vigor, decidiram no final da passada semana os seus coordenadores, rejeitando, deste modo, uma proposta de Jorge Lação visando o seu aumento. Significa isto que o número de reuniões da CERC com vista a acelerar o processo de revisão em ordem a garantir a data de final de Julho como o limite imposto pelo plenário vai manter-se, pelo menos durante os próximos quinze dias, ou seja, cinco reuniões semanais. Entre vários vários deputados da CERC cresce entretanto a ideia de que "não será muito provavelmente possível efectuar a revisão constitucional até 30 de Julho, como o plenário da Assembleia da República determinou".

## Aval à UGT



O presidente da Assembleia da República conferiu, faz hoje oito dias, posse à Comissão

Eventual de Inquérito Parlamentar ao aval do Estado à UGT, a qual terá 30 dias de prazo para a conclusão dos trabalhos. Almeida Santos desejou "um bom trabalho" a esta Comissão Eventual de Inquérito, afirmando que "deviam desde já começar a trabalhar", expressão que motivou um reparo do líder da bancada do PCP, Octávio Teixeira, porquanto, observou, os trabalhos "só podem começar após a publicação em Diário da República" da posse da Comissão. A Comissão terá assim, após a publicação da sua constituição, 30 dias, que, segundo Almeida Santos, "poderão ser prorrogados por mais", para produzir um relatório que esclareça as circunstâncias em que decorreu o aval do Estado à UGT, que permitiu a esta central sindical contrair um empréstimo de 600 mil contos, na Caixa Geral de Depósitos.

## Sistema educativo



A proposta governamental de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo foi

aprovada, na generalidade, faz hoje uma semana, com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PSD. Os restantes partidos, que viram as suas propostas rejeitadas, nomeadamente o PCP, o PP e o PEV, votaram contra o documento do Governo. O diploma, que agora baixou à Comissão da Educação, Ciência e Cultura para debate na especialidade, foi duramente criticado no momento do debate pela bancada comunista. A deputada Luísa Mesquita acusou então o Governo, recorde-se, de prosseguir objectivos economicistas e de ter produzido uma má proposta, em desrespeito pelo princípios constitucionais, optando por alterações que acentuam a mercantilização do ensino.

## Promoção externa da Expo 98

**Inércia do Governo compromete objectivos**

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de não ter um "programa articulado" de promoção externa da Expo 98, o que, a cerca de um ano da sua realização, pode comprometer o número de visitantes que tem vindo a ser anunciado. Para Lino de Carvalho, que levantou a questão na semana transacta num debate sobre turismo, os motivos de preocupação não se esgotam neste capítulo. Tão grave como a ausência de uma estratégia capaz de garantir o "envolvimento e a mobilização dos grandes operadores turísticos internacionais", alertou, é a falta de medidas que assegurem que a vinda à Expo 98 "não se esgote em si mesma" e se transforme num "veículo para a promoção turística do País, para a permanência e visita a outras regiões e a outros locais de oferta turística nacional".

O problema reside, com efeito, no facto de não existirem da parte do Governo ou do ICEP quaisquer acções junto dos operadores - que preparam já os seus pacotes turísticos para 1998 - que visem garantir nesses programas organizados a continuação das férias dos visitantes ao nosso país para além da Expo 98.

Este aspecto é tanto mais grave e escandaloso quanto é certo que a partir de Madrid - foi Lino de Carvalho a lembrá-lo - já se conhecem operadores que, com o apoio da Secretaria de Estado do Turismo de Espanha, estão a oferecer, para turistas de outros países, visitas à Expo com partida de manhã da

capital espanhola e regresso à noite para continuarem as suas férias no país vizinho.

Daí o repto lançado pelo deputado comunista ao Governo para que este apresente com urgência "um programa concreto que articule a promoção da Expo 98 com a promoção turística do País",

desafio que tornou extensivo ao incremento de uma política de turismo correspondente à efectiva importância que este sector detém na economia nacional.

Os motivos para esta posição da sua bancada explicou-os ainda o deputado comunista ao assinalar a inexistência de qualquer medida

"concreta, inovadora, tomada pelo Governo" em matéria de turismo. "Nem uma a não ser um conjunto de lugares-comuns transcritos nos programas do Governo, nas Grandes Opções do Plano e agora nos Programas de Acções de Intervenção Estruturante no Turismo", sublinhou Lino de Carvalho.

**Financiamento do ensino superior  
PCP rejeita propinas**

O financiamento do ensino superior público esteve ontem no centro do debate parlamentar, ocupando a totalidade da ordem do dia. Em agenda, dois diplomas: um, sob a forma de proposta de lei, do Governo; o outro, em projecto de lei, do PCP.

Fortalecer o sistema de ensino público por forma a que este possa cumprir a sua função social, eis, em síntese, do ponto de vista do Grupo comunista, a linha mestra de uma nova política, a qual, defende, deve assentar em três pilares fundamentais: a autonomia dos estabelecimentos e do sistema, o financiamento e a avaliação.

Nesse sentido, nas suas orientações gerais, as propostas preconizadas no diploma do PCP imputam ao Estado a plena responsabilidade pelo financiamento integral do sistema de ensino superior público, defendendo simultaneamente que os estabelecimentos devem ser dotados de orçamentos "suficientes e estáveis".

Quanto à questão do autofinanciamento nas suas diversas for-

mas, o diploma, na sua nota preambular, rejeita o aumento das propinas estabelecido em 1992 no Governo de Cavaco Silva e sustenta que a prestação de serviços "deve ser considerada apenas como uma fonte supletiva de receitas".

Para o debate de ontem, realizado já depois do fecho da nossa edição, estava igualmente agendado um outro projecto de lei, também ele relacionado com este grau de ensino. Trata-se da Lei-Quadro da Acção Social Escolar no Ensino Superior, diploma da autoria do PCP que, ao estabelecer os seus princípios orientadores, propõe a consagração de duas formas distintas e complementares de apoios: por um lado, a consagração de apoios gerais aos estudantes, desde a alimentação aos transportes, passando pela assistência médica e medicamentosa ou pelo material escolar; por outro, a consagração de discriminações positivas, traduzidas na atribuição de bolsas de estudo e na concessão de alojamento a quantos manifestem capacidade para a frequência no Superior mas não disponham de recursos económicos.



## TRABALHADORES

## Comunistas de Braga respondem a Guterres

## «A Grundig manda no Governo»

A administração despede agora, para depois receber subsídios pela criação de novos postos de trabalho, precários e sem direitos - denuncia a direcção regional do PCP.

Reagindo segunda-feira a declarações do primeiro-ministro acerca do despedimento de uma centena de trabalhadores do Complexo Grundig/Blaupunkt - dizendo que o Governo não manda na Grundig, foi feito um conjunto de diligências mas não surtiram efeito... -, o Secretariado da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP considerou que as afirmações de Guterres «revestem-se da maior gravidade e são motivo de profunda indignação».

«O Governo não manda na Grundig, mas a Grundig manda no Governo», respondem os comunistas, acusando: «O PS e o seu Governo estão amarrados aos compromissos impostos pelo poder do grande capital e pelas grandes potências europeias, em primeiro lugar a Ale-

manha e a França. É esta a lei da União Europeia de Maastrecht que nos querem impor e que o Governo do PS, como antes os governos do PSD, aceitou.»

O PCP reafirma que há necessidade de pessoal noutras empresas do complexo industrial, as quais deveriam absorver os trabalhadores da GIP. Mas a multinacional empurrou-os para o desemprego, com objectivos denunciados pelos comunistas: «O que a administração quer é lançá-los agora no desemprego e depois criar postos de trabalho. O Estado - o Governo - nessa altura inter-vém, para dar apoios à criação desses postos de trabalho e transferir subsídios da Comunidade Europeia. A administração vai depois escolher o pessoal que quer meter, com con-



A luta dos trabalhadores em defesa do emprego e dos direitos tem merecido a solidariedade activa dos comunistas aos mais diversos níveis, desde a empresa ao Parlamento Europeu

tratos a termo e sem direitos, para melhor os explorar.»

Anteontem, a Comissão Concelhia de Braga do PCP expressou a sua solidariedade aos 107 trabalhadores que receberam cartas de despedimento e levantou muitas dúvidas

quanto à promessa do presidente da Câmara Municipal, de dar emprego no município a 30 pessoas, no imediato, e aos restantes despedidos, no prazo de um ano. «O Governo PS não quis apoiá-los quando devia. Abandonou-os e curvou-se,

servil, ao poder da multinacional alemã. Não é eticamente aceitável, nem politicamente sério, que se aproveite agora esta situação para fazer propostas em cima da hora, promessas vagas e abstractas» - afirma a concelhia.

## Para que o Governo respeite os compromissos

## Greve a mais de 75 por cento na Administração Local

«Apesar duma acção de desmobilização claramente dirigida nalguns distritos, mais de 75 por cento dos trabalhadores aderiram à greve nacional», informou o STAL numa nota divulgada ao fim da tarde de segunda-feira. A direcção do sindicato reúne amanhã para analisar a postura do Governo e tomar decisões quanto ao futuro.

Com a greve, afirma o STAL, «mais de 75 por cento dos trabalhadores das autarquias exigiram do Governo seriedade e cumprimento dos compromissos assumidos» no início de 1996, quando foi firmado um acordo com os sindicatos da Administração Pública.

Entre as questões que ainda estão por resolver, o sindicato da Administração Local aponta:

- a regulamentação e aplicação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco;
- a reestruturação e revalorização das carreiras profissionais;
- a defesa da estabilidade e qualidade do emprego;
- a revogação do diploma que veio limitar o direito às ajudas de custo;

- a negociação suplementar dos salários de 1997;
- a defesa dos serviços públicos da Administração Local;
- a aplicação do índice 100 dos sapadores aos bombeiros municipais, bem como dos subsídios de risco e de disponibilidade permanente;
- a clarificação do estuto profissional do pessoal dos serviços

concessionados, com respeito pelos direitos adquiridos.

Como irregularidades e manobras de desmobilização dos trabalhadores, o STAL apontou a actuação de um jurista da CM de Sintra, os obstáculos colocados à realização de plenários nas câmaras do Porto e de Penafiel, as ameaças de Narciso Miranda na CM de Matosinhos, a intervenção frustrada de dois dirigentes concelhios do PS no Montijo. Nos Açores, o Governo Regional difundiu uma nota considerando a greve inoportuna. Diversos serviços recorreram no dia da greve a trabalhadores requisitados aos centros de emprego e a reclusos.

Ao fim da manhã, o sindicato do Município de Lisboa anunciava uma percentagem de adesão à greve de 62 por cento, no período nocturno. O STML congratulava-se, na nota que enviou à comunicação social, com a «postura resistente e combativa» dos trabalhadores e expressava a confiança em que «a luta não vai parar até à solução das justíssimas reivindicações apresentadas ao Governo e também ao Município de Lisboa».

Na sexta-feira, o STML reuniu com o secretário de Estado da Administração Pública, que não apresentou soluções ou propostas concretas. Para esse dia estava anunciado o início de negociações com o vereador responsável pela Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, que apresentou uma proposta de horários vista pelo sindicato como «uma base positiva».

## Professores insatisfeitos protestaram em Lisboa

Docentes de todo o País concentraram-se sexta-feira passada no exterior do Pavilhão Carlos Lopes (na foto), de onde partiram em «acto público de insatisfação» para o Ministério da Educação. Convocada pela Federação Nacional dos Professores, a manifestação de descontentamento teve por principal objectivo levar o ME a divulgar as propostas governamentais sobre a revisão da estrutura da carreira.

Relativamente a esta importante parte do Estatuto da Carreira Docente, a Fenprof exige clarificação e calendarização do processo de revisão e colocou, como exigências dos professores, a redução da duração da carreira, a redução do leque salarial, a contagem de todo o tempo de serviço para integração nos escalões e «um tratamento menos discriminatório» para os professores bacheiréis.

Entre as questões levadas ao ME pelos manifestantes estão ainda a urgência de vinculação para os professores contratados (que levaram a cabo outras acções já durante esta semana) e a correcção das pensões degradadas - refere uma nota da Fenprof.

A federação pronunciou-se também sobre a intenção do Governo de transferir para as autarquias a gestão do pessoal docente do pré-escolar e 1º ciclo, recusando tal opção e recordando que semelhante tentativa, na década de 80, «foi liminarmente rejeitada pelos professores e educadores».



## Justiça feita

Aos reformados da Mompur e da Equimetal foi comunicado que durante ontem e hoje lhes ia ser paga, por funcionários do IPE nas instalações do Sindicato dos Metalúrgicos no Barreiro, uma compensação relativa aos complementos de reforma. O sindicato congratulou-se com esta decisão, recordando que ela tem lugar depois de vários anos de luta e uma recomendação do Provedor de Justiça.

## Greve nos Açores

Mais de 70 por cento dos trabalhadores da Função Pública da Região Autónoma dos Açores estiveram em greve sexta-feira passada, reclamando a reposição do subsídio de insularidade (retirado pelo anterior Governo Regional e que o novo executivo prometeu repor) e protestar contra a precariedade de emprego. O sindicato do sector (STFPSA) considerou a greve como um «êxito rotundo», que deixou claro que os trabalhadores «não aceitam que as campanhas eleitorais sejam usadas para enganar as pessoas».

## Eleições

Tomou posse dia 8 a coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Setúbal (CIS), eleita por 170 membros de CTs no dia 17 de Abril e que, «no exercício dos seus direitos, na sua acção em defesa dos trabalhadores, dará o seu contributo para que as empresas progridam, tendo como centro e principal destinatário os trabalhadores, o seu bem-estar e o emprego». O comunicado da CIS aponta ainda a intenção de estreitar o relacionamento com o movimento sindical e condena os projectos que pretendem desvirtuar a Constituição da República, tanto em relação às CTs como aos direitos dos trabalhadores.

A lista A venceu muito folgadoamente as eleições para a comissão central e subcomissões de trabalhadores da Petrogal, realizadas dia 9. Dos 1649 votos entrados nas urnas, a lista unitária arrecadou 1372, o que lhe confere 10 mandatos na CCT e 44 nas subcomissões. A outra lista concorrente obteve 197 votos, elegendo um representante para a CCT e outro numa sub-CT.

## Ferroviários

A real zação de uma greve, no dia 6 de Junho, foi admitida expressamente na resolução saída de uma reunião realizada segunda-feira, em Lisboa, de representantes sindicais da FSTFP/CGTP, do Sinafe/UGT, do SIFA, da Fentcop e do SINFB. Em causa está a falta de respostas do Governo e da gerência a questões como o regularmento de carreiras, as avaliações profissionais, os prémios e outras, no âmbito da revisão do Acordo de Empresa.



**Carlos Carvalho contesta a privatização e alerta para uma previsível manobra eleitoralista**

# A EDP já devia ter baixado as tarifas

**A** alienação ao capital privado é uma opção política que, proporcionando elevados lucros aos especuladores bolsistas, prejudica seriamente os interesses dos consumidores, dos trabalhadores e do País.

A privatização da EDP está colocada no centro das atenções da opinião pública. Sob as orientações do Governo, a administração decidiu gastar cerca de um milhão de contos numa grande campanha publicitária. Os lucros garantidos aos compradores, num negócio à conta do erário público, também são de molde a que a operação dê que falar. Mas, por trás de toda a poeira levantada, falta uma consistente discussão sobre o futuro do sector eléctrico e sobre as consequências desta eufórica alienação de acções.

Os comunistas têm estado entre os mais fortes defensores de uma EDP pública, moderna e em condições de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do País e o bem-estar das populações. Ao intervir, sexta-feira passada, no encerramento do encontro nacional de quadros do PCP na EDP, Carlos Carvalho recordou o valioso serviço que a empresa pública (cindida, desmembrada e transformada em sociedade anónima pelos governos e as administrações do PSD) prestou ao País durante os seus vinte anos; em contrapartida, apontou a experiência da privatização da empresa congénere na Grã-Bretanha, durante a governação conservadora de Margaret Thatcher, que teve por resultados o aumento das tarifas, a degradação da qualidade do serviço e o despedimento de trabalhadores.

No caso português, o secretário-geral do PCP afirmou que «estamos perante uma privatização de uma empresa básica e estratégica, a baixo preço, escancarando-se as portas às multinacionais e ao desemprego». «Uma empresa estratégica e ainda por cima com tal valor de venda irá ter naturalmente uma grande procura a que o Governo chamará de "um grande êxito"! Mas o que temos pela frente não é um êxito, mas sim uma política criminosa. Uma política levada a efeito por um governo socialista que vai entregar uma empresa estratégica ao grande capital e às multinacionais, gerida pelo máximo lucro, retirando a sua função de interesse público e social» - acusou Carlos Carvalho.

Notando que, «com a privatização, já se anuncia milhares de desempregos», o dirigente comunista considerou que este caso «é um escândalo e uma vergonha para o Partido Socialista».

## O imposto da moeda única

Contestando, com as experiências conhecidas, que a privatização da EDP implique uma diminuição dos preços, Carlos Carvalho sublinhou que «a EDP não precisa de ser privatizada para que as tarifas baixem».

Mais «as tarifas deviam ter baixado, ao longo destes últimos anos, para valores que compatibilizassem o desenvolvimento económico da empresa (investimentos, amortizações, etc.), com a qualidade e o preço de um bem essencial exigidos para um serviço público».

Só que, em vez disso, «a política de direita de Cavaco Silva, prosseguida por António Guterres, transformou o pagamento da energia eléctrica num novo imposto pago por todos os portugueses, para alcançar o seu "desígnio nacional" de entrar na moeda única!».

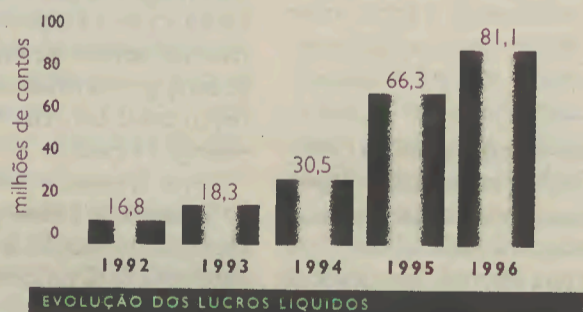
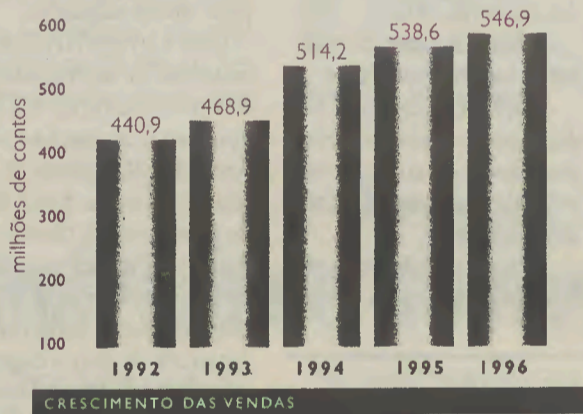
Para o secretário-geral do PCP, «os lucros de muitas dezenas de milhões de contos que a EDP vem obtendo (190 milhões de contos nos últimos três anos) mostram que a baixa das tarifas não só é possível e economicamente compatível com o desenvolvimento da empresa, como é uma exigência nacional».

## A proposta comunista

«Em vez de dirigir, como parece ser o novo objectivo dos gestores da EDP, os resultados da EDP para a especulação financeira (dos 133 milhões de contos de investimento previstos para este ano, 35 milhões destinam-se a aplicações financeiras), ou aumentar esses resultados à custa da destruição de mais uns milhares de postos de trabalho (depois dos 8 mil eliminados nos últimos anos), nós defendemos que, na base de uma EDP, empresa pública, se podia verificar no imediato a baixa das tarifas de alta e baixa tensão, permitindo assim aliviar as despesas das famílias portuguesas e reduzir os custos de produção para milhares de pequenas e médias empresas» - disse Carlos Carvalho.



A António Guterres endereçou Carlos Carvalho dois recados: - «não venha, depois da privatização, diminuir as tarifas, para atribuir tal medida à privatização, lá para Outubro ou Novembro, em vésperas de eleições autárquicas, gastando mais uns milhares de contos em propaganda, anunciando que tal é o magnífico resultado da privatização...»; - «convidamos o Governo a decidir a baixa já, a vigorar para o segundo semestre de 1997, poupando assim ao País gastos em publicidade, e aliviando, ainda que ligeiramente, a factura energética dos portugueses.»



*Elevados lucros e gigantesco volume de vendas caracterizam a EDP como a maior e mais lucrativa das empresas portuguesas. É esta a «nossa energia» que o Governo PS vai privatizar (gráficos de um dos folhetos publicitários oficiais)*

O dirigente comunista adiantou alguns cálculos, «a título de exemplo», que «uma baixa de 20% nas tarifas de alta e baixa tensão, levaria o kW/hora, actualmente a 18\$38, para cerca de 15\$00, continuando a empresa a manter uma elevada capacidade de autofinanciamento (193%), a pagar ao Estado 33 milhões de contos de IRC... e a continuar a dar um lucro líquido de cerca de 36 milhões de contos».

## POSTOS DE ATENDIMENTO A CONSUMIDORES ENCERRADOS NO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

### REGIÃO CENTRO

IDANHA-A-NOVA  
FÁTIMA  
BELMONTE

ÓBIDOS  
VIEIRA DE LEIRIA  
VILAR FORMOSO  
MANTEIGAS

### REGIÃO SUL

AZEITÃO  
ALANDROAL  
ALCÁCER DO SAL  
ALCANENA  
ALCOCHETE  
ALCOUTIM  
ALJEZUR  
ALMODOVAR  
ALPIARÇA  
ARRAIÓLOS  
ARRUDA DOS VINHOS  
AZAMBUJA  
BAIXA DA BANHEIRA  
BARRANCOS  
CAMPO MAIOR  
CASTELO DE VIDE  
CASTRO MARIM

CONSTÂNCIA  
COSTA DA CAPARICA  
CUBA  
ENTRONCAMENTO  
NISA  
OURIQUE  
PALMELA  
PORTEL  
SALVATERRA DE MAGOS  
SARDOAL  
SEIXAL  
SOBRAL MONTE AGRADO  
VIANA DO ALENTEJO  
VIDIGUEIRA  
VILA DO BISPO  
VILA NOVA DA BARQUINHA  
VILA DE REI

NOTA: Nos 14 concelhos do Distrito de Portalegre apenas se mantêm 3 locais: Portalegre, Elvas e Ponte de Sor.

*A EDP fica mais afastada das populações do interior, como mostram dados recolhidos pelos sindicatos*



## AUTARQUIAS

## AUTÁRQUICAS

LISBOA

## Coerência e celeridade

Em 1989, a «Coligação por Lisboa» recebeu dos eleitores da capital um mandato inequívoco para assumir a condução da gestão da cidade.

Em 1993, a já então «Coligação com Lisboa» voltou a ganhar as eleições e o amplo reforço da votação mostrou à evidência que os lisboetas aprovaram o trabalho desenvolvido.

Há oito anos, Lisboa era uma cidade degradada sobre todos os pontos de vista e em vias de perder definitivamente a sua identidade e humanidade.

Valioso património histórico era demolido para dar corpo a projectos urbanísticos especulativos sem qualquer qualidade arquitectónica. Não se investira em infra-estruturas, no desenvolvimento económico e social. Os atrasos eram de décadas. A vida tornava-se insuportável, a cidade pouco vivível para os lisboetas e os que nela trabalham o seu dia-a-dia e até a sua luminosidade, única de beleza, se perdia, triste, num apagado desmazelo.

Em dois mandatos apenas, Lisboa renasceu. É hoje um autêntico estaleiro em obras que sem dúvida afectam o quotidiano dos cidadãos, mas significam avanços monumentais na sua modernização.

Grandes desafios foram inicialmente identificados e a todos eles se vem dando cumprimento. Elaborou-se um Plano Director Municipal para pôr termo à especulação e caos urbanístico. Melhorou-se a mobilidade e acessibilidades. Revalorizou-se o ambiente e o património.

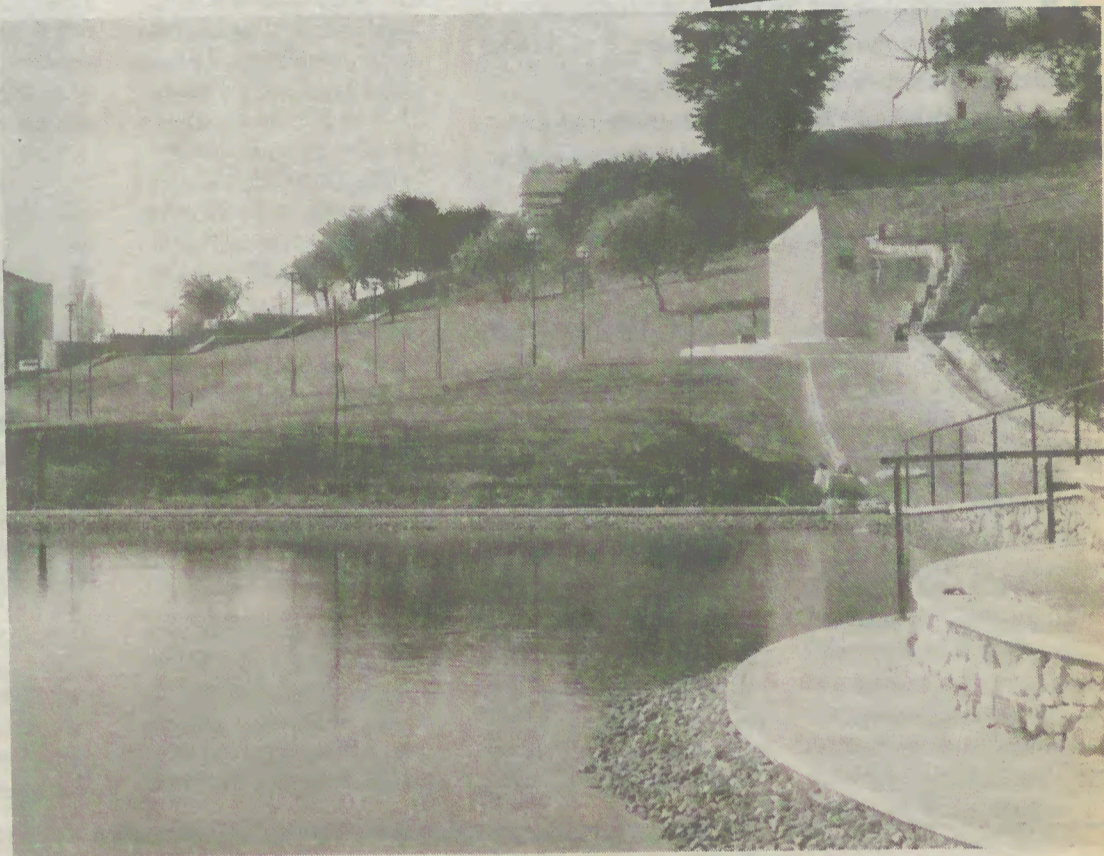
Desenvolveu-se a base económica. Reforçaram-se os apoios e as oportunidades sociais, num quadro de coesão e solidariedade.

Todo o trabalho assentou num pressuposto básico. O de que a eficácia de uma gestão tem de assentar em métodos de actuação democráticos numa íntima ligação ao sentir profundo das populações. Esta concepção de gestão traduziu-se, desde logo, num aprofundado trabalho de descentralização de competências e meios financeiros para as Juntas de Freguesia. Elas assumiram assim uma nova dignidade, fundamentada no vasto trabalho que provaram ser capazes de concretizar.

Particularmente importante foi a decisão tomada no início do segundo mandato no sentido da criação de um novo pelouro a que se deu o nome de Intervenção Local e que passou a colaborar estreitamente com as freguesias. As pequenas obras multiplicaram-se por toda a cidade, dando assim resolução célere a problemas de iluminação, arranjo de ruas, passeios e espaços de lazer, construção de sanitários públicos e tantas outras pequenas grandes obras que podem passar despercebidas para um olhar de visita, mas nunca o serão para os habitantes da freguesia, do bairro, da rua ou do largo que se melhorou, que se embelezou, que se humanizou.

Mas porque nos regemos por uma grande honestidade e por um padrão de exigências muito elevado, dizemos, com clareza, que alguns dos projectos a que nos propusemos não chegaram a ser totalmente concretizados.

Porém, sem margem para dúvidas, achamos o trabalho realizado globalmente positivo e daí que consideremos fundamental continuar a actuar com a mesma celeridade e coerência, o que impõe a nossa participação na gestão. É esta a razão que está na base da renovação do acordo da coligação que o PCP tem vindo a integrar. O PCP tem tido a seu cargo os pelouros do Ambiente e Espaços Verdes; Limpeza e Higiene Urbana e Saneamento, Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, Turismo, Educação, Juventude, Intervenção Local, Modernização e Reorganização dos Serviços e Desporto.



## Quinhentos hectares de novos espaços verdes

Assinalando apenas as grandes obras executadas, em construção ou planificadas, comecemos por destacar as intervenções na Estrutura Verde Principal, organizada em três grandes Parques: o Parque Florestal de Monsanto, o Parque Oriental e o Parque Periférico.

No Parque Florestal de Monsanto instalaram-se, neste mandato, mais dois grandes equipamentos, a saber:

o Parque Ecológico, com uma área de 50 ha, custou 270 mil contos e está dotado com um Centro de Interpretação com biblioteca, videoteca, postos *multimedia*, um laboratório e zona de exposições, destinado a receber e a preparar os visitantes para as actividades da zona vedada;

o Parque Urbano dos Moinhos de Santana, que abriu a 21 de Março último e está localizado no Caramão

da Ajuda, tem 5,2 ha e é uma área recreativa de enquadramento aos dois últimos moinhos de vento de Lisboa (e que estão a funcionar!), tendo recebido amplos relvados, cerca de 700 árvores e 4.000 arbustos de espécies variadas. Custou 370 mil contos, 277.550 dos quais participados pela Comissão Europeia.

O Parque Oriental é um grande projecto que vai dotar a cidade com mais 134 ha de espaços verdes. Subdivide-se em quatro Parques, todos com projectos concluídos e em fase de lançamento: Parque de Alvalade (21 ha, com custo base de 450 mil contos e candidato ao Programa Operacional do Ambiente); Parque da Madre de Deus (4,2 ha já arborizados e a ser valorizados); Parque Vale do Fundão (14,8 ha na malha urbana de Chelas); Parque da Bela Vista (94

ha, já em parte contruídos estando em fase de adjudicação a empreitada de construção da Zona Norte - 1ª fase; prevê-se um custo global de 37 mil contos).

O Parque Periférico terá uma área global de 330 ha, localizando-se na Coroa Periférica de Lisboa entre Benfica e o Alto do Lumiar. Os projectos estão em fase de reestruturação.

No campo cemiterial, construiu-se neste mandato o Cemitério-Jardim de Carnide, o único cemitério criado em Lisboa neste século. Custou um milhão e 900 mil contos, tem uma área global de 23 ha, correspondendo a um novo conceito de cemitério, com as sepulturas rodeadas de árvores, flores, plantas e pequenas lápides, dispondo de equipamentos pioneiros como a sala ecuménica.



## Tejo despolido!

Na área do Pelouro do Saneamento, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos há a destacar a construção, ao longo dos 14 km de zona ribeirinha da cidade, de um sistema de colectores de intercepção dos esgotos que, conduzindo a três ETAR's os efluentes produzidos pela cidade, irá despoluir completamente o Tejo no que à margem de Lisboa diz respeito.

Esta obra estratégica de 10 milhões de contos ficará concluída no próximo ano: já estão a funcionar os troços de Algés/Alcântara e Alcântara/Cais do Sodré, adjudicados os troços de Bica do Sapato/Calçada do Grilo e Calçada do Grilo/Av. Marechal Gomes da Costa e em adjudicação o troço Cais do Sodré/Largo do

Chafariz de Dentro. Quanto às ETAR's do sistema, a de Alcântara já está a funcionar e as de Chelas e Beirolas estão em fase de completamento. No próximo ano, o Tejo ficará assim completamente despolido na margem de Lisboa.

Referência também à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de S. João da Talha, já em construção, uma obra de 27 milhões de contos (50% participados pelos Fundos de Coesão) que irá servir Lisboa, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira.

Uma nota ainda para a instalação de 330 ecopontos em Lisboa, para reforço da recolha selectiva de papel, cartão, vidro, embalagens e pilhas.



# Reabilitação: primeiro as pessoas

**A** intervenção urbana dos Bairros Históricos caracteriza-se por ser uma intervenção profunda, integrada e participada. É profunda porque não se limita à construção de «cenários» ou a ser uma intervenção de fachada; é integrada porque actua a nível social, cultural, económico e ambiental; é participada porque apela à participação das populações, dos eleitos locais, dos técnicos e de outros agentes sociais.

Dado que nos Bairros Históricos habitam mais de 57 mil pessoas em mais de 26 mil alojamentos, neste mandato, o primeiro objectivo da Reabilitação Urbana continuou a ser o de criar condições para a fixação voluntária das populações, em particular as camadas mais jovens.

Nesta perspectiva, o vector habitação foi considerado estratégico, interferindo ao nível da intervenção urbanística, das políticas sociais e culturais, da preservação da identi-

dade e da humanização da vida da cidade.

As obras realizadas desde Janeiro de 1994 até Dezembro de 1996 dizem respeito a 1720 fogos. Espera-se intervir durante 1997 em mais 580 fogos, o que totaliza, em quatro anos, 2300 fogos.

Para além da área da habitação, é de realçar, pelo seu valor patrimonial e pelo impacto simbólico, as seguintes obras: Igreja de Santo António de Lisboa, conjunto do séc. XVIII de elevado valor patrimonial, classifi-

cado como monumento nacional e onde recentemente foram descobertos importantes vestígios arqueológicos; Palácio Pancas Palha, edifício do séc. XVIII, dado como enquadrado no barroco português do centro do País; Teatro Taborda, edifício de grande interesse histórico e arquitectónico, localizado na encosta norte da colina do Castelo de S. Jorge, dominando uma vasta área da cidade, sobrevive como um dos raros pequenos teatros do séc. XIX ainda existentes em Lisboa.

## Projecto de cidade

Insistimos e persistimos para que a reabilitação urbana fosse assumida como um projecto da cidade. Na Câmara e junto do poder central, sempre em estreito contacto com as populações e

em parceria com os eleitos das Juntas de Freguesia, procurámos demonstrar a inevitabilidade de uma aceleração drástica do processo como condição essencial ao seu êxito.

A requalificação dos Bairros através da intervenção coordenada de diferentes sectores municipais foi uma das iniciativas que melhor ilustram a prossecução daqueles objectivos. Outra, foi o apoio ao lançamento de Cooperativas de Construção e Habitação para Jovens. Mas foi o Plano de Emergência para a Reabilitação Urbana - PERU aquele que atingiu o maior impacto público e que teve mais consequências práticas positivas para os interessados.

O PERU resultou da convergência do Pelouro e das Juntas de Freguesia como resposta à necessidade sentida de se parar a progressiva degradação dos Bairros Históricos. Nesse sentido, exigiu-se ao Governo medi-

das urgentes e corajosas, substanciadas naquele Plano, com o objectivo fundamental de realizar a Reabilitação Urbana nestas zonas da cidade no prazo de 7 anos.

## Projectos integrados

A par da prioridade dirigida ao parque habitacional, numa perspectiva do reforço da actuação no domínio das actividades e dos equipamentos socioculturais, foi lançado um Projecto Integrado em cada bairro com o objectivo de provocar um impacto regenerador nas zonas históricas em que se inserem.

Estes projectos - Castelo, Chafariz de Dentro, Convento das Bernardas, Palácio Marim Olhão e Teatro Taborda - reflectem diferentes tipos de intervenção, envolvem alguns



milhões de contos de investimento e visam dinamizar a vida económica, a vida cultural e a vida social do bairro respectivo.

O Projecto Integrado da Freguesia do Castelo tem como

## Intensa prática desportiva

**A** CML/Desporto tem vindo a afirmar, desde 1990 (primeiro mandato da Coligação Por Lisboa), «que o desporto é matéria de intervenção das autarquias locais, tendo sempre em mente o cidadão».

Tal postura tinha então, e tem no presente, uma política desportiva municipal própria, orientada por princípios fundamentais, como a universalidade ou a não discriminação, que se encontram consubstan-

ciados no Plano de Desenvolvimento Desportivo para a cidade de Lisboa, que tem na base o Desporto para Todos, dirigido aos cidadãos de todas as idades, condição física ou recursos.

Com esta política desportiva, o município de Lisboa assumiu - numa óptica social, cultural e de serviço público - criar os mecanismos, os recursos, os apoios, os incentivos e os espaços desportivos para assegurar este tipo de prática desportiva.

É, então, neste contexto, que realçamos, ao nível das grandes acções promovidas pelo pelouro, os Jogos de Lisboa e, no seu âmbito, o trabalho organizativo e formativo realizado pelos nove planos de desenvolvimento de atletismo, andebol, basquetebol, xadrez, natação, futebol, voleibol, actividades gímnicas e ténis de mesa, a que se juntam as modalidades complementares (tiro com arco, patins em linha, jogo do pau, esgrima, ciclismo e a escalada, entre outras) e os projectos especiais, como, por exemplo, as actividades náuticas (canoagem, vela, remo), e ainda as actividades da Natureza e o Plano Especial de Desporto e Prevenção em Lisboa, este dirigido aos cidadãos com mais de 45 anos.

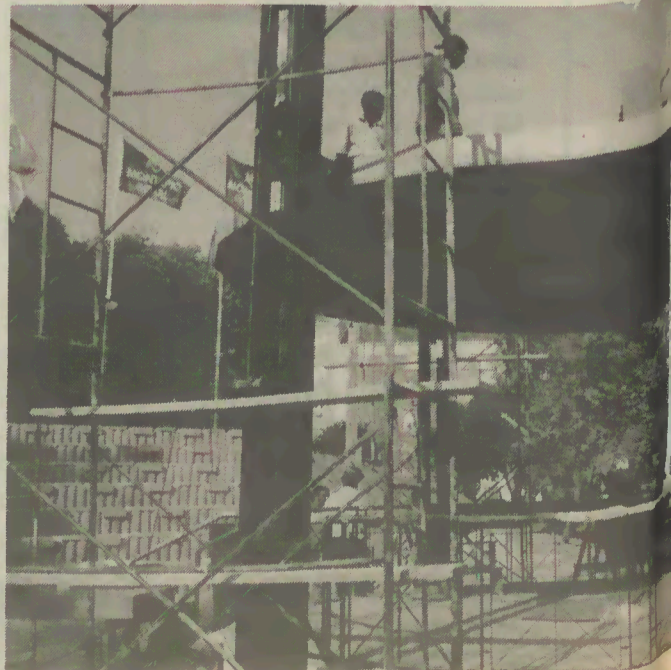
No âmbito dos Jogos de Lisboa, há ainda a considerar um programa de pontos altos e um outro de grandes iniciativas nacionais e internacionais, de que se destacam «Lisboa Cidade Desportiva», «Encontro das Escolas e Escolinhas

de Modalidade», «Festa de Encerramento dos Jogos», «Jogos do Futuro», «Festa das Colectividades», e ainda, «Meia Maratona de Lisboa», «Meeting de Santo António», «Lisboa Sevens» e «Meeting de Natação Cidade de Lisboa», entre centenas de outras realizações organizadas directamente pela edilidade lisboeta ou apenas apoiadas.

No que toca à construção, ampliação e recuperação de equipamentos desportivos, que serão concluídos até ao final do ano de 1997, a listagem exaustiva é impossível, contudo, prontos estão o Centro Municipal de Actividades Náuticas (Cais do Gás), Coreto da Liberdade (Parque Eduardo VII), Polidesportivo do Centro Cultural dos Trabalhadores da Calçada dos Mestres. Ao nível da construção, realçam-se as intervenções de



recuperação da Rua do Passadiço, da nova sede e balneários do Sport Lisboa e Olivais, a cobertura do polidesportivo «Jovens Rebeldes», em Marvila, e a construção do polidesportivo do Caramão da Ajuda







objectivo a recuperação e a revitalização de toda a Freguesia do Castelo, devolvendo à cidade o castelo por inteiro, fazendo coincidir o perímetro actualmente perceptível com o perí-



Mouraria  
e  
Palácio Marim Olhão

metro geográfica, histórica e arquitectonicamente verídico. Trabalha-se para que este projecto fique concluído num curto espaço de tempo, estando previsto um investimento global de 4 milhões

de contos, incluindo investimentos municipais, da administração central, com destaque para o Fundo de Turismo, e privados.

Trata-se de uma obra de grande complexidade já que envolve

a reabilitação do edificado, a criação de alguns pólos de interesse turístico-cultural e equipamentos e a reabilitação do espaço público e de todas as infra-estruturas.

O Projecto do Chafariz de Dentro inclui a recuperação do edifício do recinto da Praia, em Alfama, que, pelas suas características intrínsecas, implantação, configuração espacial e organização formal dos seus elementos, surge como um elemento estruturante na operação em curso. Programou-se a sua reconversão num centro cívico-cultural dedicado ao Fado e à Guitarra Portuguesa, que se pretende venha a constituir uma referência em termos de animação urbana.

O Projecto do Teatro Taborada e Quinta do Coleginho, na Mouraria, inclui não só o objecto edificado do Teatro Taborada bem como toda a sua área envolvente. Integra terrenos



livres e municipais e a sua localização assume uma posição privilegiada face à zona podendo vir a contribuir decisivamente para a revitalização da Mouraria e do Castelo.

O Projecto do Convento das Bernardas, na Madragoa, pretende ser um pólo catalisador da melhoria das condições ambientais, sociais e de segurança para a população residente no conjunto e na área urbana envolvente.

O projecto do Palácio Marim Olhão, no Bairro Alto, tem como objectivo o desenvolvimento local, mediante a recuperação do edifício e o lançamento de novas actividades económicas. O Projecto permitirá garantir a utilização habitacional em todas as fracções situadas nos 3º, 4º e 5º andares, conferindo-lhe condições de habitabilidade adequadas e acessos independentes, mantendo as famílias residentes.

## Promoção turística

A promoção, a informação e a animação continuam a ser os componentes mais importantes na intervenção da CML no sector do turismo. Orientada para uma estratégia que privilegia as viagens de negócios (congressos, incentivos, feiras, etc.) e o turismo cultural, a CML desenvolve a sua acção nesta área em estreita colaboração com os agentes económicos do sector. No essencial, o trabalho desenvolvido valoriza o turismo como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento global da cidade, partindo do princípio que a resposta aos grandes objectivos de Lisboa passa necessariamente por melhorar a qualidade da oferta a todos os que nos visitam.

Neste domínio, o Gicol - Gabinete de Incentivos e Congressos de Lisboa - tem desempenhado um papel de destaque, assumindo-se como plataforma exemplar de colaboração entre os sectores público e privado.

No Gicol estão associados 25 dos principais hotéis da Região de Lisboa, 22 agências de viagens e organizadores de congressos, 4 empresas de transporte - a TAP, a CP, a Rodoviária de Lisboa e a Portugália, 1 empresa de rent-a-car, 4 associações empresariais - FIHSP, UACDL, AIP-FIL, APAVT, a Região de Turismo da Costa Azul, a Junta de Turismo da Costa do Estoril e o Município de Lisboa, e mais 7 empresas de prestação de serviços diversos.

As acções promocionais no estrangeiro, as Festas de Lisboa, a Moda Lisboa e a festa do Fim do Ano assumem-se como iniciativas determinantes neste domínio.

Com a prevista renovação da imagem da cidade pretende-se gerar um factor adicional de atracção e, ao mesmo tempo, reforçar a identidade de Lisboa.

A reabilitação do Parque Municipal de Campismo de Monsanto será uma resposta de qualidade a um segmento específico da procura turística.

As Festas de Lisboa, em termos globais, confirmam-se como iniciativa ímpar de animação da cidade, valorizando cada vez mais os eventos tradicionais e, simultaneamente, criando um programa que, durante todo o mês, contém ofertas para todos os públicos e para todos os gostos, utilizando os espaços tradicionais da Cidade, revelando novos espaços, valorizando o espaço público, promovendo a criatividade e a participação dos cidadãos.

## Divisão Municipal de Intervenção Local Cidade e lazer

A criação da Divisão Municipal de Intervenção Local (DMIL) é, sem dúvida, um dos factos mais relevantes do último mandato da Coligação «Com Lisboa». O contacto estreito estabelecido com as populações das freguesias permitiu resolver um vastíssimo conjunto de problemas de mais pequena dimensão mas de grande importância para a humanização e bem viver nas mais variadas localidades da cidade.

A cargo desta Direcção Municipal, que se encontra sob a alçada do vereador comunista Rego Mendes, estão a conservação e construção de espaços de lazer e parques infantis, a iluminação pública, a reparação de pavimentos, passeios, balneários e sanitários, o arranjo e colocação de pilaretes, corrimãos, gradeamentos e de todo um conjunto de pequenos problemas que possam surgir no espaço público.

A estrutura municipal foi evoluindo, encontrando-se hoje subdividida em três subestruturas, cada uma das quais responsável por uma das três zonas em que também foi dividida a cidade. Isto aumentou ainda mais a sua proximidade relativamente às populações.

As Juntas de Freguesia têm desempenhado um papel imprescindível em todo este trabalho porque são elas que fazem o levantamento dos problemas locais e, na maior parte das vezes, são também elas que na prática os resolvem através da assinatura, com a Câmara, de protocolos de delegação de competências e respectivas verbas.

Para se ter uma ideia da importância crescente que esta colaboração vem assumindo na perspectiva do interesse das populações e da cidade, basta dizer que as transferências, por delegação de competências, da DMIL para as Juntas de Freguesia, perfizeram um total de 400 mil contos, em 1995, 600 mil em 1996 e que, este ano, ultrapassarão o milhão de contos, estando previsto que estes valores continuem a crescer.

Todo este trabalho começou com uma visita do vereador e de um grupo de técnicos a todas as freguesias da cidade, tendo então

sido estabelecido como critério começar por obras de menor dimensão, com possibilidade de execução mais rápida e beneficiadoras do maior número de pessoas e só depois avançar para intervenções de maior complexidade, que envolvem a elaboração prévia de projectos, mais elevados meios financeiros e mais tempo de concretização.



Este relacionamento directo com as populações permitiu à DMIL, e consequentemente à Câmara, atingir um nível muito mais profundo de conhecimento das características dos habitantes da cidade e, portanto, das suas necessidades. Poderão parecer pequenas coisas sem importância mas quem as vive pode avaliar bem como elas pesam.

A título de exemplo, a Avenida de Roma e a Praça do Chile estão agora equipadas com bancos. Que importância tem isto? Como se sabe, trata-se de populações maioritariamente idosas e que vivem muito isoladas dadas as características destes locais. Os bancos facilitam o encontro e, assim, a quebra desse isolamento.

Também nos jardins, os espaços de lazer dos idosos passaram a ser instalados ao pé dos parques infantis visto que são eles que habitualmente acompanham as crianças e, como elas, precisam de conviver e de se distrair.

Estas são, contudo, pequenas soluções que vão decorrendo do trabalho maior. Desde que entrou em plenas funções, há cerca de dois anos, a DMIL já executou 41 obras. Oito estão em vias de terminar e 74 serão lançadas ainda até ao final deste ano.



e da piscina de aprendizagem no Complexo Municipal dos Olivais, além de outras obras nos polidesportivos da Junta de Freguesia de Benfica e do Alto da Eira, entre tantos outros.





# Juventude



# Educação

O Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa tem procurado, pela sua intervenção, estimular a criatividade e realização dos jovens, indo ao encontro dos seus interesses e dos seus projectos.

Assim, uma das suas prioridades, é o estímulo ao início de actividades de novas associa-

ções e de associações juvenis de base local, mantendo o apoio às associações já consolidadas e apoiando a criação de novas instalações de associações.

O reinício das actividades do Conselho Municipal da Juventude, em novos moldes, foi outra das preocupações deste Pelouro durante este mandato.

Outra aposta tem sido a criação ou relançamento e consolidação de instrumentos de informação das associações juvenis, tais como Montra Lisboa Jovem, Jornal Lisboa Jovem, Agenda Jovem.

A consolidação das Semanas da Juventude, com concentração de actividades juvenis que tornem mais visível a capacidade de criação e realização dos jovens, a realização das Maratonas Fotográficas e a realização de acções de solidariedade e cooperação com a Juventude de outros países têm sido outras áreas privilegiadas da intervenção do Pelouro da Juventude.



O Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa procurou, neste mandato, dignificar os primeiros anos de escolaridade, contribuindo para um maior sucesso escolar e para a elevação da qualidade do ensino público, sem elevação de encargos para as famílias.

O trabalho em conjunto com a comunidade escolar para acções comuns como, por exemplo, no campo da alimentação, da segurança e dos tempos livres, e com vista a uma maior visibilidade pública das necessidades deste segmento do ensino tem sido uma das preocupações deste Pelouro.

Outra área prioritária de intervenção é a construção de novas escolas e a reabilitação das existentes, bem como o esforço para o alargamento da rede pública do pré-escolar.

Para tal, a elaboração da Carta dos Equipamentos de Ensino da Cidade dará um grande contributo na definição de prioridades, na medida em que perspectivará a evolução da rede escolar nos próximos anos.

A concretização de programas socioeducativos para facilitar o desenvolvimento integral da criança, particularmente em zonas mais carenciadas e o estímulo às actividades conjuntas entre as escolas e à ligação destas com a comunidade foram áreas de intervenção privile-

giadas, sendo disso exemplo o lançamento das Marchas Infantis neste mandato.

Foi, ainda, feito um esforço no sentido de aumentar o apoio social escolar e os apoios para o funcionamento das escolas.

Deu-se início, durante este mandato, a um trabalho com vista a adaptar o sistema de ensino à presença crescente de diferentes etnias nas escolas e a um processo tendente à criação de um Museu do Ensino Primário na Cidade.

Na área da cooperação e diálogo com outros intervenientes no processo educativo, foi dada ênfase ao desenvolvimento da cooperação com associações de pais; à coordenação de acções com municípios da Área Metropolitana; à cooperação na criação e crescimento da Associação Internacional das Cidades Educadoras; e à discussão com a DREL e o Ministério da Educação de situações que exigem maior intervenção da administração central, regularização de alguns aspectos de intervenção comum e reuniões de trabalho em diferentes áreas.

Por fim, podemos dizer que a actividade do Pelouro da Educação é pautada pela realização prática de uma gestão crescentemente participada, com debate pela comunidade escolar dos programas de actividade municipal, tendo dado início ao processo tendente à criação de Conselhos Locais de Educação.

## Habitação, acessibilidades, cultura e intervenção social

Habitação, acessibilidades, cultura e intervenção social foram também áreas de grandes investimentos.

No plano habitacional, desenvolveu-se uma política capaz de estancar a terciarização e desertificação da cidade, e revalorizou-se a sua função habitacional, em particular na área central. Reabilitou-se uma parte significativa do parque habitacional degradado dos bairros históricos, cederam-se terrenos a cooperativas para a construção de centenas de fogos e promoveu-se a entrada no mercado de uma parte significativa dos fogos devolutos.

Também no domínio das acessibilidades e do estacionamento foram dados grandes passos. A construção do eixo Norte/Sul, dos viadutos de Pedrouços, da Avenida Infante Santo e da ligação das Orlas a Chelas, dos túneis das Avenidas da República e de Berna, do interface do Campo Grande, do desnivelamento do Campo Grande/Avenida do Brasil e da João XXI/Areeiro e a remodelação da Rotunda do Aeroporto são algumas das obras realizadas.

Criaram-se parques de estacionamento à superfície na periferia - Algés, Colégio Militar e Campo Grande - parques subterrâneos na Avenida Conde Valmor, Avenida de Berna, Marquês de Pombal, Picoas e Campolide, estando muitos outros em curso ou em vias de se iniciarem, e instituiu-se o estacionamento tarifado de superfície no interior da cidade.

No plano cultural, foi dada uma atenção especial às infra-estruturas, nomeadamente à recuperação de diversos equipamentos como museus, bibliotecas e Palácios (Museu da Cidade, Biblioteca de S. Lázaro, Palácio Galveias, etc.). Ao mesmo tempo, dotou-se a cidade de novos equipamentos dos quais se destacam o Arquivo Fotográfico, a Casa Fernando Pessoa, a Galeria Mitra, a Fonoteca, a Livraria Municipal, a Videoteca e o Museu da República, entre outros.

Investiu-se igualmente na animação cultural e na divulgação de eventos. A reanimação dos Teatros S. Luiz e Maria Matos, a Agenda Cultural, a implantação de Quiosques culturais e as centenas de eventos culturais que a autarquia promoveu ou em que participou em colaboração com agentes privados e criadores são disso exemplo.

No plano da Intervenção Social, o município tem dado particular atenção aos Sem Abrigo, às minorias étnicas e à prevenção da toxicod dependência. Idosos e crianças não são esquecidos, sendo-lhes anualmente possibilitadas férias de campo e praia, bem como passeios fora de Lisboa.







# Sindicatos da CGTP oferecem "acções"

**A** Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal lançou terça-feira uma campanha nacional, dirigida aos consumidores de energia eléctrica, alertando para as consequências que advirão da privatização da EDP.

Esta campanha assentará na distribuição de um folheto que começa por convidar o leitor a imaginar-se detentor de uma acção da empresa...

Perante os jornalistas convidados para junto das instalações da empresa no Marquês de Pombal, em Lisboa, o coordenador da FSTIEP reconheceu que as estruturas sindicais não dispõem de meios para contrariar a campanha publicitária da empresa, cujos custos são calculados em um milhão de contos. Mas tal desproporção não fez com que os sindicalistas desistissem de marcar a sua posição. «É um bom negócio para quem quer ganhar dinheiro, mas gostaríamos que as pessoas reflectissem sobre o modo como está a ser feita a privatização da EDP» - disse José Machado.

A intervenção da FSTIEP e dos sindicatos, cujas posições são compartilhadas pela Comissão de Trabalhadores, tem ainda outra vertente, dirigida aos trabalhadores e à sua mobilização para defesa dos postos de trabalho e dos direitos ameaçados. Para hoje, está marcada uma «acção nacional» que, segundo o coordenador da federação, implicará a realização de uma centena de plenários de trabalhadores para aprovação de uma **carta-aberta ao primeiro-ministro**.

Solicitado a comentar a posição de um sindicato que anunciou estar disposto a comprar um lote de acções da EDP para poder intervir na administração, José Machado considerou que «estão a criar a ilusão de que vão ter poder, mas quem vai realmente ter poder são os grandes grupos económicos».

## É nossa!

O folheto-acção oferecido à população e aos consumidores - reproduzido em papel amarelo impresso a azul - começa por lançar um alerta, reportando ao próprio lema da campanha oficial: «Vão privatizar a nossa energia!».

A FSTIEP/CGTP refere depois «o enorme valor» da EDP, que, «como empresa pública e única, trabalhou para garantir o fornecimento de energia eléctrica a todos os cidadãos, empresas e instituições, em condições de igualdade e com bons padrões de qualidade de serviço».

Na «acção» que vai continuar a ser distribuída aos consumidores até ao dia da privatização, refere-se ainda que nos últimos 3 anos, os lucros líquidos da EDP somaram **190 milhões de contos** e que a empresa pagou ao Estado **115 milhões de contos** de IRC. Além disso, os seus índices de produtividade são muito superiores à média nacional e têm subido constantemente.

Para a federação, cujos sindicatos representam a maioria dos trabalhadores das empresas do Grupo EDP, «não faz qualquer sentido argumentar que a privatização vai proporcionar um *encaixe* de 350 milhões de contos para os cofres públicos». «Na mira da diminuição do défice exigida pela corrida cega para a moeda única, o Governo age como o conhecido ganancioso que, sem visão de futuro, matou a galinha dos ovos de ouro», comenta-se no documento.

Perante o valor da empresa, «compreende-se que haja interesses privados a cobiçar a EDP», mas «não se justifica a opção política do Governo, que também aqui não se distingue do Governo anterior».

## E quando for deles?

Previendo o que será a EDP privatizada, a partir das experiências

conhecidas, a federação afirma que os postos de trabalho serão reduzidos, os direitos dos trabalhadores serão atacados, e a qualidade de serviço vai degradar-se. No folheto é denunciado o facto de estarem já em desenvolvimento medidas para proceder à **redução dos centros de distribuição e postos de atendimento aos consumidores**, particularmente nas zonas do interior, mais afastadas dos pólos de desenvolvimento, o que leva a FSTIEP a prevenir: «Uma EDP privatizada deixará de prestar um serviço público de qualidade, ficará mais afastada das populações e eliminará milhares de postos de trabalho.»

## Declarações de... guerra

### Acabar os fundos de pensão e complementos de reforma

«O social é a sanidade da empresa», defendeu o Secretário de Estado, que considerou como «inevitável» o fim dos fundos de pensão e complementos de reforma como direitos adquiridos.

«Vão começar a coexistir dentro das empresas pessoas com diferentes estatutos: aqueles que, quando entraram, ainda estavam abrangidos por esses direitos adquiridos, e os mais novos, que terão de assegurar os seus complementos de reforma de outro modo», frisou José Penedos.

O governante considera que «este processo é inevitável. A privatização é um bom momento para realizar estas mudanças».

«As empresas ou os empregados isoladamente vão ter que procurar novas formas de substituir algumas vantagens sociais, nomeadamente negociando com empresas seguradoras», afirmou José Penedos, declarando que «já existem empresas a fazê-lo».

(José Penedos, secretário de Estado da Indústria e Energia, no «Diário de Coimbra», 21 de Abril)

## Racionalizar, dispensar... despedir

«O trabalho que tem de ser feito mais tarde - não se pode sobrepor a privatização com um trabalho de re-estruturação, porque poderia ter efeitos perversos - é mais penoso que o primeiro.» (...)

«É necessário concentrar contabilidades, áreas financeiras, de comunicação e racionalizar alguma cobertura geográfica.» (...)

## Oferta pública da EDP

**Uão privatizar a nossa energia!**

Imagine que vai ter **UMA ACÇÃO** da EDP.

Pense nisso.

**Voce conhece bem o enorme valor da EDP.**

Como empresa pública e única, a EDP trabalhou para garantir o fornecimento de energia eléctrica a todos os cidadãos, empresas e instituições, em condições de igualdade e com bons padrões de qualidade de serviço.

Nos últimos 3 anos, os seus lucros líquidos somaram **190 milhões de contos** e pagou ao Estado **115 milhões de contos** de IRC (o tal imposto a que a generalidade das empresas privadas escapa).

Os seus índices de produtividade são muito superiores à média nacional e têm subido constantemente.

**Sabe por que razão o Governo decidiu privatizá-la?**

Não faz qualquer sentido argumentar que a privatização vai proporcionar um «encaixe» de 350 milhões de contos para os cofres públicos. Afinal, na mira da diminuição do défice exigida pela corrida cega para a moeda única, o Governo age como



**José Penedos**  
Secretário de Estado da Indústria e Energia

### O fim dos complementos de reforma

«O social é a sanidade da empresa», defendeu o Secretário de Estado, que considerou como «inevitável» o fim dos fundos de pensão e complementos de reforma como direitos adquiridos.

«Este processo é inevitável. A privatização é um bom momento para realizar estas mudanças».

(«Diário de Coimbra», 21 de Abril de 1997)

«Haverá uma racionalização dos efectivos. Se não for feita agora, de forma consistente, dialogada, acabará por ser feita mais tarde, por alguém, num processo que certamente não será controlado.» (...)

### «Quantos trabalhadores vão dispensar?»

Prefiro não quantificar, para não criar convulsões desnecessárias.»

(António de Almeida, Presidente do Conselho de Administração da EDP, em entrevista ao «Diário Económico» de 11 de Abril)

## Os vampiros...

«Quatro dos maiores grupos financeiros portugueses, todos privados, decidiram unir esforços e avançar com uma estratégia concertada que lhes permita assegurar o controlo da EDP e da Portugal Telecom (PT) com a sua passagem para fora do sector público. O plano conta com a participação dos grupos BCP, BPI, Espírito Santo e Mello e começou a ser desenhado em finais do ano passado, altura em que os responsáveis destes grupos se reuniram para encontrarem a melhor forma de alcançar este objectivo comum.»

(«Semanário Económico», 24 de Abril)



EM FOCO

# Ao retrato de Catarina



Esse teu olhos enxutos  
 Num fundo cavo de olheiras  
 Esses lábios resolutos  
 Boca de falas inteiras  
 Essa fronte aonde os brutos  
 Vararam balas certas  
 Contam certa a tua vida  
 Vida de lida e de luta  
 De fome tão sem medida  
 Que os campos todos enluta

Ceifou-te ceifeira a morte  
 Antes da própria sação  
 Quando o teu altivo porte  
 Fazia sombra ao patrão  
 Sua lei ditou-te a sorte  
 Negra bala foi teu pão  
 E o pão por nós semeado  
 Com nosso suor colhido  
 Pelo pobre é amassado  
 Pelo rico só repartido

Terra seara continhas  
 Visível já nas entranhas  
 Em teu ventre a vida tinhas  
 Na morte certeza tenhas  
 Malditas ervas daninhas  
 Hão-de ter mondas tamanhas  
 Searas de grã estatura  
 De raiva surda e vingança  
 Crescerão da tua esperança  
 Ceifada sem ser madura

Teus destinos Catarina  
 Não findaram sem renovo  
 Tiveram morte assassina  
 Hão-de ter vida de novo  
 Na semente que germina  
 Dos destinos do teu povo  
 E na noite negra negra  
 Do teu cabelo revoltado  
 nasce a Manhã do teu rosto  
 No futuro de olhos posto.

(Escrito na clandestinidade, esteve afixado no «Jornal de Parede» do 5.º Congresso do PCP com o pseudónimo «Óscar»)

■ Carlos Aboim Inglês (1957)



# A extradição e o acordo de revisão constitucional

## Um retrocesso histórico de enormes proporções

O acordo de revisão constitucional celebrado entre o PS e o PSD, em matéria de extradição, prevê a abertura de excepções aos princípios da não extradição de nacionais e da não extradição por crimes a que corresponda pena de morte segundo o direito do Estado requisitante. Num país que aboliu a pena de morte por delitos comuns em 1867, tratar-se-ia de um retrocesso histórico de enormes proporções.



■ António Filipe

A Constituição Portuguesa, na parte do seu artigo 33º que se refere à extradição (que consiste, como se sabe, na entrega de um indivíduo que se encontra no território de um Estado às autoridades de outro Estado, por aí se encontrar arguido ou condenado pela prática de um crime), estabelece quatro princípios que não admitem excepções: não é admitida a extradição de cidadãos nacionais; não é admitida a extradição por motivos políticos; não há extradição

que respeite as condições internacionalmente reconhecidas como indispensáveis à salvaguarda dos direitos do homem, ou que cumprirão a pena em condições desumanas; quando reclamadas por infracção a que corresponda pena ou medida de segurança com carácter perpétuo; quando se trate de cidadãos portugueses (usando uma faculdade que a Convenção prevê expressamente); quando ao crime corresponda pena de morte segundo a lei do Estado requerente (termos em que o Estado português recusa expressamente a faculdade prevista na Convenção de proceder à extradição se o Estado requerente der garantias consideradas suficientes de que a pena capital não será executada).

### Dos Projectos de Revisão ao Acordo de Revisão

De entre os projectos de revisão constitucional apresentados, dois deles contêm referências à matéria da extradição. O do PCP, que propõe que não haja extradição por crimes a que corresponda, segundo o

aos crimes a que corresponda prisão perpétua, o texto do acordo de revisão PS/PSD não pode deixar de considerar-se, no mínimo, surpreendente. Assim:

“Quanto ao regime da extradição entende-se imprescindível admitir excepções ao princípio de não extradição de cidadãos portugueses, em condições de reciprocidade, nos casos de terrorismo e criminalidade altamente organizada e para Estado que assegure o respeito dos direitos humanos. Por outro lado, mantendo a regra segundo a qual não há extradição por crimes a que corresponda, segundo o direito do Estado requisitante, pena de morte ou pena ou medida de segurança privativa da liberdade com carácter perpétuo, considera-se que a mesma deve poder ser admitida, a título excepcional, se ao Estado português forem dadas garantias consideradas suficientes de que a pena ou medida de segurança será comutada, substituída por outra de duração limitada ou por qualquer outra forma não executada.

Esta formulação, acordada entre o PS e o PSD, contém dois retrocessos inaceitáveis: a admissão da extradição de nacionais e a admissão de extradição por crimes a que corresponda pena de morte ou de prisão perpétua desde que sejam dadas “garantias” de que essas penas não serão aplicadas.

### Argumentos inaceitáveis

Mas quase tão chocantes como as propostas em si, são os argumentos usados por alguns Deputados do PS para as tentar justificar. Não aprovasse a Assembleia da República o acordado entre o PS e o PSD em matéria de extradição, e Portugal, para além de não cumprir compromissos assumidos internacionalmente, tornar-se-ia um refúgio de criminosos procurados por crimes nefandos e ficaria sujeito à condenação internacional por obstaculizar o combate ao crime organizado. Não passam, estes argumentos, de grosseiras falsificações.

Em primeiro lugar, porque o actual texto constitucional não viola qualquer compromisso assumido internacionalmente pelo Estado português. A própria Convenção Europeia de Extradição prevê que os Estados signatários possam formular reservas tendo em atenção o respectivo direito nacional, para além de prever expressamente o direito de cada Estado a não extraditar os seus nacionais, que é aliás reivindicado pela esmagadora maioria dos países do mundo. E mesmo a Convenção de Aplicação dos Acordos de Schengen, frequentemente citada como fundamento para a alteração constitucional, é aplicável sem prejuízo da Convenção Europeia de Extradição e no respeito pelas reservas que cada Estado lhe formulou. Em segundo lugar, porque é inteiramente falso que a não extradição signifique impunidade. De facto, segundo o Código Penal em vigor, a lei penal portuguesa aplica-se a um vasto elenco de crimes praticados fora do território português, desde que o agente seja encontrado em Portugal e não possa ser extraditado.

Pergunta-se então: se um cidadão português, encontrado em Portugal, procurado noutro país por um crime grave, pode ser julgado em Portugal, por que razão há-de ser extraditado? Por falta de confiança nos tribunais portugueses? E por que razão há-de Portugal admitir excepções constitucionais à proibição da extradição de cidadãos nacionais, quando a esmagadora maioria dos países do mundo, incluindo os da União Europeia, o não faz? A resposta é óbvia. A extradição de nacionais não é imposta por qualquer razão de real eficácia no combate à criminalidade, nem por qualquer vinculação internacional, mas está na ordem do dia da Conferência Intergovernamental para a revisão do Tratado de Maastricht como mais um passo para limitar a soberania dos Estados em matéria de Justiça e Assuntos Internos. É quanto basta para que o PS e o PSD, como alunos bem comportados, queiram ser os primeiros a concluir os trabalhos de casa.

### Um retrocesso histórico

Mas para além desta questão, tem sido a admissão de extradição por crimes a que corresponda a pena de morte ou prisão perpétua (sobretudo a pena de morte) que tem suscitado, justificadamente, um amplo movimento de opinião pública contra o acordo PS/PSD. Entidades como a Comissão Justiça e Paz, o Fórum Justiça e Liberdades, a Amnistia Internacional e personalidades como Jorge Miranda, Teresa Beza ou José António Barreiros, fizeram chegar à Comissão Eventual de Revisão Constitucional as suas opiniões frontalmente contrárias à consagração do texto acordado. Vários dirigentes do PS e do PSD e até membros do Governo apressaram-se já a demarcar-se do seu conteúdo. Porém, o texto do acordo, acima transcrito, não deixa dúvidas quanto à intenção dos subscritores. Portugal admitiria a extradição por crimes a que corresponda pena de morte segundo o direito do Estado requisitante, desde que fossem dadas garantias de que essa pena não seria aplicada.

Será aceitável que um Estado como Portugal, que há 130 anos aboliu a pena de morte para os crimes comuns e que tem todas as razões para se orgulhar disso, venha a abrir mão da recusa absoluta da pena de morte que a nossa Constituição consagra, em nome de “garantias consideradas suficientes” de que essa pena não seria aplicada? E que garantias seriam essas? Será possível num Estado de Direito garantir que a pena de morte legalmente consagrada não será aplicada, sem pôr em causa a independência do poder judicial? Haverá alguma garantia absoluta da não aplicação da pena de morte onde ela exista? Definitivamente, não há “garantias” que possam tornar aceitável tamanho recuo. A recusa constitucional da pena de morte é uma questão de princípio que não admite excepções.

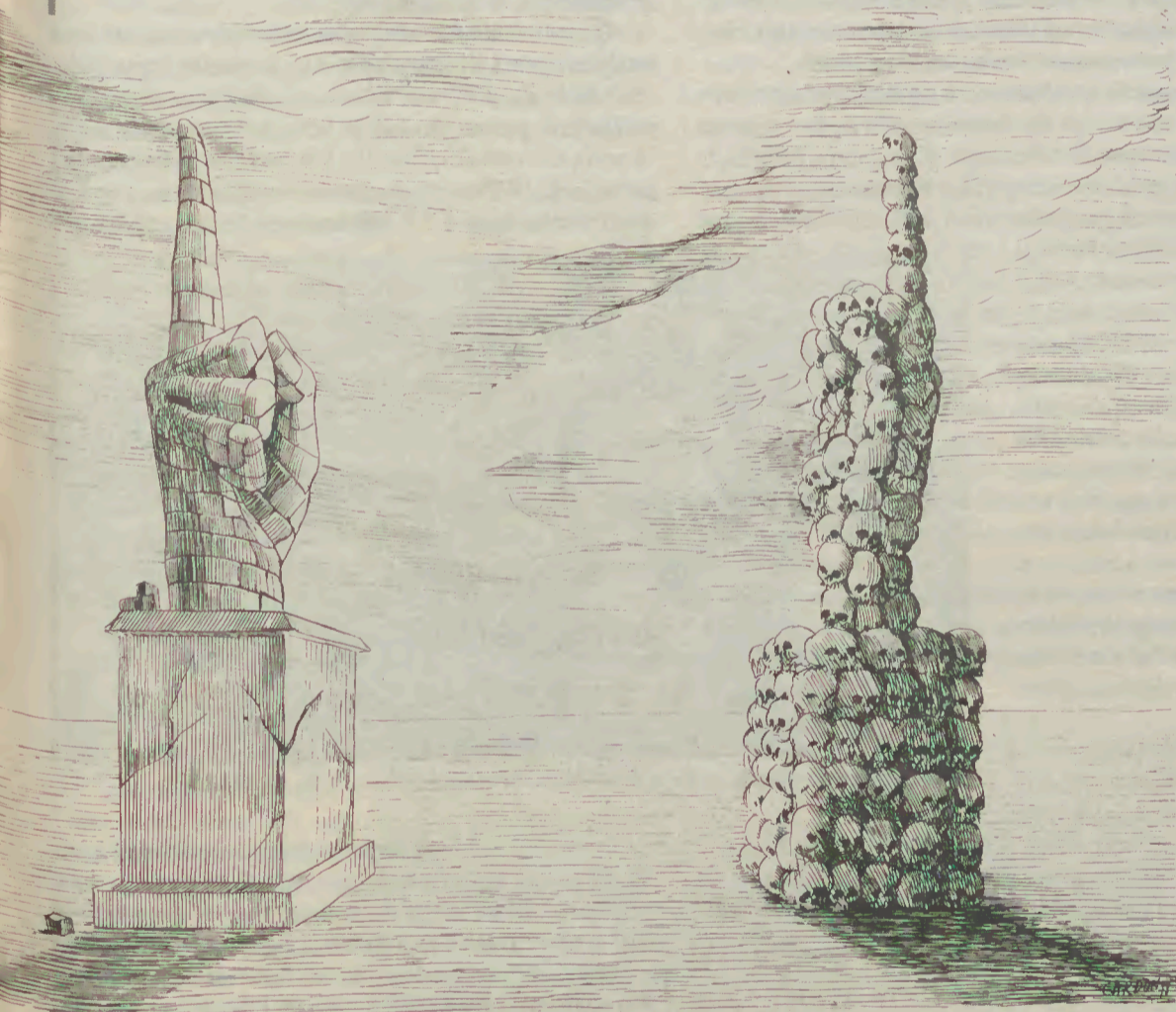
Se a Constituição passasse a admitir a extradição de arguidos por crimes a que corresponda pena de morte no Estado requisitante, sacrificando um princípio fundamental em nome de conveniências de política externa, estaríamos perante um retrocesso histórico de enormes proporções. Mas estamos ainda a tempo de o evitar.

por crimes a que corresponda pena de morte segundo o direito do Estado requisitante; a extradição só pode ser determinada pela autoridade judicial.

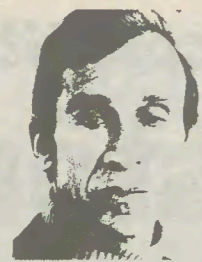
Foi, portanto, por imperativo constitucional que Portugal, em 1989, quando aceitou a sua vinculação à Convenção Europeia de Extradição de 1977, formulou reservas a algumas das suas disposições, nos termos previstos na própria Convenção. Assim, no respectivo instrumento de ratificação, Portugal declarou, nomeadamente, que não concederia a extradição de pessoas nas seguintes condições: que devam ser julgadas por um tribunal de excepção ou cumprir uma pena decretada por um tribunal dessa natureza; quando se prove que serão sujeitas a processo que não oferece garantias jurídicas de um procedimento penal

direito do Estado requisitante, pena de morte, pena ou medida de segurança privativa ou restritiva de liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida, ou qualquer outra pena que viole o direito à integridade moral e física das pessoas. E o do PS, que propõe uma excepção à não extradição de cidadãos nacionais, admitindo-a nos casos de terrorismo e criminalidade organizada e para Estado membro da União Europeia, quando exista reciprocidade; e que propõe também que não haja extradição por crimes a que corresponda pena de morte ou pena cruel, degradante ou desumana.

Depois de na primeira leitura dos projectos de revisão constitucional o PS ter admitido inclusivamente alargar a sua proposta de proibição expressa da extradição







Urbano Tavares Rodrigues

## Reflexões sobre um crime hediondo

Foi quase geral, nos media, a glorificação do assalto da «polícia de elite» de Fujimori à Embaixada do Japão, em Lima, com «ordem para matar». Nenhum dos sequestradores foi poupado, embora tivessem sido surpreendidos a jogar futebol num salão e não houvessem derramado uma só gota de sangue dos reféns.

Fujimori, ridículo e triunfante no seu colete à prova de bala, passeou-se pelas ruas da capital peruana, gritando vitória. Vitória completa e cruel. Depois de não poucos raptos e execuções sumárias dos adversários mais duros do regime, para serenar o país, Fujimori dá ao mundo um exemplo perfeito da sua eficácia antiterrorista. Não pretendemos justificar os métodos de luta dos Tupac Amaru, embora eles desejassem pacificamente transformar-se em partido político, para defesa legal dos valores que defendem. Queremos apenas alertar para a condenação que a história fará do crime de Fujimori.

Nestor Cerpa e os jovens idealistas do Tupac Amaru, repetimos, não molestaram um único refém. Terão no passado cometido porventura actos de violência, no seu combate à ditadura de Fujimori ou à democracia musculada que lhe sucedeu e que não perdeu o vazo da justiça sumária e da ilegalidade. Num país como o Peru, que parece ter agora as finanças equilibradas nalguns aspectos, mas onde a miséria cresce dor após dor, e com ela o crime e a vergonha de viver, não é fácil julgar quem detém a razão. Fujimori certamente não.

Há vinte ou trinta anos, as juventudes europeias ter-se-iam manifestado nas ruas contra a brutalidade e a ufania do pequeno tirano de Lima. Os tempos mudaram. É certo que esta acção de terrorismo de Estado foi já condenada por algumas figuras em Portugal, e logo no princípio por Mário Soares. Mas a maioria daqueles que têm voz pública entre nós ou aplaude ou abstém-se de comentários. Com o virar inevitável deste tempo sujo — e cada vez menos disfarçadamente sujo — do nosso século, ainda havemos de ler toda esta história contada ao contrário, até talvez num filme americano...

António  
Gervásio

Há 22 anos, os trabalhadores agrícolas do Sul avançaram decididamente para as terras do latifúndio

# Portugal precisa de novo de uma nova Reforma Agrária

Faz 23 anos que os capitães de Abril, com o povo português, derrubaram a ditadura fascista que oprimia o nosso país há 48 anos. A Democracia e as Liberdades Democráticas foram instauradas. E faz igualmente 22 anos que o proletariado agrícola do Sul avançou decididamente para as terras dos grandes proprietários, iniciando, pela primeira vez na história de Portugal, a realização da Reforma Agrária.

Neste 23º Aniversário da Revolução de Abril é oportuno e necessário relembrar, nas páginas do «Avante!», algumas experiências de uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril. Reavivar a ideia de que é imperioso fazer uma nova Reforma Agrária no nosso país.

A consigna **A Terra a Quem a Trabalha** não nasceu nos dias da Revolução. Ela vinha já muito de trás. A Reforma Agrária foi consagrada nos Estatutos do PCP aprovados na clandestinidade (1965). Ao longo dos anos na luta contra o fascismo pelo emprego, pelo pão e pela liberdade, a ideia **A Terra a Quem a Trabalha** aparecia envolvida nas exigências dos assalariados agrícolas do Sul. Importa relembrar que no Sul a terra estava (e continua a estar, com a destruição da RA) muito concentrada nas mãos de meia dúzia de grandes proprietários. Existem latifúndios, como as **Lezírias**, com 24 000 hectares. As **Herdades do Rio Frio**, da **Comporta** e de **Palma** com áreas entre 18 000 e 20 000 ha. A **Herdade da Barrosinha** com 10 000 ha. E herdades com 2000, 3000, 5000 e mais hectares existem muitas nas terras do Sul.

É uma realidade conhecida que os grandes proprietários, para poderem ter mão-de-obra abundante e barata, sempre se opuseram ao desenvolvimento, à modernização da agricultura, à instalação no Sul de empresas dos diversos ramos da indústria.

Relembramos igualmente que na região do latifúndio (uma realidade da nossa história) nasceu e cresceu um proletariado agrícola numeroso, concentrado, combativo, organizado, experiente, com uma elevada consciência de classe e política, cujos meios de subsistência são apenas dois braços de trabalho para alugar. Esse proletariado foi uma fortaleza na luta antifascista. Acrescenta-se ainda que, a partir dos anos 40, o PCP enraizou a sua organização e a sua influência política no seio do proletariado agrícola do Sul.

O PCP sempre esteve no centro de toda a sua luta contra o fascismo, em defesa dos seus legítimos interesses e direitos. Esteve nos tempos da ditadura e continua a estar depois da Revolução de Abril. O proletariado agrícola do Sul e a Reforma Agrária são duas realidades intimamente ligadas.

## A Reforma Agrária foi um processo revolucionário e rápido

De um modo geral, os grandes proprietários responderam à Revolução com a sabotagem económica, designadamente com despedimentos e a recusa de emprego, o deixar de produzir, deixar estragar as searas, deixar morrer o gado à fome, esvaziar as albufeiras, transferir máquinas e gado para fora da região, etc. A sua agressividade empurrou ainda mais rápido o processo para as ocupações das terras.

Nas muitas reuniões, sessões e comícios que decorriam na altura, os trabalhadores questionavam: «Que fazer se os agrários recusam dar emprego, não produzem, praticam a sabotagem? Há mais de 700 000 ha de terra inculta. O País precisa de produzir, qual a resposta a dar a esta situação grave?» A ideia de avançar para as terras abandonadas foi ganhando corpo.

Em 9 de Fevereiro de 1975, o Partido convocou a 1ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul para Évora. Participaram cerca de 30 000 trabalhadores e técnicos agrícolas. Nessa importante e histórica Conferência foi amplamente debatida a Reforma Agrária e toda a situação existente. A decisão unânime da Conferência foi ocupar as terras abandonadas dos grandes agrários, pô-las a produzir, pôr termo à sabotagem económica, travar o processo de contra-revolução. A decisão estava tomada...

O movimento das ocupações desenvolveu-se com uma rapidez imparável, um movimento de massas organizado, com direcção, poderoso, envolvendo dezenas e dezenas de milhares de pessoas. No mês de Julho de 75 (cerca de 6 meses depois), estavam ocupados 500 000 hectares de terra. E nos começos de 1976 (menos de um ano depois) estavam na posse dos trabalhadores 1 150 000 hectares! Foram criadas 500



Manifestação em defesa da Reforma Agrária. Montemor-o-Novo, Julho de 1977

UCPs, com 71 000 trabalhadores, homens e mulheres (mais 50 mil do que nos tempos dos agrários). O desemprego tinha acabado. Milhares de trabalhadores tinham regressado às suas terras, atraídos pela Reforma Agrária. Os latifúndios, grande parte deles tinham sido destruídos. As terras ocupadas estavam a produzir ao serviço do País. Foi um processo revolucionário de profundas transformações democráticas! O proletariado agrícola do Alentejo e do Sul foi o grande protagonista deste processo de transformação. E no centro desta luta patriótica e corajosa esteve também o PCP com a sua intervenção esclarecida.

## A Reforma Agrária não foi um «roubo de terras», foi um acto de interesse nacional

As forças que se opõem às transformações democráticas lançaram a calúnia de que as ocupações eram «um roubo de terras» e outras mentiras. Essas forças tudo fizeram para não se tocar nos latifúndios e travaram a saída da Lei da Reforma Agrária (que só



Beja. Comício de trabalhadores em Fevereiro de 1975

Reunião de trabalhadores agrícolas em Almeirim. Setembro de 1974

Conferência Unitária de trabalhadores das herdades do distrito de Évora, em Setembro de 1975



veio a sair em Julho de 75), quando havia já mais de meio milhão de hectares de terra ocupada.

É historicamente conhecido que os trabalhadores agrícolas do Sul não querem ser proprietários. Não ocuparam as terras para as dividir entre si. Eles tomaram conta das terras para as pôr a produzir, acabar com o desemprego, melhorar as condições de vida, aumentar a produção, fazer florescer uma nova agricultura, servir o País, defender a Revolução. A Reforma Agrária foi uma acção de justiça económica e social no caminho do interesse nacional. A Reforma Agrária continua a ser hoje um imperativo nacional.

Não temos dúvidas: se a Reforma Agrária não tivesse sido destruída, se ela tivesse avançado em conjunto com o Poder Local Democrático, o Alentejo, o Sul seria, hoje, a região do País com melhores condições de vida.

A Reforma Agrária e as suas UCPs fizeram nascer nos campos do Sul uma nova vida e uma nova esperança. São do conhecimento público os progressos extraordinários alcançados pelas UCPs nos primeiros tempos antes da ofensiva: as conferências anuais da Reforma Agrária; os grandes saltos no aumento da produção e da produtividade; aumento de maquinaria e gados; novas culturas agrícolas; mais de 50 mil postos de trabalho; apoios à terceira idade e à infância; criação de talhos, mercados, cooperativas de consumo; os trabalhadores alcançaram importantes melhorias sociais. A vida do comércio e indústria das vilas e aldeias registaram uma melhoria sensível.

A Reforma Agrária acolhe uma ampla onda de solidariedade dos trabalhadores das zonas industriais de Lisboa, Setúbal, Porto e de outras zonas, com dezenas de excursões e jornadas de trabalho voluntário e outros apoios. Os agricultores do Norte e centro descem ao Sul em excursões e visitas para conhecerem a experiência das UCPs. A Reforma Agrária salta as nossas fronteiras. Os países socialistas de então fazem chegar a sua solidariedade com meios materiais e apoio técnico, assim como forças progressistas de vários países capitalistas da Europa. Tudo isto espalhou o pânico nas forças hostis à Revolução de Abril.

## A criminoso ofensiva e a resistência de 15 anos de luta heróica

Procurando esconder à opinião pública os objectivos

da ofensiva destruidora, as forças de direita lançaram a mentira de que a Reforma Agrária «falhou», «foi um erro» e outras calúnias. Nós acusamos essas forças: a Reforma Agrária não «falhou»! Ela foi destruída criminosamente pelo poder político, pelos sucessivos governos de direita ou aliados à direita. Relembramos que uma das primeiras prioridades do 1º Governo PS foi rasgar a Lei da Reforma Agrária (publicada em Julho de 75), substituindo-a por uma nova lei, que ficou conhecida pela famigerada «Lei Barreto» (Lei 77/77). Essa nova Lei deu cobertura jurídica à ofensiva dos sucessivos governos.

Não negamos que não possa ter havido erros, num processo tão complexo e de tamanha envergadura. Não há espaço para analisar os erros neste artigo. Porém, não foram os «erros» dos trabalhadores que destruíram a Reforma Agrária e as suas UCPs/Cooperativas! Não foram os trabalhadores que devolveram de novo as terras aos grandes agrários! Não foi erro os trabalhadores terem decidido ocupar os latifúndios, pôr termo à sabotagem económica, terem criado as UCPs com mais 50 mil postos de trabalho, terem posto as terras a produzir.

A Reforma Agrária e as suas UCPs era uma chama crescente da Revolução Portuguesa, e isso causava medo às forças de direita ou aliadas à direita. Daí a sua ofensiva imediata e impiedosa contra uma das transformações democráticas mais importantes do 25 de Abril.

Constituiu uma grande injustiça atribuir aos trabalhadores erros que teriam contribuído para o «falhanço» da Reforma Agrária, quando eles tudo deram (incluindo vidas) para salvá-



Trabalhadores da UCP do Reguengo, em Setembro de 1977

la da sua destruição. A defesa da Reforma Agrária foi uma luta longa, difícil, corajosa e heróica dos seus obreiros — trabalhadores, técnicos, homens, mulheres e jovens. Foi uma resistência sem tréguas que se prolongou por mais de 15 anos, com um preço muito pesado: muito trabalho de dia e de noite, duros sofrimentos e sacrifícios, destruições e pilhagens no valor de dezenas de milhões de contos. Julgamentos sumários, espancamentos, feridos e mortos (Casquinha e Caravela). Sem a intervenção do poder político, sem a utilização de meios militarizados poderosos, a Reforma Agrária não teria sido destruída! A Reforma Agrária não foi «um erro» nem «falhou»! A Reforma Agrária foi destruída pelas forças que se opõem às transformações democráticas no nosso país!

## 22 anos depois, é necessário uma nova Reforma Agrária

Vinte e dois anos depois, questionamos: qual é hoje o quadro real da nossa agricultura no Sul? Questionamos as forças que destruíram a Reforma Agrária: qual é a alternativa que oferecem em troca? O que constatamos? Não destruíram somente a Reforma Agrária, destruíram também a agricultura. Reconstituíram o latifúndio. Hoje, 1% das explorações agrícolas do Sul têm 80% de terra/SAU.

Existem de novo mais de 700 000 ha de terra inculta no Sul. As herdades dos grandes proprietários, em geral, estão cercadas com arame; coutadas, cheias de mato, não produzem. Voltou o flagelo social do desemprego (mais de 40 mil desempregados). Acentua-se o despovoamento e o envelhecimento da população alentejana. Em 10 anos (1981/91) abandonaram o Alentejo 40 mil habitantes. A população alentejana em 1991 (541 000) era inferior à de 1920 (550 000), 71 anos depois.

Eis como é imperioso acabar com os latifúndios! A propriedade latifundista não exerce a sua função económica e social: não produz, não cria emprego nem riqueza. É necessário alterá-la.

No fascismo, os latifúndios e latifundiários foram um travão ao desenvolvimento do Sul e do Alentejo. Hoje, em novas condições, juntamente com Maastricht, continuam a ser os responsáveis pelo não desenvolvimento económico, social e cultural do Sul.

Vinte e dois anos depois, perante os velhos e novos latifúndios; perante o desemprego e a desertificação, o envelhecimento das populações do Sul; perante a ausência de uma política de desenvolvimento, colocam-se, no essencial, os mesmos problemas. E questionamos: que fazer? Que resposta a dar a esta grave situação? Nós respondemos com a firme convicção: o caminho certo é a luta.

É necessário continuar a desenvolver a luta sem tréguas por uma nova Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha — aos trabalhadores agrícolas, a rendeiros e seareiros e a outros agricultores sem ou com pouca terra, assim como a empresários que desejem trabalhar na agricultura. O desenvolvimento do Alentejo, do Sul e do País exige o fim da estrutura latifundista.



■ José Brinquete

## Crónica do Nordeste

# O Museu que esconde o crime?

**A**bem dizer, o Nordeste Transmontano é um museu ao ar livre. A paisagem única e fantástica, com as suas cores diversificadas, acres, fortes, chegava para sustentar esta afirmação. Aqui, beleza não falta em nenhuma estação do ano. O Nordeste corresponde à delimitação geográfica do distrito de Bragança e neste espaço a presença do homem também é assinalável desde há milhares de anos. Provam-no as pinturas e gravuras rupestres do Douro Superior (referimo-nos às pinturas rupestres de Fonte Santa, Lagoaça, bem como à «Citânia», Curral dos Mouros, no mesmo local, ou à gravura rupestre de Mazouco, ambas no concelho de Freixo de Espada à Cinta), passando pelos castros, antas ou dolmens, abadias, conventos, etc.

A reabertura, o ano passado, do Museu Abade de Baçal, em Bragança, usando as vantagens das novas tecnologias, oferece-nos, actualmente, a projecção de um vídeo, que faz a ligação entre o homem e o meio, desde as origens até à actualidade, e um computador interactivo que permite a descoberta do espólio do museu a partir de uma carta geográfica do distrito de Bragança.

Por todo o Nordeste Transmontano existem museus que ilustram bem a riqueza e a história desta região. Dos quais destacamos o Museu Abade de Baçal, que atrás já citámos, o Museu Municipal de Vila Flor, em estado avançado de abandono (parece que em breve sofrerá obras de beneficiação), o pequeno e recente, mas importante embrião de um museu municipal, Museu de Arqueologia de Mogadouro e o Museu do Ferro da região de Moncorvo.

É do Museu do Ferro da Região de Moncorvo que hoje pretendemos falar.

Então, vamos por partes. Para que o leitor possa aperceber-se de que crime estamos a falar, comecemos pelo princípio.

Ao que parece, o minério de ferro de Moncorvo era já conhecido de romanos e árabes: a actividade mineira em Moncorvo foi intensa na era pré-romana e importante depois na época romana.

Esta realidade, ao longo do tempo, constitui razão de sucessivas gerações de ferreiros de que ainda hoje existem alguns vestígios na região.

E se, no decurso da história, o minério do ferro de Moncorvo foi pretexto para a «penetração» de civilizações e determinou, até, o aparecimento de indústrias artesanais, importa reconhecer que foi a partir do século XIX, que começou a merecer o interesse de geólogos e industriais.

Assim, até à nacionalização da Ferrominas, em 1975, passaram pela concessão dos minérios de ferro de Moncorvo alguns dos nomes mais destacados da siderurgia europeia, que viam nestas reservas – uma das mais poderosas da Europa capitalista – uma alternativa aos fornecimentos do chamado Terceiro Mundo, que os processos de libertação nacional, de alguma forma punham em risco.

Por essa altura, debatiam-se à volta do minério de Moncorvo a Ferrominas, pertencente ao grupo Champalimaud (por aquisição da concessão ao grupo Schneider), e a Companhia Mineira de Moncorvo, onde se agrupavam os restantes interesses estrangeiros, designadamente a Thyssen e a British Steel.

Com o 25 de Abril, no ano de 1975, alegando falta de rentabilidade comercial internacional, a Companhia Mineira de Moncorvo desinteressou-se e entregou a concessão ao

Estado. Este, concretizando a política, nesse período, no interesse da independência nacional, aproveitando ao máximo os recursos nacionais, definiu orientação para o desenvolvimento da indústria siderúrgica, na qual os minérios de ferro de Moncorvo, juntamente com as pirites do Alentejo, assumem importância decisiva.

Nesta altura, mais precisamente em Janeiro de 1977, são definidas as linhas do Plano Siderúrgico

Nacional e em Maio do mesmo ano constitui-se a «Ferrominas-EP».

A exploração das minas de ferro de Moncorvo integradas no Plano Siderúrgico Nacional resultaria num importante aumento de mão-de-obra (criação de empregos) para a região, da viabilização e rentabilização dos transportes ferroviários de mercadorias, numa palavra – seria uma importante contribuição para o desenvolvimento regional.

Porém, depois de governos do PS e da direita afirmarem e reafirmarem que o projecto de Moncorvo iria arrancar, por pressões dos sectores do capital internacional, a exploração do minério de ferro de Moncorvo começou por ser condicionado até que foi completamente destruído e as minas encerradas.

Hoje, as minas estão encerradas, as casas e outras instalações destruídas, e apesar da jazida de pirites à superfície em Moncorvo ser das maiores da Europa, esta riqueza não está aproveitada, não contribuindo para o progresso e desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Chegados aqui, já percebemos a lógica de em Torre de Moncorvo existir um Museu do Ferro da Região de Moncorvo.

O museu foi criado em finais de 1983, sob o patrocínio da Ferrominas-EP, a empresa mineira que explorava o ferro de Moncorvo.

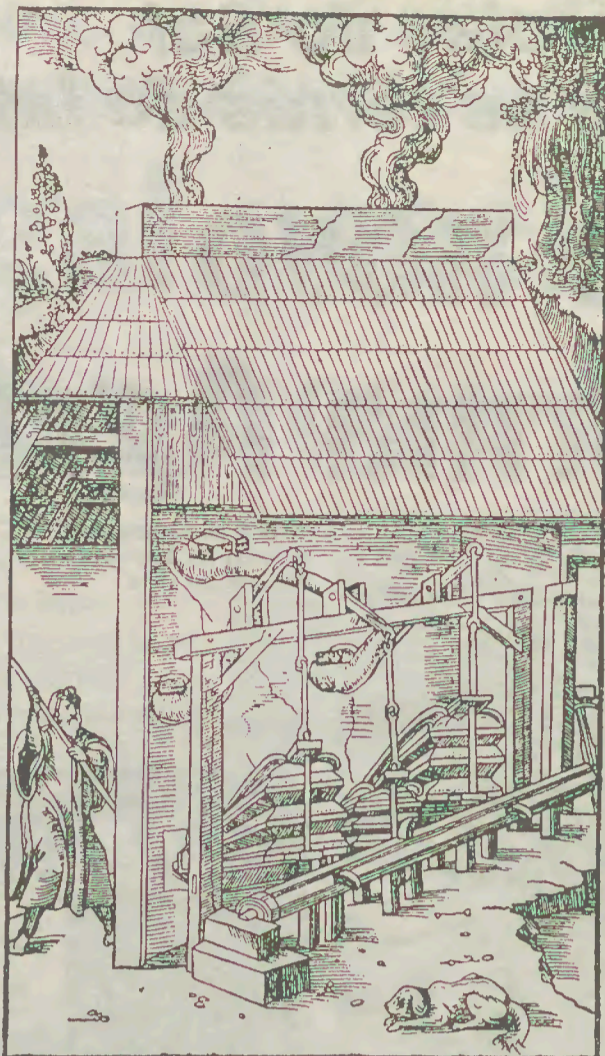
Então, a sua localização era, como seria de esperar, junto ao Bairro Mineiro do Carvalhal-Felgar, mais concretamente a 10 km de Torre de Moncorvo.

Com a extinção desta empresa em 1986, o museu atravessou um difícil período de existência, acabando o seu espólio por ser cedido à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, em 1995.

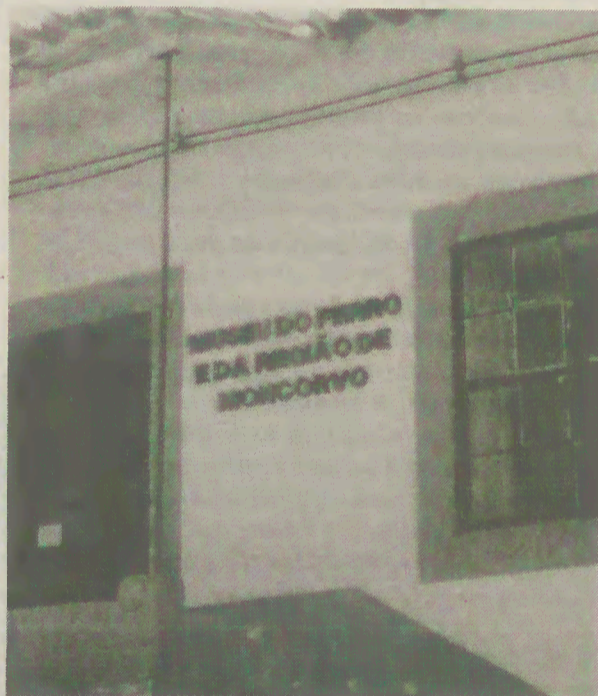
Esperamos que as nossas sugestões sejam atendidas para que, quando os responsáveis governamentais, visitarem o museu (actualmente são muitos os secretários de Estado e ministros que o fazem), tenham consciência do crime que ali foi cometido e tomem as medidas adequadas.

#### Documentos consultados

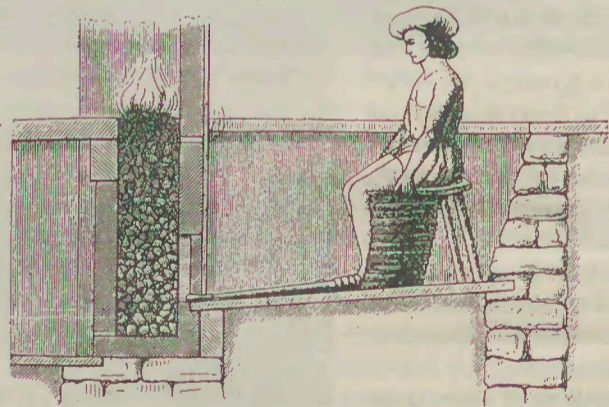
- (1) Manuel Veiga – *A exploração do Minério do Ferro de Moncorvo e a sua importância para o desenvolvimento regional* (1ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Ouro, 1983).
- (2) Portugal Divulgação – *Regiões II*, Jun/83.
- (3) Nélson Rebanda, Miguel Rodrigues e Ana Mascarenhas – *Trabalhos do Museu do Ferro da Região de Moncorvo*.
- (4) Jorge Custódio e G. Monteiro de Barros – *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*.



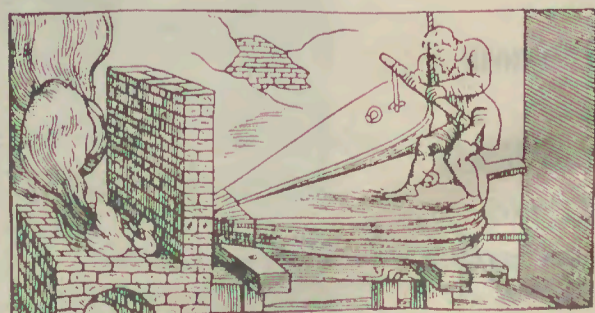
Funcionamento dos foles de uma ferraria accionada a energia hidráulica



Museu do Ferro, na Vila da Torre de Moncorvo



Forno de afinação do ferro. Foles accionados com os pés. Século XVI



A energia humana nas forjas, no século XVI



# 6 Teoria dos Zés Alguéns e dos Zés Ninguéns

O nosso Sacatrapo descobre-se subitamente irritado contra um cliente da sua garagem: um inglês, de sotaque dispendioso, pois tal sotaque só assim se poderá classificar porque apenas o terá adquirido numa escola upa-upa para meninos ricos onde persistem as aulas de elocução teimosa, em pompa de falsete, não vá o rebento, ao abrir a boca, ser confundido com um vulgaríssimo mortal das classes trabalhadoras ou da classe média baixa. Que irritou Sacatrapo? Que Sir Newton Gravity lhe tenha dito com descaso altivo:

– Espero que me trate como quem sou. Sim, porque eu estou habituado a ser tratado de uma certa maneira. Em resumo, não sou um freguês qualquer.

Sacatrapo mira-lhe o casaco de tweed, o pull-over de caxemira Burberry, e prepara-se para lhe responder no seu inglês aprendido não nas faculdades de Oxford ou Cambridge, mas nas antigas docas de Cardiff, quando em Cardiff ainda havia um porto em lida constante de carregar carvão. Só que o carvão acabara, as minas haviam fechado, a divina Thatcher, farta de greves, estrangulou-as perante o aplauso fino dos *tories* ou conservadores, animais jurássicos a representar o papel de bichinhos herdeiros dos solares agora felizmente devassados, ao domingo, pelo povo de farnel nas unhas. É no que acabam as caganças.

## SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



Sacatrapo diz-lhe com ironia de casca grossa requintada, no mesmo estilo do pai de Eliza Doolittle, a vendedora de flores que o Professor Higgins encontrou por acaso no Mercado de Covent Garden, mercado também desaparecido sob o camartelo de Thatcher, uma espécie de Swarzenegger-Exterminadora de saias:

– Embora eu saiba que o senhor é o Sir Newton Gravity, talvez à beira de ser Lord, devo dizer-lhe que, para mim, nesta *Three Horse Shoes Garage*, o *mister* é um cliente como outro qualquer.

Sir Newton faz peito ou barriga a explodir a camisola de caxemira:

– Com que então somos agora todos iguais?

– Não é essa a questão, senhor Newton. Se fomos todos iguais é só teoricamente à face da lei. O que eu quero dizer é que não há ninguém que não se julgue alguém. E é um bocadinho difícil, para um homem como eu, aceitar que haja de um lado os Zés Alguéns e do outro os Zés Ninguéns. Eis a razão. Por mais que se considere um homem como um Zé Ninguém ele é sempre alguém. Um ninguém, seja quem for, não é um ninguém qualquer. Para muita gente (gente como eu), todos os ninguéns são grandes personalidades. Todo o ninguém é alguém de categoria indiscutível. Veja o caso do sr. Doolittle do *Pygmalion* do Bernard Shaw que tem andado para aí em fita, um musical intitulado *My Fair Lady* com a esquelética Audrey Hepburn.

– Não precisa de explicar tanto – irritou-se Sir Newton Gravity. – Fui aluno do Eton College. Sei tudo quanto um *gentleman* precisa de saber.

– Só lhe quero dizer que, para mim, você, na sua qualidade de cliente, é tão qualquer como outro qualquer. Vê ali aquela tabela de preços?

Apontou a parede.

Sir Newton Gravity, já arrependido de ter entrado com o seu *Bentley* naquela oficina, mas Sacatrapo era Sacatrapo, mãos de génio a afinar motores, respondeu com voz de enfasiado:

– Felizmente que neste país abençoado não podemos ser facturados por tabelas que não sejam aprovadas por lei. Sei muito bem que há um Código das Estradas igual para toda a gente, e etc. É isto que me quer dizer a mim, que já fui deputado por Cardiff North?

Sacatrapo sentiu-se na obrigação de esclarecer:

– Sir Newton Gravity não vai julgar que eu não saiba dessa coisa das hierarquias, quem manda e quem obedece. Claro que sei. Até os carneiros, herdeiros dos do presépio, não o ignoram. Há o Carneiro Chefe. Ele lidera. Atrás vão os outros carneiros, de cabeça baixa. Um sargento será menos que um major? Não é. Um general será menos que um soldado? Nem pensar. Um general é um general. E repare. Nenhum general é um general qualquer. Nem é um Zé Alguém qualquer. Todo o Zé Alguém julga-se acima dos outros Zés Alguéns. Só que um geneal não é coisa nenhuma sem os soldados. O general que é um verdadeiro general nunca chamaria aos seus soldados de *zés ninguéns*, porque sabe que sem os *zés ninguéns* dos soldados, cabos, sargentos, etc., toda a hierarquia, ele não é general de coisa nenhuma. Como um professor sem alunos nada é. E que é um rei sem súbditos?

Viu recentemente o caso da Albânia? De repente, chega o filho de um rei, um rei antigo. Saíra da Albânia quando tinha dois anos de idade. Quem era

ele? O filho de um antigo rei da Albânia, a viver na África do Sul. De repente, desagua no país onde nasceu. Uma multidão aclama-o. Ei-lo rei. Enquanto o aclamam é rei. São os súbditos que fazem o rei. São os Zés Ninguéns que fazem de um homem esquecido um Zé Alguém. Em resumo, sem Zés Ninguéns não podem haver Zés Alguéns.

Sir Newton ri-se em triunfo.

– Já está a admitir que esse rei é muito mais qualquer que qualquer dos súbditos.

– Não estou a admitir nada, senhor Newton Gravity. O que eu afirmo é que qualquer desses súbditos não é um súbdito qualquer, tem a sua individualidade, nenhum deles se julga um Zé Ninguém. Até porque não há nenhum Zé Ninguém que não seja, sob muitos pontos de vista, um Zé Alguém. Ninguém, nenhuma coisa, ser animado ou inanimado, é uma pessoa ou uma coisa qualquer. Este adjectivo indefinido *qualquer* devia ser banido de todos os vocabulários. Porque dizer *qualquer* é anulá-lo, desprezá-lo, roubar-lhe a sua identidade, o seu rosto, a sua alma. Ele pode não ter o *pedigree* do candidato ao trono da Albânia, mas é Alguém, um Alguém que talvez, no plano da hierarquia social, não seja tão Alguém como o possível futuro Rei. Donde eu concluo que não há *ninguém* do qual possamos dizer: é um Zé Ninguém. Eis tudo.

– Você, afinal, Sacatrapo – espanta-se Sir Newton Gravity – não é um mecânico qualquer, não senhor.

– Concordo – responde Sacatrapo – Talvez eu seja mais qualquer que outro qualquer.

O nobre da camisola Burberry ri-se com gosto. Mesmo sendo *Sir*, aparentava ter o sentido do humor. Ou desejaria votar por Tony Blair, o pseudo-socialista que acabou por se sentar no colo acolhedor da baronesa Thatcher?



## InterMEDIações

■ Fernando Correia

### Do jornalista ao comunicador

Nas chamadas noticiosas com que, no seu actual grafismo, o *Diário de Notícias* encima a primeira página, têm vindo a ser incluídos títulos como este: «Relatório e contas – Montepio Geral». Não se trata da remissão para uma notícia, um comentário ou uma análise inseridos numa rubrica de economia ou num caderno financeiro. Trata-se, pura e simplesmente, do anúncio de um suplemento publicitário integralmente preenchido com o texto do relatório e contas da instituição referida (bancos, seguradoras, etc.).

A novidade não está na publicação deste tipo de documentos, que desde há muito constituem uma disputada fonte de lucro para os jornais que os conseguem atrair. O que é novo é a sua elevação a título de primeira página lado a lado com material noticioso, ladeado pela vinheta «especial», de óbvias ressonâncias jornalísticas, e sem referência a que se trata de matéria publicitária.

Questionado a este propósito, no decorrer de um debate no recente Congresso Internacional de Jornalismo de Língua Portuguesa, um administrador do jornal espantou-se com as dúvidas levantadas, afirmando, com aparente ingenuidade, não perceber como é que alguém poderia pôr em dúvida o interesse infor-

mativo do relatório e contas de uma importante instituição financeira.

Não é esse interesse, naturalmente, que está em causa, mas sim a forma ostensiva como se mistura informação com publicidade. O que vem mais uma vez demonstrar de que modo se tem vindo a acentuar aos nossos *media* a confusão de géneros, nomeadamente a crescente invasão dos espaços jornalísticos pelas imposições comerciais, segundo uma lógica que abre o caminho para que, amanhã, tenha honras de primeira página, em igualdade de circunstâncias com os textos jornalísticos, um qualquer *press-release* promocional enviado por uma qualquer empresa.

Do jornalista, cuja tarefa reside na recolha, confirmação, selecção e tratamento dos factos, passar-se-ia ao técnico de comunicação, reduzido a intermediário passivo entre as fontes (as poderosas e capazes de produzir informação) e o público.

Que este é, realmente, o futuro idealizado por alguns, demonstrou-o o mesmo administrador, ao prognosticar que, daqui a dez ou vinte anos, tanto os jornalistas como os publicitários terão desaparecido, dando lugar a um novo profissional: o comunicador.

Para comunicar o *quê* e ao serviço de *quem*? O administrador não o disse, mas creio que todos teremos umas ideias a esse respeito.

### Um novo grupo multimedia «português»

Em 1993, a SOCI – Sociedade Independente de Comunicação era apenas conhecida pela posse de *O Independente* (fundado em 1988) e das revistas económicas *Fortuna*, *Valor* e *Briefing*. No ano seguinte, com a aquisição das publicações Proinfec, de Jaime Antunes (*Semanário Económico*, *Diário Económico*, *Expansão*, entretanto encerrada, *Fisco* e outras), o grupo transformou-se no líder incontestado das publicações especializadas em economia, só não controlando as edições *Exame*, do grupo Balsemão e dos brasileiros da Abril.

Tornou-se assim um grupo importante na nossa comunicação social, nomeadamente a sua influência decisiva na informação e na opinião económicas. E isto num posicionamento claramente à direita, determinado pelas proveniências políticas e ideológicas dos detentores do capital (muitos deles pertencentes ou próximos do CDS/PP) e bem patente, por exemplo, nas opções editoriais do semanário à volta do qual o grupo se desenvolveu.

Nas últimas semanas, porém, com a compra da TVI e da Rádio Comercial, a SOCI transformou-se num verdadeiro grupo *multimedia*, ombreado ou mesmo ultrapassando, quanto à diversificação dos meios, quer a Lusomundo (sem presença significativa na emissão de TV),

quer o grupo Balsemão (sem presença na rádio).

Sublinhe-se, na ascensão da SOCI, a participação do capital estrangeiro. Foi em associação com os suíços da Euroknights que o presidente da SOCI, Miguel Pais do Amaral, implantou o grupo; a compra da TVI foi concretizada em associação com a cadeia de Tv sueca SBS; a compra da Rádio Comercial teve por detrás os colombianos da Rádio Caracol, eles próprios accionistas da SOCI desde os fins do ano passado – no quadro, aliás, ao que tudo indica, de uma estratégia mais vasta, que levou o grupo Santo Domingo, proprietário da referida rádio (e dono no seu país, nomeadamente, da companhia de aviação Avianca, das bebidas Bavaria e de uma linha de montagem da Renault), a adquirir a maioria do capital da cervejaria Centralcer.

O controlo de uma estação de rádio nacional e outra de Tv, de um dos principais semanários e de quase todas as publicações de carácter económico fazem da SOCI (à qual Paulo Portas sempre esteve ligado, actualmente como director-geral) uma referência incontornável no panorama da nossa comunicação social e um importante elemento para a compreensão dos mecanismos de produção da informação e da opinião no nosso país.



# PONTOS CARDEAIS

## Mais uma «Jardinada»

O futebol português já está na confusão que se sabe. Agora só lhe faltava que Alberto João Jardim lá metesse também o bedelho... A coisa parece ser a seguinte. Alberto João Jardim «mandou calar» Rui Fontes, actual presidente do Marítimo, por este vir dizer que a «SAD» (futura Sociedade Desportiva fundindo o Marítimo, o Nacional e o União da Madeira, sob os auspícios de Jardim e... montada nos dinheiros públicos) havia de ter como treinador o actual técnico do Marítimo, Augusto Inácio. Jardim não gostou, disse que Rui Fontes «não mandava nada», quem mandava era ele, Alberto João Jardim. Pelo que Rui Fontes podia tirar o cavalinho da chuva: o secretário da Educação do Governo Regional da Madeira é que lhe «vai dizer» quem será o treinador da futura associação que conglomerará os três clubes de futebol da Madeira a expensas dos dinheiros públicos. A história começou a ficar menos nebulosa (ou mais

«descodificável»...) quando Rui Alves, vice-presidente da SAD em representação do Nacional, veio a terreiro aplaudir Jardim, afirmando igualmente que Rui Fontes «não tinha o direito de apoiar a equipa técnica». Acontece que Rui Fontes «possui» um grupo de técnicos, que obviamente quer «empregar». Acontece ainda que, entre esses técnicos, há um tal David Gomes, que tem a particularidade de ser... genro de Alberto João Jardim. Será que conseguem adivinhar onde vai recair a escolha do secretário da Educação do Governo Regional da Madeira, nesta grave matéria da escolha da equipa técnica duma Sociedade Desportiva que ainda nem está formada? Mas duma coisa podem estar já certos: serão (mais uma vez) os dinheiros da República que irão pagar as negociatas de Alberto João Jardim.

## Os «limites» do Bóris

Embora com responsabilidades infinitamente mais vastas,

Bóris Ieltsin pede meças a Alberto João Jardim no que toca a parlapatanice. Esta semana, pôs-se novamente em bicos de pés e ameaçou «rever» o tratado que ele próprio organizou entre a Rússia e a NATO, e que irá assinar no próximo dia 27, em Paris, onde cede em toda a linha na admissão do alargamento da NATO à Europa de Leste: nesse acordo Ieltsin aceita a criação de um conselho conjunto russo-atlântico, o que, na prática, consigna a intromissão deste organismo militar imperialista no Leste da Europa. Ieltsin agora diz que irá «rever» as suas relações com a NATO se esta «decidir integrar Repúblicas da antiga União Soviética». Ao mesmo tempo que Bóris dizia isto, os EUA prosseguiram calmamente as negociações com as ex-Repúblicas Soviéticas do Báltico - Estónia, Letónia e Lituânia - sobre um projecto de «carta de segurança para o Báltico», cujo texto poderá ser assinado antes da próxima cimeira da NATO em Madrid (a 8 ou 9 de Junho próximo) pelo presidente dos EUA, Bill

Clinton, e os presidentes respectivos desses países bálticos. A própria Ucrânia, que a Rússia continua a considerar estratégica para a sua segurança, já afirmou igualmente que a adesão à NATO era um «objectivo estratégico». Para além do povo russo, a quem julga Bóris Ieltsin enganar?

## Os défices do PP

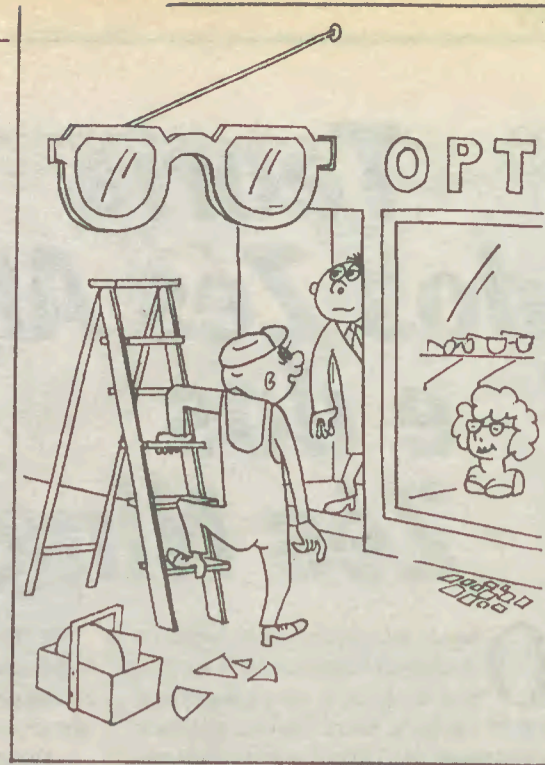
Em entrevista ao *Diário de Notícias*, a líder parlamentar do PP, Maria José Nogueira Pinto, afirmou: «A nossa bancada em S. Bento é reduzida e tem dificuldade em dar resposta a todas as solicitações. Receio que, com a aproximação das autárquicas, seja mais difícil ainda trabalhar na Assembleia da República por falta de disponibilidade de certos deputados.» Mas não paravam aqui as preocupações da líder parlamentar do PP. Mais adiante, desabafava que «é impensável que o PP não mova uma oposição sistemática ao Governo»,

reconhecendo que o seu partido tem pecado «por défice de oposição». Em contrapartida, abunda no PP a oposição interna...

## UNITA luta... por Mobutu

«Os soldados da UNITA foram o principal obstáculo ao avanço para Kinshasa das forças da Aliança dirigida por Laurent Kabila», afirmou ao enviado da agência LUSA um oficial da Aliança, comandante Yav «Paciência», que pormenorizou: «Na nossa progressão, encontrámos o inimigo em Kengè, há 12 dias. Eram dois mil homens

da UNITA. Combatemos contra eles e 105 ficaram no terreno». Os combates duraram três dias. Mais tarde, as forças da Aliança voltaram a encontrar a UNITA em Kuanga e em Mwamba, onde as forças de Savimbi haviam cortado uma ponte, «o que não impediu a progressão porque não ficou totalmente destruída». Depois disto não houve mais problemas na progressão até à capital, acrescentando o comandante da Aliança que «neste momento há muitos homens da UNITA escondidos nas matas e desmoralizados porque não conseguiram travar a nossa marcha». É mais um retrato do que é e representa a UNITA.



# PONTOS NATURAIS

Mário Carrius

## 100% natural

### A propósito

O escaravelho rola a bola de excrementos delicioso e com tamanha eficácia que logo é convidado a dirigir uma estação de TV.

### Atenção!

Ratinho cinzento parou no meio da charneca porque lhe pareceu ouvir uma estrela a chamar por ele.

Apanhou-o o falcão.

Moral da história: há estrelas que estão feitas com os falcões.

### Não é?

O veado afastou-se da manada.

«A ele» - disse a leoa.

Pois claro, essa é boa, longe dos seus ninguém lhe vale nada.

### Polémica

Uma leoa nunca ataca só. É sempre às três e às quatro. Chamam a isso instinto. Eu, que li umas coisas, chamo-lhe consciência de classe. («Tretas!», rosna o Pacheco Pereira)

Mas as leoas lá sabem.

### Tarefa do leão

Para fecundar a leoa o leão precisa de fazer diariamente quarenta tentativas. Sabendo que um leão tem no harém um numeroso grupo de leoas façam-lhe a conta.

O cientista Longley diz que só depois de uma semana de casado percebeu por que é que o leão não caça.

### Fábula

A flor carnívora tem as pétalas cheias de céu e de inocência Prometeu muito pólen acabou por triturá-lo devagar nas mandíbulas de nuvem.

A flor carnívora de róseas pétalas.





## AGENDA

**2.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa**

Dia 23, às 19h, no CT Vitória  
com a participação de **Francisco Lopes**

**AVEIRO**

Portugal Telecom / Aveiro - Reunião de militantes e simpatizantes do PCP trabalhadores da Empresa em Aveiro, com a participação do cam. **Francisco Lopes**: dia 28 às 21h, no CT de Aveiro.

**CASCAIS**

Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas: dia 25 às 15h30, no CT de Cascais.

**COIMBRA**

Figueiró do Campo - Reunião de militantes do PCP e activistas da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 31 às 21h30, em casa do cam. Joaquim Vaz, no Cruzeiro.

**CONDEIXA-A-NOVA**

Reunião de militantes e simpatizantes do Partido na freguesia: dia 26 às 21h30, na sede da Campanha da CDU (em Serrada).

**CASEBRES**

Almoço-convívio promovido pela Com. de Freg. de S. Martinho: dia 25 às 13h, no CT de Casebres, com a participação de **Francisco Lopes**.

**LISBOA**

Bairro Alto - 1ª Assembleia da Organização da célula: dia 27 às 18h30, no CT Vitória.  
Encarnação - Plenário de militantes da freguesia sobre as eleições autárquicas: dia 23 às 19h, no CT Vitória.

**LOURES**

Encontro com **Demétrio Alves**, candidato à presidência da CM de Loures, no Palácio de Pintéus em Santo Antão do Tojal: dia 26 às 18h30.

expo  
Artes  
Plásticas



Sector Intelectual da ORLisboa do PCP

**EXPO-VENDA  
de  
ARTES PLÁSTICAS**

no Vitória / Espaço Cultural

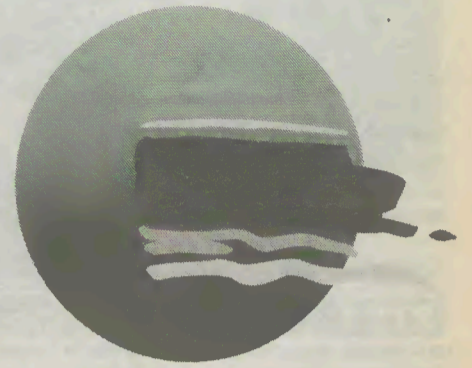
promovida pelo Sector  
Intelectual de Lisboa:  
de 22 de Maio a 26 de Junho

**Inauguração: HOJE, 22  
às 18h30**

com a presença  
de **Carlos Carvalhas**

# COMÍCIO INTERNACIONAL DE LISBOA

24. Maio - 14,30 h - Campo Pequeno



PCP

**PELO EMPREGO COM DIREITOS**  
Por uma Europa de progresso social  
paz e cooperação.

## Comboios especiais Porto-Lisboa-Porto

Campanhã: 9h - Gaia: 9h05 - Espinho: 9h17 - Aveiro: 9h47 -  
Coimbra: 10h21 - Entroncamento: 11h32 - Santarém: 11h56 -  
Lisboa (Entrecampos): 13h21.

Regresso (Lisboa/Entrecampos): 20h01

Bilhetes à venda nas ORs de Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto

## Sintra-Terminal da 5 de Outubro

Sintra: 13h45; Portela: 13h47 - Algueirão: 13h50 - Mercês: 13h52 -  
Rio de Mouro: 13h55 - Cacém: 13h59 - Barcarena: 14h02 -  
Queluz/Massamá: 14h04; Queluz/Belas: 14h07 - Amadora: 14h12 -  
Damaia: 14h16 - Sta. Cruz: 14h18 - Benfica: 14h20 -  
Sete Rios: 14h24

Regresso (Terminal 5 Outubro): 18h40

## Autocarros Especiais

### Loures

Caneças: 13h45 - Odivelas: 14h00

Zambujal: 13h45 - Sto. Antão do Tojal: 14h - Loures (Feira): 14h15

Sta. Iria: 13h45 - Bairro Covina: 13h50 - S. João da Talha: 14h -  
Sacavém: 14h10

### Azambuja/Alenquer

Azambuja: 14h - Alenquer: 14h10 - Carregado: 14h15

### Vila Franca de Xira

Vila Franca: 13h40. Outros autocarros das freguesias, com  
concentração na Póvoa às 14h

### Aveiro

Espinho - Ovar - Avanca - Estarreja - Angeja  
Sta. Maria da Feira - S. João da Madeira - O. de Azeméis -  
Albergaria-a-Velha - Ílhavo - Gafanha da Nazaré - Aveiro -  
Massinhata do Vouga - Águeda - Anadia - Mealhada

### Braga

Autocarros directos de Braga e Guimarães

Esposende - Barcelos

### Bragança

Bragança - Cortiços - Mirandela.

### Guarda

Guarda - Gouveia - Seia

### Vila Real

Vila Real

### Castelo Branco

Covilhã - Tortosendo - Fundão - Castelo Branco

### Viana do Castelo

Viana do Castelo

### Viseu

Lamego - Castro d'Aire - Viseu - Tondela - Sta. Comba - Mortágua

### Leiria

Autocarros directos de Leiria - Marinha Grande  
Alcobaça - Caldas da Rainha - Bombarral - Peniche

### Cascais

Cascais: 13h - Estoril: 13.05 - S. João: 13h10 - Parede: 13h15 -

Carcavelos: 13h20

Alcabideche: 13h - Alcoitão: 13.05 - Manique: 13h10 - Tires: 13h20

- Rana: 13h25

### Oeiras

Paço de Arcos: 13h15 - Porto Salvo: 13h25 - Leceia: 13h35 -

Tercena: 13h45 - Queijas: 13h55 - Carnaxide: 14h05

Linda-a-Velha: 14h10 - Algés: 14h15

### Distrito de Setúbal

Autocarros directos com partidas de Alcochete - Montijo - Barreiro  
- Santiago do Cacém - Grândola - Seixal - Moita - Alcácer - Setúbal  
- Palmela - Sines - Sesimbra - Almada

## JUVENTUDE CDU LISBOA

Encontro  
de  
Quadros  
e  
Activistas

no ISCTE,

com a participação

de

**Luís Sá**

Domingo, 25,  
às 10h30

## ALMOÇO- CONVIVIO

no Restaurante

"A Tricana"

na

Feira Popular

com a participação de  
**Carlos Carvalhas**

Às 13h

**CDU  
é obra!**  
PCP-PEV

### Alvalade-Sado

#### JANTAR CONCELHIO DA CDU

Dia 31 de Maio - 19h30 - CT de Alvalade  
com a participação de **CARLOS CARVALHAS**

### Marinha Grande

#### NOITE DE FADOS promovida pela CDU

Na Sala Abril - dia 28 às 22h  
(Reservas: Tel. 568676 ou CT do PCP)

### A EDUCAÇÃO EM DEBATE

A ESCOLA - para que serve?, como funciona? QUE FUTURO?

promovido pela CDU / V. N. Gaia

No Salão de Conferências, dia 23 às 21h30

### CDU APRESENTA CANDIDATOS

Lisboa / Freguesia de S. João - Com Almoço-convívio: dia 25 às 13h, no Clube Musical União,  
com Luís Fernandes.

Loures / Freguesia de Odivelas - Jantar-volante, com Eduardo Batista, Demétrio Alves e  
José Casanova: hoje, dia 22, no Salão Polivalente de Odivelas.

Loures / Freguesia de Sta. Iria de Azóia - Sessão pública, com Manuel Veiga, Dantas Fer-  
reira e Domingos Abrantes: dia 23 às 21h30 na Sociedade 1º de Agosto.

Oeiras / Barcarena - Apresentação da candidatura de **Guerreiro Soares**, com a presença de  
**Arnaldo Pereira**: dia 25, com sessão pública no Auditório da Fábrica da Pólvora às 16h e visita à  
Fábrica às 17h

Oeiras / Cruz Quebrada-Dafundo - Apresentação da candidatura de **Mário Salgado** à fregue-  
sia, com a presença de **Tavares da Cruz**: dia 23 às 18h30, na SIMECQ

## EXPOSIÇÃO sobre MOEDA ÚNICA promovida pela DORL do PCP

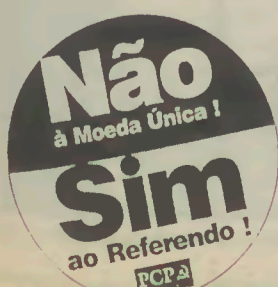
Pavilhão na Praça da Figueira  
de 8 a 24 de Maio

Dia 22 às 17h30: Debate com **Honório Novo**

### PASSEIO AO NORTE

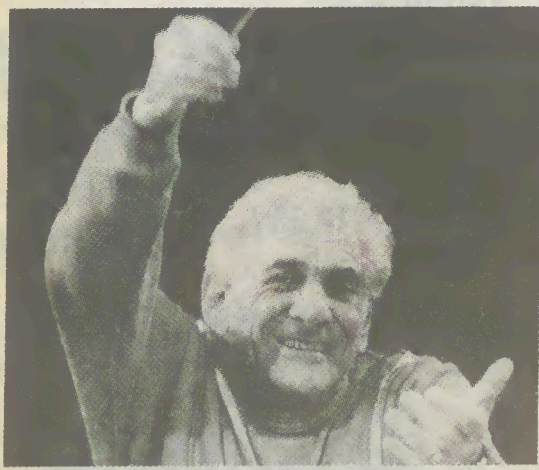
promovido pela Com. de Freguesia  
do Feijó: Dias 29, 30 e 31 de Maio  
e 1 de Junho

(Informações e inscrições:  
Tel. 2590820, à noite)





TELEVISÃO



O fim de semana da RTP2 contém, como quase sempre, o que de melhor pode ser visto na televisão portuguesa: Bernstein dirigindo a 10ª Sinfonia (Incompleta) de Mahler, «Tristão e Isolda», de Wagner, numa encenação do Festival de Bayreuth, ou um documentário sobre o julgamento dos crimes nazis em Nuremberga...

Quarta, 28

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Olho Clínico
14.25 Alondra
15.10 Selecção RTP
15.45 As Lições do Tonecas
16.20 Carmen
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.50 País País
19.10 Totobola
19.20 Futebol: Final da Liga dos Campeões
21.30 Telejornal
22.15 Lele e Zequinha
22.25 Filhos do Vento
23.20 Enviado Especial
00.05 24 Horas
00.50 Debaixo de Olho - II (Longa-Metragem, com Emilio Estevez, Richard Dreyfuss. Policial)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 100+
17.30 Infantil
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Castelo de Cartas
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 O Terceiro Homem (de Carol Reed, Gr.Br.1949, com Orson Welles, Joseph Cotton, Alida Valli, Trevor Howard. Ver Destaque)

SIC

- 10.10 As Receitas do Dia
10.30 Buêré
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Indomada
22.30 Cadeira do Poder
23.40 A Noite da Má-Língua
00.50 Último Jornal
01.15 Toda a Verdade - «O Povo das Barracas»
02.30 Vibrações

TVI

- 11.05 Animação
12.40 Kassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
17.00 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.15 Adultos à Força
19.00 Esquadrão Classe A
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Os Cães-Guerreiros (de Tab Murphy, EUA/1995, com Tom Berenger, Barbara Hershey, Kurtwood Smith, Steve Reeves. Acção)

Quinta, 22

RTP 1

- 08.00 Selecção Nacional
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Andebol
14.55 Alondra
15.45 Nós, os Ricos
16.20 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Filhos do Vento
21.50 Concurso 1, 2, 3
23.55 Magacine
00.25 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.10 Motores
01.55 Bom Bordo

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 86-60-86
17.05 Infantil
17.30 Infantil
19.15 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
20.00 Reviver o Passado em Brideshead
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.30 Doido com Juizo (de Frank Capra, EUA/1936, com Gary Cooper, Jean Arthur, Lionel Stander. Ver Destaque)

SIC

- 10.10 Buêré
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 A Indomada
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Primeiros Anos
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
12.40 Kassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
21.05 Melrose Place
22.00 O Assassino Está Preto (de Rene Bonniere, EUA/1994, com Patsy Kensit, Bruce Greenwood, Andrew McCarthy. Policial)

Sexta, 23

RTP 1

- 08.00 Selecção Nacional
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.35 A Canção do Sul (de Harve Foster e Wilfred Jackson, EUA/1948, com James Baskett, Bobby Driscoll, Ruth Warrick. Ver Destaque)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.10 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
19.55 Os Vingadores
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
21.50 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.30 Peço a Palavra (de Frank Capra, EUA/1939, com James Stewart, Jean Arthur, Claude Rains, Edward Arnold. Ver Destaque)

SIC

- 10.10 Buêré
11.20 As Receitas do Dia
11.50 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 A Indomada
22.15 Confissões
23.15 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 Um Homem de Sorte
03.00 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
12.30 Kassandra
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Ficheiros Secretos
24.00 Os Homens de Novembro (de Paul Williams, EUA/1993, com James Andronica, Leslie Davis, Beau Starr. «Thriller»)

Sábado, 24

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
10.55 Andebol: Portugal-Espanha
12.30 Automobilismo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Especial Laura Pausini
15.20 Jornal Jovem
16.25 Amores e Rebeldia
17.30 86-60-86
18.10 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.45 Meu Querido Avô
21.25 Futebol: Porto-Benfica
23.30 Segredos da Ecuridão
00.30 24 Horas
01.05 Ciclismo: Volta à Itália
01.20 Lucille, o Fim da Infância (de Bruce Beresford, EUA/1992, com Albert Finney, Jill Clayburgh, Kathryn Erbe, Piper Laurie. Drama)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.05 A Conquista do Cosmos
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo
18.50 Onda Curta (O Despertador - Filme de Júlio Alves, Port.1996, com Nuno Melo, António Assunção. Curta-Metragem. Vento - Filme de Marcell Iványi, Hungria/1996. Curta-Metragem. O Clandestino - Filme de José Laplaine, Fr./Port.1996, com António Pires, José Laplaine, António Costa. Curta-Metragem)

SIC

- 08.30 Buêré
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cosby
15.00 Hércules
16.00 A Sentinela
16.50 Walker
18.00 Tartarugas Ninjas III (de Stuart Gillard, EUA/1993, com Elias Koteas, Paige Turco. Acção/Humor)

TVI

- 09.30 Animação
12.00 Novos Ventos
12.30 Notícias
12.50 Contas à Vida
13.25 Contra-Ataque
15.00 Voleibol de Praia
16.50 Lar Louco Lar
17.20 Competente e Descarada
17.50 O 3º Calhau a Contar do Sol
18.15 Estrelas de Hollywood
19.00 Lanterna Mágica
19.25 Futebol (Liga Espanhola)

Domingo, 25

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
10.40 Sem Limites
11.10 Andebol
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Fórmula 1 - GP de Espanha
15.00 Made in Portugal
16.05 O Caminho das Estrelas
17.05 As Aventuras de Tarzan
18.15 Alta Voltagem
18.50 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomação (Compacto)

RTP 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Quilómetro Zero
12.05 Máquinas
12.35 Jornal d'África
13.05 Um Amor Americano
14.35 Alqueva - Uma Oportunidade
15.00 Desporto 2
18.00 Solo de Violino (Monique Rutler, Port./Brasil/1990, com Fernanda Lapa, André Gago, Vitor Santos, José Eduardo, Júlia Correia. Ver Destaque)

SIC

- 08.30 Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
15.15 Assuntos de Família
15.45 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Cidade Escaldante
18.10 Perry Mason: O Caso do Beijo Assassino (Filme de Christian Nyby II, EUA/1993, com Raymond Burr, Barbara Dale. Policial)

TVI

- 09.30 Animação
11.10 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 É Urgente Salvar o Planeta
15.30 Voleibol de Praia
17.15 Em Busca de Vingança (de Jerry Jameson, EUA/1993, com Don Collier, Ed Adams, Wayne Anthony. «Western»)

Segunda, 26

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.40 Selecção RTP
15.45 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Marchas Populares
21.10 Nós, os Ricos
21.40 Filhos do Vento
22.35 Maria Elisa
00.25 24 Horas
01.10 Desporto
01.30 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.30 Encontros Imediatos
20.00 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.30 Em Defesa da Nação (de David Crux, Gr.Br., com Gabriel Byrne, Greta Scacchi, Denholm Elliott. «Thriller» Político)

SIC

- 10.10 As Receitas do Dia
10.30 Buêré
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Marcado para Matar (de Dwight H. Little, com Steven Seagal, Basil Wallace, Joanna Paculla. Acção)

TVI

- 11.05 Animação
12.40 Kassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.50 Éramos Seis
17.00 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Adultos à Força
19.00 Esquadrão Classe A
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Profiler
22.50 PSI Factor
23.45 Fora de Jogo
24.00 TVI Jornal
01.00 A Balada de Hill Street

Terça, 27

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.05 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Alondra
14.40 Selecção RTP
15.40 Jet 7
16.15 Carmen
17.10 Canal Aberto
18.25 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Isto Só Vídeo
21.35 Filhos do Vento
22.25 Herman Enciclopédia
23.30 Anúncios de Graça
00.10 24 Horas
00.55 Futebol: Portugal-Rep. Checa
01.25 Desporto

RTP 2

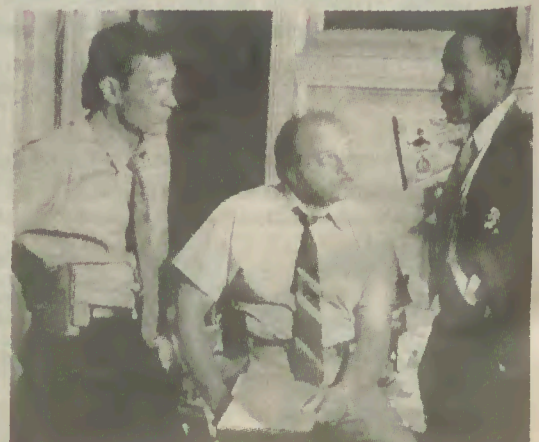
- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.40 2001
17.15 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Uma Vida Nova
20.05 O Santo
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 Expresso para Munique (de Carol Reed, Gr.Br.1940, com Margaret Lockwood, Rex Harrison, Paul Henreid, Basil Radford. Ver Destaque)

SIC

- 10.10 As Receitas do Dia
10.30 Buêré
11.55 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Raven
15.00 O Ressuscitado
16.00 Buêré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Indomada
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Marcado para Matar (de Dwight H. Little, com Steven Seagal, Basil Wallace, Joanna Paculla. Acção)

TVI

- 11.05 Animação
12.40 Kassandra
13.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.50 Éramos Seis
17.00 O Barco do Amor
17.45 Doido por Ti
18.10 Adultos à Força
19.00 Esquadrão Classe A
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Pesadelo em S. Francisco (Filme de Lou Antonio, EUA/1992, com Jacklyn Smith, Christopher Reeves, Tom Mason. Drama)



«A Balada de Nova Iorque» - ao domingo na SIC



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Uma célebre cena de «Doido com Juízo», de Frank Capra



James Stewart e Jean Arthur, em «Peço a Palavra», também de Frank Capra

**Doido com Juízo**

(Quinta, 22.30, RTP2)

*Longfellow Deeds* (Gary Cooper, em excelente forma) é um pacato habitante de uma cidade do interior dos Estados Unidos que subitamente vê vir parar-lhe às mãos, de um tio desconhecido, uma herança de 20 milhões de dólares que pretende partilhar com os mais necessitados. Partindo para Nova Iorque, é surpreendido na sua bonomia e ingenuidade por uma série de escroques a que só consegue escapar pelo seu bom senso e transforma-se num caso público explorado por uma repórter pouco escrupulosa nas suas motivações iniciais, pela qual se apaixona, acabando por ser envolvido numa sórdida cabala, injustamente preso e levado a tribunal. *Doido sem Juízo* é, assim, uma história de contrastes entre a verticalidade moral e os falsos valores humanos numa sociedade baseada no poder e, ao mesmo tempo, um dos mais irresistíveis e transparentes exemplos da cinematografia de Frank Capra.

**A Canção do Sul**

(Sexta, 14.25, RTP1)

Como é em regra de tradição nos Estúdios Disney, mais uma vez estamos aqui perante um filme em que a interessante mistura de personagens desenhadas com personagens de carne e osso funciona às maravilhas. Além disso, a história da amizade de um miúdo por um velho negro é-nos contada com grande sensibilidade num filme que é muito bem sublinhado por uma banda sonora cuidada e premiada, aliás, com um Oscar para a Melhor Canção.

**Peço a Palavra**

(Sexta, 22.30, RTP2)

Se não se tratasse de uma brilhante obra-prima, a desproporcionada frequência com que este filme tem sido transmitido (sobretudo pela RTP e pela TVI) torná-lo-ia num banalíssimo produto cinematográfico. Esta referência vale para dizer que a RTP 2, tendo inventado um mapa-tipo suicida no qual se obriga a ocupar grande parte do seu horário nobre com uma arte própria do grande *écran* - roubando a si mesma tempo e espaço de manobra para melhor articular entre os seus dois canais programas de impacto nesse período da emissão - acaba (na melhor das hipóteses) por se ver obrigada a repetir obras-primas, sem dúvida, mas já vistas vezes sem conta ou (na pior das hipóteses) a inventar ciclos cujo conteúdo é mais do que forçado e artificial. Este ciclo dedicado a Frank Capra está no primeiro caso e, por este caminho, acabamos por enjoar o cineasta, as suas (mais que repetidas) belas obras e os magistrais intérpretes que lhes dão corpo. Assim - e pela enésima vez - não podemos fazer mais do que sublinhar neste filme, em primeiro lugar, a consabida postura idealista do seu autor: ao denunciar, por um lado, o lado negro da realidade norte-americana e a crítica mordente e satírica aos privilégios dos «poderosos»; e ao manifestar, por outro lado, a eterna e confiante crença nas virtualidades do «sistema», alegadamente aberto à capacidade de intervenção do «cidadão comum» e capaz de gerar os mecanismos de defesa contra a corrupção dos seus valores essenciais. A história é mais do que conhecida: um pacato cidadão, Jefferson Smith, vê-se subitamente catapultado para o Senado dos EUA onde defende, contra os mesquinhos interesses dos proprietários de um terreno (seus «pares» de bancada), a criação de um campo de férias para jovens. Diga-se de passagem que o filme, surgido em 1939, ultrapassa a mera parábola e insere-se, mais além, numa estratégia contemporânea da cinematografia de Hollywood, à época justamente apostada na contraposição dos ideais democráticos ao crescente totalitarismo nazi que assolava a Europa. Nesse sentido, são emblemáticas duas sequências fundamentais do filme: a romagem de Smith, o seu «herói», ao monumento à memória de Lincoln e a sua incansável e emocionante intervenção no Senado, com

passagens da Declaração da Independência. As interpretações de James Stewart e Claude Rains são memoráveis.

**Cobertura Total**

(Sábado, 22.00, TVI)

Fortemente inspirado no filme negro dos anos 40, esta obra dramática disfarçada de «thriller» conta-nos a história de um polícia que se imiscui disfarçadamente num gang de traficantes de droga. Com Laurence Fishburn e Jeff Goldblum nos principais papéis.

**O Sétimo Selo**

(Sábado, 22.55, RTP2)

Na Suécia do século XIV, um cavaleiro que regressa das cruzadas joga uma partida de xadrez com a Morte. Ele preten-

a Kazan, estávamos já na fase em que o cineasta optara por um cinema dito humanista em oposição ao cinema empenhado para o qual haviam contribuído as suas primeiras convicções de artista - o que é patente, neste filme, a propósito do seu contraditório entendimento da sociedade sulista norte-americana.

**Solo de Violino**

(Domingo, 18.00, RTP2) 0,5

A cineasta Monique Rutler inspira-se, aqui, no caso real (que deu brado na época) de Adelaide Coelho da Cunha, filha do fundador do «Diário de Notícias» e casada com Alfredo da Cunha, que se apaixona pelo seu motorista acabando por fugir até que o marido consegue repupera-la e interná-la num manicómio, declarando-a incapaz de administrar os seus bens. Uma evocação da Lisboa dos anos 20 deste século, com excelentes interpretações de Fernanda Lapa e André Gago.

**Expresso para Munique**

(Terça, 22.30, RTP2)

Rodado em plena guerra, este filme de Carol Reed tem uma história que gira à volta de um espão inglês que se faz passar por nazi para assim lhe ser possível salvar um cientista checo. Sendo ao mesmo tempo um manifesto contra a escala da nazi-fascista e um filme de grande enredo não isento de momentos de humor, é impossível não vermos nele fartos ingredientes de influência de mestre Hitchcock, desde logo pela semelhança da intriga com *A Desaparecida* e também pela própria localização da mesma - um comboio, como meio ambiente ao mesmo tempo fechado e em movimento.

**O Terceiro Homem**

(Quarta, 22.30, RTP2)

Uma das razões mais superficiais que contribuíram para tornar este filme bem famoso foi o célebre tema de Anton Karas - *din din din din diiiiiin din din* - tocado na cítara húngara. Mas, para além dessa mera curiosidade de pormenor, o facto é que o argumento de Graham Greene e a encenação de Carol Reed nos devolvem, sem dúvida, com intensidade e suspense, a história de uma personagem estranha e escorregadia que, numa Viena dividida pelos aliados no pós-guerra, se transforma num homem perseguido pela polícia por causa das suas actividades de tráfico de penicilina na zona soviética. Uma fotografia de um preto-e-branco sufocante, inspirada no cinema expressionista alemão - que valeu a Robert Krasker um merecido Oscar - e uma mão-cheia de cuidadíssimas interpretações, entre as quais se destacam as de Orson Welles, Joseph Cotten e Trevor Howard, justificam claramente o Grande Prémio alcançado pelo filme no Festival de Cannes de 1949. Um clássico do filme negro.



Para as crianças e para os adultos: «A Canção do Sul», de Harve Foster e Wilfred Jackson

de acima de tudo saber, em vez de apenas crer. À sua volta, a peste grassa pelo país e uma jovem rapariga é queimada, acusada de feitiçaria. Finalmente, o cavaleiro perde a partida e a Morte apodera-se dele e dos seus para os jogar numa dança macabra. Fragmentos de uma obra-prima de Ingmar Bergman - na realidade um dos seus mais impressionantes filmes - recheada de uma inultrapassável beleza de imagens mas também repleta de fortes motivos de inspiração e reflexão, o menor dos quais não é certamente a própria dúvida da Morte acerca do que virá... depois da Morte. Afinal, não é ela a própria Morte? Um monumento da 7ª Arte.

**Quando o Rio se Enfurece**

(Sábado, 02.00, SIC)

Quando, em 1933, a Administração de Roosevelt decide construir uma barragem na região do Tennessee (para evitar a ocorrência de catástrofes e a devastação das espécies, provocada por aquele rio), o engenheiro Chuck Glover é enviado para aquelas paragens para dirigir o empreendimento e é confrontado com o apego à terra por parte dos seus proprietários, entre os quais a velha senhora Ella Garth cuja família ali se radicara há cem anos atrás. Mas Chuck acaba por ultrapassar todos os pro-



A célebre partida de xadrez entre o cavaleiro e a Morte, em «O Sétimo Selo», uma obra-prima de Ingmar Bergman



Joseph Cotten e Orson Welles, em «O Terceiro Homem», de Carol Reed



## TELEVISÃO

■ Correia  
da Fonseca

# Uma questão de partilhas

Como todos os dias, veio o dr. Manuel Monteiro a minha casa, isto é, a casa de cada um de nós, graças aos bons ofícios da televisão ou, melhor dizendo, dos seus favores. Na verdade, hoje o eficaz porta-a-porta faz-se assim, por via hertziana, e esse é consabidamente o grande trunfo deste homem. Ele sabe-o, é claro, mesmo que não o descobrisse por si próprio alguém lho iria dizer, e, porque o sabe, desdobra-se em sentenças variadas que aparentemente vai disparando sem pensar muito, talvez na convicção de que isso de pensar não é importante e que, se porventura o for, depois alguém pensará por ele. O seu repertório é irmão gémeo de o de um qualquer cançonetista pimba: canta com voz forte as trivialidades ou as imposturas que a malta gosta de ouvir, na convicção de que assim conseguirá chegar às tabelas dos «top +» e ganhar pelo menos um disco de prata. Só me espanta, de resto, que ainda esteja longe disso, o que claramente aponta para a má qualidade do artista.

Desta vez, o doutorzinho veio investir contra a regionalização, o que nele está longe de ser novidade. O género de investida é que foi curioso: propôs que, em vez de se regionalizar, se criassem mais concelhos, parecendo-me que na proposta estaria implícito um reforço do municipalismo, o que lhe daria algum sentido. Porém, um argumento destes está naturalmente vocacionado para destruir as objecções dos que, nas trincheiras dos que combatem a regionalização, se mostram aflitíssimos com o suposto custo financeiro decorrente da criação das regiões administrativas. Parece óbvio que a criação de uns trinta novos concelhos (apenas dez por cento dos actualmente existentes, e menos que isso seria irrelevante para o objectivo visado), com as indispensáveis estruturas correspondentes, implicaria custos muito

é que nesta TV portuguesa em que tanto se conversa há pouco debate político. Será assim porque, segundo os técnicos de marketing, os portugueses cada vez gostam menos d'«a política», mas não consta que os mesmos técnicos investiguem como é que os portugueses (e não só eles, bem se sabe) chegaram a esse estado de subdesenvolvimento cívico. De qualquer modo, no deserto que as diversas TV's são nessa matéria, o programa de Sousa Tavares acaba por surgir, como direi, como um oásis (a água que por lá há quase sempre está inquinada) mas como um quase obrigatório ponto de escala. Semana após semana lá os encontramos aos três, ao padrão daquele espaço e aos seus dois coadjuutores, parecidíssimos entre si no essencial, não no acessório que é a aparência: Tavares a transpirar charme

SIC para a circunstância improvisados em Viseu porque o «Viva a Liberdade!» de Sousa Tavares para ali partira em excursão. Para meu gosto, a crítica de TV anda a falar muito do «Viva a Liberdade!», que em princípio não merece tanto nem pela credibilidade que só um carácter plural lhe conferiria nem pela audiência forçosamente escassa dado o horário tardio da emissão. Mas as coisas são o que são, e o caso

Xavier, Narciso Miranda e Mendes Bota, destes se devendo dizer, para encurtar razões, que todos se houveram com honra e os dois primeiros com arrasadora sabedoria.

## A fronteira

Não será este o lugar próprio para fazer o exame de todos os argumentos e contra-argumentos que habitualmente se cruzam quanto se discute a regionalização e que ali foram repetidos, como aliás seria de esperar. Dever-se-á, contudo, acentuar um aspecto global que é muito sintomático: a favor da regionalização apresentam-se dados concretos, factos, números; contra ela são alinhadas conjecturas e receios, quando não simples viciações. De algum modo, reedita-se o arcaico argumento que em tempos foi brandido contra a democracia, pretexto que permite o protelamento indefinido das libertações: o povo não está preparado. A verdade é outra: são os detentores dos poderes que não estão, nem querem estar, preparados para os partilharem.

O que foi dito em «Viva a Liberdade!» não desmente este entendimento e, pelo contrário, até o confirma. Um documento ali exibido veio reiterar o que já se sabia: que é no interior do País, nas zonas mais distantes do poder central, que a regionalização é mais veementemente desejada. Isto porque, ao contrário do que muitas vezes é insinuado senão frontalmente afirmado, as futuras regiões não vão locupletar-se com poderes agora confiados aos municípios mas sim, em sentido inverso, exercer poderes agora nas mãos de órgãos centrais. Contra esse movimento de transferência estão, naturalmente (e com

as excepções que até podem ser numerosas e são sempre respeitáveis) os que, estando de um modo ou de outro próximos do poder central, receiam perder indirectamente algum poder ou os benefícios da proximidade. De facto, não querem partilhar actuais vantagens, efectivas ou apenas miríficas. É assim que a regionalização surge, afinal, como uma questão de partilhas.

E é também assim que entre pró-regionalistas e anti-regionalistas emerge, pelo menos grosso modo e tendencialmente, uma fronteira entre esquerda e direita. Entende-se porquê: a esquerda é historicamente o movimento que preconiza a partilha e luta por ela; a direita é, pelo contrário, o largo sector que se enquista em torno da posse. Dir-se-á que estou a falar de bens. É verdade; mas acontece que o poder de decisão é também um bem em directa relação com o controlo de outros bens. O que define a

superiores aos da meia dúzia de regiões que é preciso institucionalizar não só para que se cumpra a Constituição, o que não é insignificante, mas também para permitir o desenvolvimento harmonioso do País que, de tão desequilibrado, tende a ser apenas litoral. Tudo indica que também quanto a isto o dr. Monteiro não fez contas, nem sequer de cabeça, nem teve ao seu lado alguém que desveladamente as fizesse.

## Debate em Viseu

Esta tirada de Manuel Monteiro parece ter vindo na sequência de um debate havido na véspera, em estúdios da

por todos os poros, Barreto mais no género «belo horrível» baudelairiano, Pacheco em versão anacrónica do intelectual cebopiloso.

Desta vez, o parentesco político-ideológico que une Sousa Tavares aos dois convidados residentes tornou-se evidente pela sua colocação quanto ao assunto em debate: eram os três contra a regionalização, unidos nessa opção ainda que, como acontece em qualquer boa equipa, fizessem mais a «marcação à zona» que o «todos ao molho e fé em Deus» do velho Esteves. Do mesmo lado estavam Paulo Portas, que cada vez mais se parece com uma excitada prima-dona em penúria de contratos, e uma tal Helena Cerveira, «tia» nortenha cuja falta de modos o País até agora lamentavelmente ignorava. Pela regionalização alinharam Luís Sá, Lobo

actual situação dos poderes em Portugal é que eles estão concentrados nas mãos de poucos possidentes e que, por esse País fora, muitos despojados reclamam a sua parte num património que, também sendo nacional, há-de ser comum: a possibilidade de decidir. Ser de esquerda é aceitar também essa partilha. Ser de direita é cumprir a tradição: recusá-la.

Pensando bem, a mesma regra é aplicável a programas como «Viva a Liberdade!» e à homogeneidade ideológica dos que neles têm assento permanente. Também aí há alguma parcela de poder, neste caso mediático, e a recusa de partilhá-lo com quem não ofereça antecipadas garantias de submissão no essencial. A partir desta verificação, é fácil perceber em que margem está a rubrica. Depois disso, toda a prática posterior vem confirmar o que já é sabido.





ESCAPARATE

OUTRAS MÚSICAS

Raízes Rurais,  
Paixões Urbanas

Subordinado a este título genérico, o Teatro Nacional de S. João levará à cena em estreia absoluta, desde amanhã até segunda-feira às 21.30, um espectáculo no qual estarão presentes o fado, o jazz e outras músicas tradicionais. Com direcção cénica de Ricardo Pais, direcção musical de Mário Laginha e consultadoria etnomusicológica de Salwa Castelo-Branco, este espectáculo contará com a colaboração de Argentina Santos, Maria João e Carlos Zel (vozes), Francisco Gonçalves, Joel Pina e José Luís Nobre da Costa (músicos) e grupos de música tradicional como o Grupo Instrumental de Constantim (Miranda do Douro), as Adufeiras de Monsanto (Beira-Baixa) e, ainda, o Rancho Folclórico «Os Camponeses» de Riachos (Ribatejo). A cenografia será de Teresa Grácio, a sonoplastia de Francisco Leal e a iluminação de Daniel Worm d'Assumpção e esta série de espectáculos antecederá a apresentação em Paris (na Cité de la Musique, que co-produz), entre 30 de Maio e 1 de Junho.



Retrospectiva de Paula Rego

Terminou a expectativa, começou o prazer da fruição. Foi já aberta ao público, com imenso sucesso, a anunciada retrospectiva da pintura criada por Paula Rego entre os anos 60 e os anos 90, um percurso eminentemente prático e fascinante de descobrirmos a evolução da arte da grande pintora no decorrer de uma carreira de três décadas repletas de êxitos nacionais e internacionais. Organizada pela Tate Gallery de Liverpool, em colaboração com a Malborough Fine Art Gallery e a própria artista, esta retrospectiva (onde estão



integradas, ainda, obras provenientes de colecções particulares portuguesas) permite-nos contactar em especial com séries de quadros temáticos ainda não expostas no nosso país, como a da «Mulher Cão» e a das «Avestruzes». Interessante, ainda, a constatação de que, embora a artista se tenha radicado em Inglaterra desde 1976, a pintura de Paula Rego nunca tenha deixado de reflectir o ambiente e o imaginário portugueses. Todos os dias, das 11.00 às 20.00, no Centro Cultural de Belém. A não perder!

EXPOSIÇÕES

I Bienal do Alentejo

Numa iniciativa organizada pela Casa do Alentejo, desde a primeira hora apoiada pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém e por mais 22 municipalidades alentejanas - e que conta ainda com o apoio da Região de Turismo da Costa Azul - está a realizar-se desde o dia 25 de Abril último a 1ª Bienal do Alentejo de Artes Plásticas. Neste certame estão expostas obras de pintura da autoria de Ana Nolasco, Graça Lagrifa, Lourdes Sério, Luís Filipe Gomes, Maria Adelaide Caldas, Salomé Soares e Teresa Paixão e, ainda, esculturas de Graça Lagrifa. A exposição manter-se-á patente ao público até 10 de Junho e realiza-se no Posto de Turismo daquela cidade.



tiplas exposições individuais e colectivas em diversos países, em África, na Europa e na América do Sul». O horário da exposição é: de terça a sexta das 10 às 12 e das 14 às 17 horas e, aos sábados e domingos, das 14.00 às 17.00.

Pintura Africana

Ainda em Santiago do Cacém e também com o apoio da autarquia local, realiza-se até 1 de Junho, na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal, uma exposição de pintura africana com quadros do pintor angolano Valentim. Segundo as notas de Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho (da Universidade Nova de Lisboa), o pintor «tem-se afirmado nas artes plásticas por um percurso integralmente marcado pela experiência africana e angolana» mas a sua internacionalização «permite-nos hoje falar de uma obra sobejamente reconhecida, procurada e premiada, sendo de lembrar as múl-

Desenhos de Palolo em Mora

Na Casa da Cultura de Mora com o apoio da Câmara Municipal deste concelho e da Fundação Calouste Gulbenkian, realiza-se até 1 de Junho uma importante exposição de 14 desenhos pertencentes ao Centro de Arte Moderna José Azeredo de Perdigão e da autoria de António Palolo, um artista plástico alentejano «com um estilo muito próprio, onde ressalta a valorização das cores vivas sistematizadas em linhas rectilíneas e paralelas, que enchem a vista e o espírito».

XADREZ

DCXI - 22 DE MAIO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997X20  
Por: LADISLAV PROKES  
Šachové Umení - 1949

Pr.: [3]: C64-Bg2-R67  
Br.: [4]: Cs. d, f1-Tb1-Rb7

Brancas jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1997X20 [L.P.]  
1. Rç7!, Bf1; 2. Cf2, Cg3; 3. Tè1+, Rf7; 4. Ch1, Chf1; 5. T:fl+ e g. 3. ..., Bè2; 4. Cè4, C:è4; 5. T:è2 e g.  
A. de M. M.

DAMAS

DCXI - 22 DE MAIO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997D20  
Por: M.-J. KUIPERS [NL]  
L'Effort n.º 20 Dez. 1951

Pr.: [5]: 8-11-14-27-(41)  
Br.: [5]: 28-33-38-42-(43)

Brancas jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1997D20 [M.-L.K.]  
1. 43-49!; 2. 41X23X19/19; 3. 2. 42-37, 43-49!; 4. 41X23X19/19; 5. 3. 33-28, 41/46; 4. 37-32!+  
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 - Carne da parte lateral do focinho das reses; paga de um litro de azeite ao dono do lagar por cada moedura (reg.). 2 - Vadiar; nome vulgar de uma ave da fam. dos psitacídeos, de bico muito curvo e forte que a auxilia quando trepa. 3 - Imposto; insecto ortóptero, muito nocivo e robusto, da fam. dos grilídeos, com as patas anteriores adaptadas à escavação, que vive nas terras de cultura cavando galerias e destruindo a parte subterrânea das plantas. 4 - Antiga cidade da Caldeia; grande extensão de água salgada; Cálcio (s.q.). 5 - Decifrar; desejara ardentemente; chefe etíope. 6 - Converte em massa; conjunto de navios e tropas de mar que pertencem a uma nação. 7 - Igreja episcopal ou patriarcal; artigo antigo. 8 - Guamecera de arcos; perfume. 9 - Passa para fora; esconder; composição poética, própria para o canto. 10 - Amerício (s.q.); o tio americano; Ósmio (s.q.). 11 - Nome de letra (p.l.); membrana ocular colorida. 12 - Agarrar-se com as gavinhas; proprietários. 13 - Adicionaram; discursiva riam.

**VERTICAIS:** 1 - Região muito brilhante da fotosfera solar; providos de asas. 2 - Dirigir os remos. 3 - Aqui; Rádio (s.q.); cento e um romanos; preposição. 4 - Aqui está; senhora (abrev.); fileira. 5 - Matizar; romper. 6 - Pano de arrás; relativo ao nariz; altar de sacrifícios. 7 - Ferro puxado à foice; cozinhim no forno. 8 - Interj. usada para chamar ao telefone; espécie de capa sem mangas, usada pelas irmandades e confrarias. 9 - Divertimento; designação genérica de composto de carbono, oxigénio e hidrogénio, glicidos polisacarídeos, muito abundantes nos vegetais, especialmente no tubérculos, rizomas e sementes. 10 - Lavra; apoquentar (fig.); grande quantidade. 11 - Alcançar depressa, alta posição; leitão cavado por uma corrente que desce do alto. 12 - Espécie de boi selvagem; 25 folhas; ribeira portuguesa. 13 - Nota musical; divindade solar dos antigos egípcios; pedra de moinho; sim (ant.). 14 - Fechadura móvel. 15 - Destroir; sobram.

**HORIZONTAIS:** 1 - Facilar; faguilha. 2 - Alitar; arara. 3 - Sisa; rato. 4 - Ur; mar; Ca. 5 - Ler; anelar; rás. 6 - Amassas; armada. 7 - Sè; el. 8 - Arcar; aromar. 9 - Sã; alaparar. 10 - Arr; ralar; ror. 11 - Galgar; ravnha. 12 - Ur; mo; Sor. 13 - La; Ra; m; sl. 14 - Cade. 15 - Arras; restam.

**VERTICAIS:** 1 - Fácilar; asados. 2 - Remaram. 3 - Ca; Ra; Cl; em. 4 - Eist; sra; ala. 5 - Irtsas; raseg. 6 - Rás; nasat; ara. 7 - Arame; assam. 8 - Ald; opa. 9 - Farr; antido. 10 - Arr; ralar; ror. 11 - Galgar; ravnha. 12 - Ur; mo; Sor. 13 - La; Ra; m; sl. 14 - Cade. 15 - Arras; restam.

**SOLUÇÃO:**

TEATRO

Duas peças em «A Barraca»

Acaba de estrear-se na Sala 1 do teatro «A Barraca» (Largo de Santos, Lisboa) a peça «Gulliver», com direcção e encenação de Helder Costa, cenografia de Rui Pimentel e música de José Mário Branco. Esta peça tem interpretação de Pedro Alpiarça, José Boavida e Ilda Roquete, sendo os espectáculos realizados de 5ª a sábado às 21.30 e aos domingos pelas 16.30.



Mas, na Sala 2 do mesmo teatro, continua em cena uma irresistível comédia policial do britânico Anthony Shaffer, com interpretação de Laura Soveral e de Maria do Céu Guerra, que também é responsável pela encenação. «Xeque-Mate» - assim se chama esta peça - tem representações de 5ª a sábado às 22 horas e *matinée* aos domingos pelas 17 horas.

ÓPERA

«La Bohème», de Puccini, em Estremoz

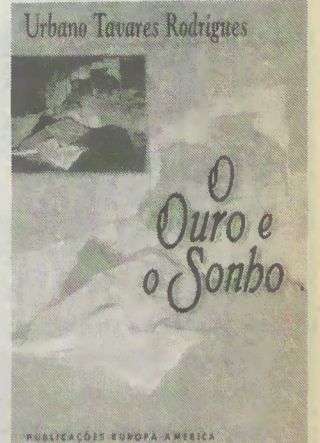
Com o apoio dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Estremoz e numa versão com partitura reduzida para piano (a cargo de Armando Vidal) realiza-se depois de amanhã, sábado 24, pelas 21.30, no Teatro Bernardim Ribeiro em Estremoz, uma récita da ópera «La Bohème», de Giacomo Puccini, pela Ópera de Câmara do Real Teatro de Queluz.

Com encenação de António Manuel Couto Viana, cenografia de Vasco Eloy, guarda-roupa de Maria Gonzaga, assistência técnica de Beatriz Casas e Luís Varela e direcção musical de Armando Vidal, os principais intérpretes são Elsa Saque, Carlos Guilherme, Nuno Villalonga, Ana Ester, Wagner Diniz, Carlos Fonseca e Alexandre Gonçalves.



Desenho de uma representação de «La Bohème»

LIVROS



O Ouro e o Sonho

De Urbano Tavares Rodrigues, mais um romance, cujo lançamento noticiámos na passada semana. Edição da Europa-América, com a capa realizada sobre uma pintura de Manuela Pinheiro. Um romance que começa por um sonho e se desenrola pelos caminhos não menos difusos de uma vida entrelaçada com outras vidas, tornando ao sonho como quem vai recuperar um sentido, ganhar forças para um acto. Um romance em redor do absurdo e das frustrações - que são o reverso das esperanças, escrito sobre as dores e os amores de quem vive solitariamente entre os outros. Um romance que, como todos os de Urbano Tavares Rodrigues, se exprime com palavras repassadas de humanidade. «O Ouro e o Sonho», contando o quotidiano, leva-nos a ver mais fundo na vida de todos os dias.

DANÇA



A paixão do tango, no CCB

Outro espectáculo irrecusável - «Tango Passión» - é, sem dúvida, aquele que, a partir de hoje e até dia 31, nos devolverá toda a magia e fascínio do «tango», uma dança popular (com desenvolvimentos mais ou menos estilizados) de origem argentina. Pelo palco do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém passarão inúmeros bailarinos cujas coreografias se inspirarão nos ambientes onde o tango começou a ser dançado - os bares, os cafés, até os prostíbulos - e nas pinturas de Ricardo Carpani. Serão doze esses bailarinos, sob a direcção de Hector Zaraspe (também autor da cenografia), com vozes de Yieni Patiño e Alberto del Solar e acompanhamento musical, que se antevê excepcional, do célebre Sexteto Mayor. De 5ª a Sábado, às 22 horas.



# ATAPHE DE FOICE

## Kleptein

«Cleptocrata», «cleptocracia» - dois termos apreendidos no fim-de-semana e que, qual brinquedos novos em mãos de criança, não param de estimular os neurónios. As palavras ecoam na cabeça e logo se sente, mesmo sem abrir a boca, o seu rolar na língua: cle-pto-crata; cle-pto-cra-cia; clepto... De repente tudo emperra. Cansada do jogo, a massa cinzenta protesta - Cleptocrata? Cleptocracia? Mas que raio de coisa é essa? Vasculha-se a memória e é um branco absoluto, um vazio, um buraco negro, enfim, uma ignorância, o que, convenhamos, é chato. Revêem-se os arquivos e nada. O banco de dados laboriosamente criado ao longo de anos revela-se de uma inutilidade atroz e não se conforma. Reage. Quase se pode ouvir o misterioso mecanismo a investir nos labirínticos meandros em busca de resposta, abrindo pastas e ficheiros, espreitando em recantos improváveis na hipótese de alguma desatenção, sabe-se lá onde é que se pode deixar esquecida uma informação nesta ciclópica tarefa de armazenar dados em plena era da sociedade da comunicação! O resultado é uma frustração absoluta. Nada, nada de nada. É aí que entram em acção os ecos, ruído de fundo a atrapalhar os sons, manobras de diversão para entreter neurónios: clepto...cleo...cleopatra...Elisabeth Taylor... Richard Burton...hihihi...

O personagem cinzento que habita a caixa craniana não tem sentido de humor. Sentado lá no alto das suas profundezas, braços cruzados, perninha a dar a dar - parece-me que estou a vê-lo! -, acha que chega de bagunça e é mais que tempo de pôr mãos à obra. Afinal, para que servem os dicionários? E as enciclopédias? E os outros livros todos que te atafulham a casa? Para decorar, é?

São duas da manhã e não há volta a dar-lhe. Quando começa assim é certo e sabido que o «cinzento» não deixa dormir ninguém, pelo que mais vale enfrentar o problema. Atacar o dicionário da Moraes, a enciclopédia Luso-Brasileira, dar uma saltada rápida à Internet, qualquer coisa. Acordados os livros, despertado o computador, o mistério continua. O mais que se descobre é «cleptofobia», «cleptomania», «cleptómano»: tudo compostos a partir do grego kleptein - roubar. Há quem tenha pavor de não pagar o que deve; há quem manifeste uma tendência irresistível para o roubo. É uma doença, informam as bíblias do saber, associada a várias perturbações mentais.

Pesquisa feita, já a madrugada vai alta, a perplexidade aumenta. Já não se trata da liberdade criativa de inventar novos termos, mas de saber o que é que isto tudo tem a ver com Mobutu. Afinal, o homem é doente? Louco? Foi o «impulso mórbido para o roubo, geralmente de objectos desnecessários», que durante mais de três décadas levou Mobutu a espoliar um povo que vive na miséria, transformando-se num dos indivíduos mais ricos do mundo? É isso? Coitado. E pensar que há quem lhe chame ditador, e déspota, e sanguinário, e desumano. A um doente! O mundo é cruel.

Só não se percebe por que é que os amigos de Mobutu, que durante quase quarenta anos não se deram conta da maleita, não o internam num qualquer centro psiquiátrico, com uma mão-cheia de contas de vidro disfarçadas de diamante para se entreter. Mas os tempos são de mudança. Um destes dias, ainda somos capazes de ver chegar no novo Congo camiões TIR carregados de pedras preciosas e um infundável espólio de riquezas desviadas para o estrangeiro, com um simpático cartão de desculpas das potências ocidentais: «Foi sem querer, não levem a mal. Mobutu, sabem?, é um 'cleptocrata'».

■ AF

## ÚLTIMAS

# PCP insiste no combate às privatizações «O património público está a saque» - acusou Carlos Carvalhas

As receitas obtidas no imediato, para reduzir a dívida pública e responder às exigências de Maastricht, são inferiores ao valor das receitas que o Estado perde, salientou anteontem o secretário-geral do PCP.

As questões do sector público, dos serviços públicos e das privatizações estiveram em foco na reunião nacional de quadros que o Partido realizou em Lisboa, com a participação de uma centena de dirigentes e militantes comunistas.

Na iniciativa foi anunciada uma jornada de informação do

PCP para 4 de Junho (véspera da discussão na AR do projecto de lei do Governo sobre a delimitação dos sectores económicos) e foi manifestada a solidariedade à acção que as estruturas representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado estão a preparar para dia 5.

Ao intervir, no encerramen-

to, Carlos Carvalhas alertou: «Seguindo a esteira dos boys de Chicago e de um sr. Reagan, de uma sr<sup>a</sup> Thatcher ou de um sr. Aznar, o Governo PS, com o protector nome de socialista, prepara-se para reduzir o sector público a um nível inferior ao do tempo de Salazar!»

Apontando o caso da privatização da EDP, o secretário-geral do Partido, considerou que, com tal política, «o património público está a saque». Depois de lembrar que «o mesmo escândalo» se verifica

na Portugal Telecom e em muitas outras empresas, bem como em relação às autarquias (nomeadamente no processo de concessão a privados dos Serviços Municipalizados de Setúbal), acusou o executivo PS/Guterres de ter uma cultura «neoliberal e mastrichtiana, que partilha os principais postulados com a direita».

Ao «estafado argumento da obtenção de receitas para reduzir a dívida pública» Carvalhas contrapôs o «facto indelével de que tais receitas são sempre inferiores ao valor actualizado dos fluxos de receitas anuais que o Estado deixa de obter no futuro (pois só assim as empresas se tornam económica e financeiramente apetecíveis para o capital privado) e de que a liquidação sistemática do património do Estado conduz inevitavelmente ao seu enfraquecimento e empobrecimento». «O processo de privatizações tem mostrado que não é esse o caminho capaz de promover a modernização da economia portuguesa e a sua internacionalização», concluiu.



Na reunião participaram dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, quadros técnicos, deputados e dirigentes comunistas de todo o País

## JCP contra Proposta de Lei do financiamento do Ensino Superior «Vale a pena lutar!»

“As propinas já foram derrotadas uma vez pela luta dos estudantes. Podem ser derrotadas segunda vez! Vale a pena lutar!” - afirma-se em documento da JCP divulgado à imprensa na véspera das acções de contestação e da manifestação estudantil prevista para ontem, frente à Assembleia da República.

A JCP - que considera a Educação como um dos principais factores de desenvolvimento do País - afirma que o Ensino Superior assume cada vez mais um papel estratégico fundamental no conjunto do Sistema Educativo. E, por isso, defende como orientação fundamental, em termos de política educativa, «um rápido e efectivo crescimento, quantita-

tivo e qualitativo, da formação de nível superior em Portugal».

No documento, em que se reafirma a oposição à proposta de Lei do governo do Financiamento do Ensino Superior, os jovens comunistas destacam “três aspectos essenciais”:

- «As propinas são inaceitáveis», já que os custos financeiros suportados por uma família, para que um dos seus elementos possa estudar no Ensino Superior Público, «são enormes, sendo mesmo considerados os mais elevados da Europa». Impõe-se, assim, uma “política que elimine progressivamente” as barreiras de “ordem económico-financeira ao acesso ao ensino superior”;

- «O conceito de curso elegível é um verdadeiro ataque à Lei da Autonomia Universitária», já que, por um lado, o Governo dá autonomia às instituições para leccionarem os cursos que entenderem e por outro financia somente os cursos que entende;

- «O conceito de estudante elegível» constitui uma «forma encapotada de forçar a existência de prescrições no Ensino Superior Público com objectivos de ordem puramente económica», sendo neste momento «mais de 40.000 os estudantes que estão em situação de não elegibilidade».

Hoje, em Portugal, a qualificação escolar da população activa portuguesa, assim como a

taxa de escolarização da população jovem, «estão muito aquém da situação média vigente na Europa», consideram os jovens comunistas, lembrando o quadro da mobilidade da força de trabalho cada vez maior que actualmente existe na União Europeia.

Não pode, por isso, a JCP «deixar de ser contra a lei de financiamento do Ensino Superior proposta pelo Governo PS» e que vai ser debatida na Assembleia da República no próximo dia 21, nem «de demonstrar» que «está com os estudantes» nas contestações que por todo o País se fazem sentir.

Face a estes ataques ao direito à Educação, a JCP reafirma ainda que, independentemente dos resultados do debate na AR, “continuará a lutar contra o aumento das propinas e confia na dinâmica e força dos estudantes e das suas estruturas representativas para nas escolas e nas ruas fazerem frente a esta política de elitização da educação e de privatização do Ensino Superior Público em Portugal”.

## Congresso do Partido Frelimo

Está a decorrer, entre 19 e 24 de Março, em Maputo, o VII Congresso do Partido Frelimo, o primeiro realizado após o fim da guerra desencadeada pela Renamo e das eleições multipartidárias que deram a vitória à Frelimo e ao Presidente Joaquim Chissano.

O Partido Comunista Português está representado por Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC.

O Comité Central do PCP enviou uma saudação ao Congresso, em que evoca “os históricos laços de amizade, solidariedade e cooperação” forjados entre as duas organizações “na luta contra o colonialismo, o fascismo e o imperialismo” e defende, em conclusão, “o reforço das relações aos mais variados níveis entre Portugal e Moçambique, na base dos princípios da igualdade e respeito mútuo, reciprocidade de vantagens e não ingerência”.

